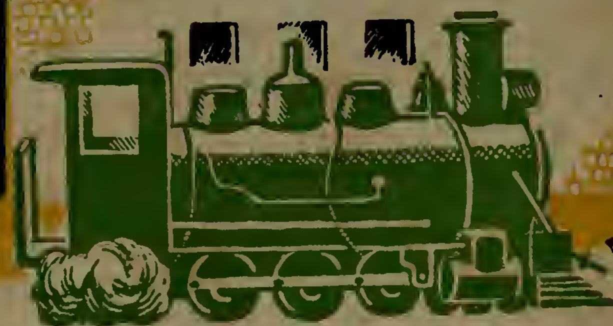
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL





BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXV MARÇO — 1945 N.º 3

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente: de 12 às 18 horas
Aos sábados: de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya
Antônio Corrêa Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
Joaquim Alberto Brito Pinto
} Representantes dos fornecedores

SUPLENTES

Arnaldo Pereira de Oliveira
Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luis Dias Rollemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Endereço telegráfico: COMDECAR

Fones { Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º and. — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

DISTILARIAS CENTRAIS

DE SANTO AMARO — Santo Amaro, Bahia — End. telegráfico: DICENBA, SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 60 — End. telegráfico: DICENOVA, PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico: DICENPER, RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO, CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Lençóis — Fone, 35 — End. telegráfico: DICENÇÓIS, LENÇÓIS.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGAO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D . I . P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira de Melo e João Antônio Mesplé.**

Assinatura (anual), para o Brasil	**Cr$ 25,00**
Assinatura (anual), para o exterior	**Cr$ 35,00**
Número avulso (do mês)	**Cr$ 3,00**

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta. **We ask for exchange.**

On demande l'échange. **Pidese permuta.**

AGENTES :

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

MARÇO — 1945

POLÍTICA AÇUCAREIRA. 3

LEGISLAÇÃO. 4

A CÊRA DA CANA DE AÇÚCAR PODE SER APROVEITADA. 5

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 6

ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 12

A QUÍMICA DOS HIDRATOS DE CARBÔNO. 16

DECISÕES ADMINISTRATIVAS. 18

A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS E NOSSOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO DECÊNIO 1933/42 — Pessoa da Silva. 20

SEMANA DO COMBUSTIVEL. 27

A PROPÓSITO DA ORGANIZAÇÃO DE CADASTRO — Dalmiro Almeida... 29

DIREITOS EM OPOSIÇÃO — Celso Filho. 34

PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA — A. M. 36

PARA UM NOVO ACORDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR—O. W. Willcox. 37

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL. 41

A POLÍTICA AÇUCAREIRA DO GOVÊRNO FULGÊNCIO BATISTA. 43

"GEOGRAFIA DO AÇÚCAR, NO LESTE DO BRASIL". 44

O AÇÚCAR SEGUNDO O DEPOIMENTO DE JOSE' DA SILVA LISBOA — José Honório Rodrigues. 45

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basílio de Magalhães. 53

DESIDRATAÇÃO DE MELAÇOS. 55

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIODICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL" — Jerônimo de Viveiros. 56

OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO — Alberto Lamego 58

ESPLENDOR CANAVIEIRO DO VICE-REINADO — Afonso Várzea. 60

HISTÓRIA DO AÇÚCAR NA PARAÍBA — Ademar Vidal. 64

FOLKLORE DO AÇÚCAR — Joaquim Ribeiro. 73

DOCES DERROTADOS — Sodré Viana. 76

COMBUSTIVEL NO BRASIL CENTRAL. 78

O METODO DO FERRO-CIANÛRETO PARA A DETERMINAÇÃO DOS CARBOIDRATOS DAS FOLHAS DA CANA. 78

FABRICAÇÃO SIMULTANEA. 78

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DO ÁLCOOL NO MUNDO. 79

CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL DO AÇÚCAR DE CANA — Jaci Botelho. .. 80

A ADUBAÇÃO DA CANA E A QUALIDADE DO SUCO. 83

QUADROS DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICA DO I.A.A. 84

BIBLIOGRAFIA. 88

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIII — VOL. XXV MARÇO — 1945 N.º 3

POLÍTICA AÇUCAREIRA

O Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria, há pouco realizado em São Paulo, dedicou especial atenção ao álcool como carburante, havendo sido votadas diversas conclusões no sentido da maior produção dêsse combustível no país. Gongresso, no setor da energia e dos combustíveis, reconheceu a necessidade de elevar o fabrico de combustíveis no país e a existencia de sucedâneos da gasolina em condições de serem utilizados, com resultados proveitosos, na movimentação de meios de transporte, de máquinas agrícolas e manufatureiras.

Daí a recomendação para o incremento da produção alcooleira e para o incentivo do estudo de motores adequados ao consumo da mesma. Reconheceu, agora, o Congresso, implìcitamente, as vantagens colhidas na prática pela política do álcool-motor, tanto que recomendou "se desenvolva a produção de álcool-motor em tôdas as regiões sacrificadas pela falta de carburante, aproveitando-se a capacidade das distilarias existentes e estimulando-se a instalação de outras".

O depoimento dos industriais patrícios reunidos no seu primeiro Congresso nacional, foi, portanto, inteiramente favorável ao aproveitamento do álcool como carburante no país. Já se não discute o rendimento que o mesmo oferece na movimentação das máquinas mais diversas. Êste rendimento é conhecido e proclamado; agora o que se quer é uma produção ampliada para elevar ainda mais a quota do carburante nacional no consumo brasileiro.

O Primeiro Congresso Nacional da Indústria consagrou, dessa forma, as atividades desenvolvidas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool para a implantação no Brasil de um regime racional de aproveitamento do álcool como carburante. Coube, de fato, ao I.A.A. construir todo o sistema que tão excelentes resultados tem dado na prática, desde a fixação do tipo de álcool mais conveniente à mistura com a gasolina, à determinação da percentagem dessa mistura e à fiscalização da sua prática efetiva. Para tanto houve que montar uma indústria alcooleira, aparelhar uma frota de distribuição do álcool às companhias importadoras e assegurar o justo lucro dos produtores sem maiores desvantagens para os consumidores. Tôda essa política se traduz na linguagem dos números, em mais de 320 milhões de litros de álcool anidro entregues para a mistura com a gasolina importada, os quais representaram para o Brasil, de 1934 a 1944, uma economia de cêrca de 150 milhões de cruzeiros.

*
* *

Em sua edição de 4 de fevereiro último, o "Diario de Noticias" publicou longa missiva de um de seus leitores, que reclamava contra a situação de preços do açúcar. Alegava que se tinha prometido redução de preços e que houvera na verdade aumento. Dizia, ainda, que era inferior a qualidade oferecida como açúcar de primeira.

Na verdade, não havia, nem podia haver nenhum propósito de redução de preços de açúcar, nas atuais condições de preço. Os industriais de açúcar e os plantadores de cana também são consumidores de artigos, que são todos mais caros. Além disso, o Instituto, nos seus estudos de custo de produção, chegara à conclusão de que ou seriam reajustados os preços, ou o desânimo na produção resultaria em falta séria do produto.

A Comissão do Abastecimento, verificando os números e dados apresentados pelo Instituto, reconheceu, com o parecer dos próprios delegados dos consumidores, que não

LEGISLAÇÃO

BRASIL

DECRETO-LEI N.º 7.342 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1945

Autoriza a alteração do contrato assinado com o Banco do Brasil para financiamento, amparo e defesa do açúcar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam os Ministros de Estado dos Negócios da Agricultura e da Fazenda autorizados, por parte do Govêrno da União, a alterar o contrato assinado com o Banco do Brasil para financiamento, amparo e defesa da indústria do açúcar e do álcool, previsto no Decreto-lei n.º 4.825, de 12 de outubro de 1942, observadas a respeito as disposições legais em vigor.

Art. 2.º — O contrato a que se refere o artigo anterior poderá ser renovado com o prazo e as alterações que entre si ajustarem as partes interessadas.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.
Apolônio Sales.

("D. O.", 28/2/1945).

URUGUAI

Com a assinatura dos Ministros da Fazenda e das Indústrias, o Poder Executivo baixou o seguinte Decreto fixando o preço máximo do açúcar cristal no Uruguai:

Art. 1.º — São fixados para o Departamento de Montevidéu os seguintes preços máximos de venda para o açúcar cristal: Do Estado ao atacadista: duzentos e oitenta e oito pesos e oitenta centésimos ($288,80) os mil (1.000) quilos; do atacadista ao varejista: três pesos e quatro centésimos ($3,04) os dez (10) quilos; do varejista ao consumidor: trinta e dois centésimos ($032) o quilo. Êstes preços são líquidos e livres de descontos.

---

era possível evitar o aumento do preço do açúcar. No propósito, entretanto, de atender às classes mais desamparadas, pleiteou, e o Instituto concordou, em que não se aumentasse o preço do açúcar de primeira, elevando-se, todavia, o preço do açúcar de tipo especial. Não houve, pois, redução do preço do açúcar de primeira. Manteve-se o que já estava em vigor. O açúcar especial passou, então, a Cr$ 1,80. Tanto o preço do açúcar de primeira, Cr$ 1,40, como o do açúcar especial podem ser considerados como preços dos mais baixos do mundo, nas condições presentes do mercado universal de açúcar. E que não é excessivo, o próprio consumidor o verificará, se comparar os preços de um saco de açúcar-produto que resulta de dois processos industriais complicados e custosos à vista do valor atual da maquinaria — com os de outros artigos, que, como o feijão, ou o arroz, ou são puramente agrícolas, ou dependem de operações sumárias de benificiamento.

Quanto à qualidade do açúcar de primeira, não pode ser assim tão inferior quanto assevera o missivista. E' açúcar refinado e que sempre teve consumo nesta Capital. Deve ser muito superior ao tipo cristal, de tão amplo consumo no interior do país, embora, como é óbvio, não possa oferecer as mesmas qualidades do especial. Se se afastar, porém, dos padrões comuns de qualidade, seria o caso de trazer o artigo considerado péssimo ao Instituto do Açúcar e do Álcool, que não deixará de tomar as providências necessárias, pois que recomenda insistentemente às refinarias que se não afastem de tais padrões, e está pronto a aplicar, para o cumprimento dessa obrigação, as sanções devidas.

Art. 2.º — Nos demais departamento os preços fixados pelo presente decreto serão acrescidos das despesas de transporte.

Art. 3.º — Os preços que os atacadistas e os industriais devem pagar ao Estado se entendem por mercadoria despachada a ser retirada da Alfândega, ficando a cargo dos mesmos o armazenamento no pôrto de Montevidéu.

Art. 4.º — O Banco da República não estará sujeito ao regime de "Pagamento Prévio" para despachar o açúcar adquirido do Instituto do Açúcar e do Álcool do Brasil. Devolverá, a título de direitos aduaneiros, a diferença entre o recebido pelo banco em virtude das vendas efetuadas a atacadistas e industriais e a importância entregue pelo organismo em função da referida operação.

Art. 5.º — O Banco da República comunicará ao Contrôle de Exportações e Importações a chegada das diversas partidas para que proceda à sua imediata distribuição. Feita esta, será comunicada ao Banco para que, mediante pagamento, entregue a mercadoria.

Art. 6.º — As infrações ao disposto no presente decreto serão punidas com as sanções estabelecidas pelas leis sôbre subsistências, de 23 de outubro de 1941 e 22 de dezembro de 1943.

Art. 7.º — Os preços fixados no artigo 1.º dêste decreto começarão a vigorar desde a sua publicação em dois (2) jornais de Montevidéu.

Art. 8.º — Derrogam-se tôdas as disposições que se oponham às contidas no presente decreto.

Art. 9.º — Dê-se conta à Assembléia Geral, comunique-se publique-se e inserte-se.

A CÊRA DA CANA DE AÇUCAR PODE SER APROVEITADA

A cêra da cana apresenta-se em uma camada delgada sôbre as hastes das plantas A sua quantidade varia segundo a variedade da planta, mas raras vêzes é maior do que 0,5% de seu pêso; mais usualmente é menor do que 0,1%.

E' possível extrair a cêra dos colmos da cana antes de moê-los, por meios mecânicos, mas a quantidade é tão pequena que apesar dos esforços que têm sido feitos, não se encontrou ainda um processo que pudesse ser praticado sob o ponto de vista econômico. Torna-se necessário, portanto, obter a cêra como subproduto da fabricação de açúcar.

Quando as canas são esmagadas, parte da cêra passa para o suco extraído, do qual é removida juntamente com outras substâncias durante o processo de clarificação, passando desta maneira a fazer parte da torta de bôrra. Esta última, quando sêca, pode conter até 17% de cêra bruta, e é por meio da extração dêste material, por meio de solventes, que a cêra bruta do comércio é obtida.

A guerra atual nos obrigou a renovar o interêsse por esta matéria, não só na África do Sul, como mais particularmente nos Estados-Unidos. onde estão sendo estudadas as possibilidades de aproveitar a cêra como um subproduto da indústria de açúcar da Luisiana. Êstes estudos estão sendo feitos pelo Departamento Federal de Agricultura dos Estados-Unidos.

Foi construída uma fábrica experimental na Estação Experimental de Cana em Houma, Luisiana, destinada a estudar o problema em larga escala, permitindo assim determinar o custo de produção comercial e ao mesmo tempo com o fim de obter um suprimento de cêra para experiências de manufatura dos prováveis consumidores.

Um fato a ser notado é que na fabricação do açúcar, apenas uma têrça parte ou a metade da cêra na superfície dos colmos é removida e passa para o suco, perdendo-se pois com o bagaço uma quantidade maior de cêra do que aquela que se pode recobrar da torta de resíduos. Não se conhece nenhum meio para aproveitar a cêra presente no bagaço, mas observa-se que "esta é a oportunidade para melhorar o aproveitamento dêste subproduto na elaboração de açúcar".

Esta substância deveria encontrar muitas aplicações na indústria, máxime se fôr descoberto um modo de melhorar a sua côr, já que a grande procura existente pelos que empregam estas cêras é por um produto de côr clara. Nos Estados-Unidos, a cêra da cana está sendo considerada como um provável substituto para suplementar a quantidade de cêra de carnaúba obtida do Brasil

("A Fazenda" outubro, 1944.)

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO — N.º 100/44 — De 13 de dezembro de 1944

ASSUNTO — Dispõe sôbre a autuação dos processos contenciosos

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

Art. 1.º — Os processos da competência das Turmas de Julgamento e da Comissão Executiva derivados dos litígios a que se refere o art. 107 e seu parágrafo único do Estatuto da Lavoura Canavieira ou do Decreto-Lei 6.969, de 19 de outubro de 1944, serão autuados em capa especial, na qual deverá constar:

a) o nome e domicílio do reclamante, reclamado e eventuais intervenientes;

b) a indicação, em resumo, do objeto do processo;

c) o número originário (da Delegacia Regional) e o número tomado na Sede;

d) o têrmo de autuação datado e assinado pelo funcionário que o lavrar.

Parágrafo único — Os processos a que se refere êste artigo terão uma numeração seguida especial, precedida da indicação PC, devendo a respectiva capa ser de côr diferente da usada para os processos administrativos e para os autos de infração.

Art. 2.º — A Seção Jurídica entender-se-á com a Seção de

Comunicações e com as Delegacias Regionais, através dos Procuradores respectivos, para o fim de indicar quais os processos compreendidos pelo art. 1.º.

Art. 3.º — A disposição do art. 1.º aplica-se aos processos em curso, devendo a Seção Jurídica concertar com a Seção de Comunicações as providências necessárias para a renovação da respectiva autuação.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos treze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

RESOLUÇÃO — N.º 101/45 — De 8 de fevereiro de 1945

ASSUNTO — Requisita aguardente fabricada em detrimento da produção de álcool ou de açúcar

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são facultadas por lei, resolve :

Art. 1.º — Fica proibida a qualquer usina do País a fabricação de aguardente em detrimento da produção de álcool ou de açúcar.

Parágrafo único — Para efeito dêste dispositivo, considera-se aguardente fabricada em detrimento da produção de álcool a que fôr produzida nas distilarias de álcool, exceto quando esteja lotada a distilaria de álcool, de acôrdo com os planos de safra, a juízo da Comissão Executiva.

Art. 2.º — As usinas do Estado da Bahia, cujo melaço foi

requisitado pela Resolução n.º 99/44, para transformação em álcool na Distilaria Central de Santo Amaro, que não possuem aparelho para fábricar álcool, não poderão produzir aguardente em volume superior ao correspondente a 8,5 litros por saco de açúcar.

Parágrafo único — A aguardente que exceder a proporção fixada neste artigo, considera-se produzida em detrimento da produção de açúcar, sendo requisitada para redistilação na Distilaria Central de Santo Amaro, aos preços fixados na Resolução n.º 65/43, de 24/8/43.

Art. 3.º — Continua dependente de autorização prévia e expressa na Comissão Executiva do I.A.A., nos têrmos do art. 28 da Resolução 86/44, o fabrico excepcional de aguardente em distilarias de álcool.

Art. 4.º — Cabe à Seção de Fiscalização e à Gerência da Distilaria de Santo Amaro a execução da presente Resolução.

Art. 5.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União, revogadas as dispoções em contrário.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

RESOLUÇÃO — N.º 102/45 — De 8 de fevereiro de 1945

ASSUNTO — Requisita aguardente e melaço de produção da Usina Passagem, Estado da Bahia, e dá outras providências

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das faculdades que lhe são atribuídas pelo art. 59 e seus

parágrafos do Decreto-Lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939 e pelo art. 1.º do Decreto-Lei n.º 4.382, de 15 de junho de 1942, e

considerando que a Resolução n.º 99/44 estabelece normas complementares ao plano de defesa da produção de álcool da safra 1944/45 (Resolução 86/44) ;

considerando que o art. 8.º da Resolução 99/44 requisitou, para transformação em álcool pela Distilaria Central de Santo Amaro 60% da produção de melaço das usinas daquele Estado que não fabriquem álcool ;

considerando que o parágrafo 2.º do art. 9.º da Resolução 99/44 estabelece que as usinas que desviarem, para produção de aguardente, em fábrica própria ou de terceiros, qualquer quantidade de melaço requisitado, teriam requisitada tôda a aguardente produzida com o melaço desviado, que seria paga ao preço de Cr$ 0,60 (sessenta centavos) por litro ;

considerando que a Usina Passagem, localizada no Município de Santo Amaro, Estado da Bahia, não vem dando cumprimento às normas complementares ao plano de defesa da safra de 1944/45, desviando o melaço de sua produção, e objeto de requisição, nos têrmos da Resolução 99/44, para fabrico de aguardente, deixando, assim, de fazer entrega dos 60% da produção de melaço a que se refere o art. 8.º da Resolução 99/44 ;

RESOLVE :

Art. 1.º — Fica requisitada tôda a aguardente de produção da Usina Passagem, ou produzida por terceiros com melaço por esta desviado, e existente em depósito ou ainda a produzir, que será paga ao preço de Cr$ 0,60 (sessenta centavos) por litro.

Art. 2.º — Ficam igualmente requisitados 60% do melaço de produção da Usina Passagem, mencionada no artigo anterior, necessários aos trabalhos normais da Distilaria Central de San-

to Amaro, nos têrmos do que dispõe o art. 59 e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939.

Art. 3.º — A aguardente e o melaço requisitados nos têrmos dos artigos anteriores, só poderão ser entregues — pelo produtor a representante do Instituto do Açúcar e do Álcool, especialmente designado para êsse fim, e contra ordem de entrega pelo mesmo expedida.

Art. 4.º — No caso de recusa por parte da Usina ou de terceiros ao cumprimento do disposto nesta Resolução, o I.A.A. procederá de acôrdo com o que dispõe os arts. 7.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 5.998, de 18 de novembro de 1943 e os parágrafos 1.º e 2.º do art. 59 do Decreto-Lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939.

Parágrafo único — Para os fins previstos no presente artigo, uma vez constatada a recusa da Usina, ou de terceiros, ao fiel cumprimento desta Resolução, será lavrado o competente auto de infração, observando o funcionário autuante o disposto na Resolução n.º 97/44.

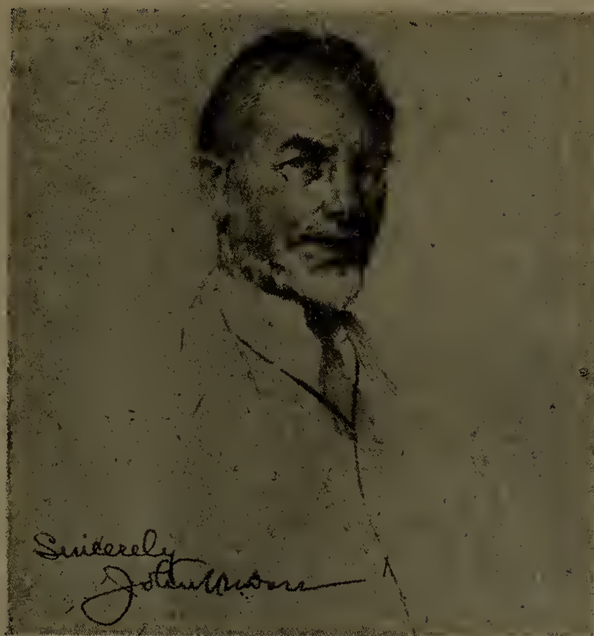
Art. 5.º — A Distilaria Central de Santo Amaro fica autorizada a tomar tôdas as providências necessárias à execução da presente Resolução, dando à aguardente e ao melaço requisitados o destino previsto em lei e resoluções do Instituto.

Art. 6.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

JOHN VAN NOSTRAND DORR



ANIVERSARIOS DOS QUAIS PARTICIPA THE DORR COMPANY

	Anos
Atividade na engenharia química e industrial Dr. J. V. N. Dorr	50
Classificador DORR para separação de sólidos	40
Sedimentador DORR thickener para engrossar sólidos	37
Clarificador DORR na Indústria química e sanitária	30
Clarificador DORR na Indústria Açucareira	25
Clarificador DORR na Indústria Açucareira Brasileira	20

O Brasil tem mais de 80 Clarificadores DORR nas Usinas de Açúcar

---

OS PROCESSOS E EQUIPAMENTO DE DESENHO DORR TRABALHAM NA PRODUÇÃO SEGUINTE :

Indústrias	Proporção DORRCO	Indústria	Produção diária	
OURO	95%	Açúcar	20.000	toneladas
PRATA	95	Acido fosfórico	1.800	"
COBRE	93	FOSFATOS	14.000	"
CHUMBO	93	Soda cáustica	3.000	"
ZINCO	85	CIMENTO	3.200	"
NIQUEL	100	Areia (concreto)	225.000	"
ALUMINIO	100	Polpa de madeira	7.500	"

PARA MAIS INFORMAÇÕES ESCREVAM À

DIVISÃO PETREE & DORR DA DORR COMPANY

570 Lexington Av., New York 22, E. U. da América do Norte

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

1.ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rollemberg, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Financiamento — De acôrdo com o parecer da Gerência, concede-se, a título de adiantamento e sob as mesmas condições das safras anteriores, o financiamento de cinco milhões de cruzeiros aos produtores de Sergipe.

Fornecimento de cana — A C.E. toma conhecimento dos acôrdos firmados entre as Usinas Junqueira e os fornecedores de cana de Igarapava, os quais encerraram o litígio entre os mesmos.

Produção de açúcar — Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos a respeito da consulta formulada pelo Cooperativa dos Usineiros de Alagoas e referente à autorização concedida à Usina Brasileiro para fabricar açúcar demerara, com a emenda proposta pelo Sr. Presidente.

Incorporação de quota — Aprova-se a conversão em quota de fornecimento junto à Usina Conceição do Peixe da quota de produção de açúcar bruto do engenho "Bom Conselho", situado no município de São Luis do Quitunde, Alagoas.

Tributação — Manda-se arquivar o processo de interêsse de José Pires de Holanda.

Inscrição de fábricas — De Rapadura — Aprovando os pareceres da Seção Jurídica a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas de rapadura dos interessados abaixo relacionados, ratificadas as demais exigências dos pareceres aprovados :

Gabriel Alves de Macedo, Antônio de Paula Bezerra, Francisco Claudio de Oliveira, Luís de Angeli, João Rodrigues Tosta, Levino Ferreira Mendes, Benedito Marcelo dos Santos, Ernesto de Séa, Benedito Calixto Soares, José Batista de Matos, José Cardoso de Almeida, Benedito Batista do Nascimento, Pedro Bueno dos Passos, Apolinário José de Souza, Bento Pinto da Silva, José Soares de Souza, José Leme de Macedo, Mariano Forbice, Martiniano Coelho dos Santos, Galdino Antônio da Silva, Joaquim Machado da Silveira, Alberto Rambaldi, Alcindo Bueno Marques, Alípio Moreira dos Anjos, Romualda Rosa de Jesus, Alfredo José Pinheiro, Aires da Silva Peixoto, Anésio Matile.

De Aguardente — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n.º 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente dos interessados adiante relacionados, deferidos os pedidos constantes dos requerimentos que lhes deram origem: Manuel Ferraz Coutinho, José Luciano Andrade, Giani & Cia.

Inscrição e Tranferência de Proprietários — Manuel Muniz de Sousa — Ceará — Deferido. Raimunda Vieira de Sousa — Ceará — Deferido. Bernardino Assunção — Ceará — Deferido.

Transferência de proprietários e aumento de limite — José Soares de Sousa — Alagoas — Deferido.

Transferência de proprietários e modificação de nome da usina — Vicente Cavalcanti Gouveia — Pernambuco — Deferido.

Transferência de engenho — Braz de Oliveira Ruela — Minas Gerais — Deferido.

Inscrição de fábrica de rapadura e alteração de maquinaria — Adalberto Ribeiro — Paraíba do Norte — Deferido.

Aumento de limite — Renato Junqueira Franco — São Paulo — Manda-se arquivar. Joaquim Gorgônio Cidade — Ceará — Manda-se arquivar. Laurindo Teixeira da Silveira — Minas Gerais. Manda-se arquivar.

Modificação de espécie — Aprovando os pareceres da Seção Jurídica, a Comissão Executiva resolve deferir os pedidos de modificação de espécie, constantes dos processos abaixo relacionados, tendo em vista o que dispõe o decreto-lei n.º 6.389, de 30-3-44, que isentou de limitação e da taxa de estatística a produção de rapadura, fazendo-se aos interessados as devidas comunicações:

De açúcar para rapadura — Castorino Alziro Bom, Pedro Ferraz Sobrinho, José Marcelino Feliciano.

De aguardente para rapadura — Miguel Jorge Safe.

Venda de maquinaria — Artur H. Lundgren e outros — Pernambuco — Manda-se arquivar.

2.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Antônio Corrêa Meyer, Álvaro Simões Lopes, J. Bezerra Filho, Luis Dias Rollemberg, Joaquim Alberto Brito Pinto, Cassiano Pinheiro Maciel, João Soares Palmeira e José Carlos Pereira Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — A C.E. toma conhecimento dos elementos estatísticos, relativos à safra 1944/45.

Produção de álcool — Autoriza-se a requisição, em Pernambuco, de todo o álcool de graduação inferior a 94º, devendo a Delegacia daquele Estado tomar as medidas necessárias à execução dessa resolução.

— Aprova-se a seguinte medida: "Autorizada, a título precário e por necessidade do abastecimento de álcool em São Paulo, a distribuição

de álcool por tôdas as firmas distribuidoras, denunciadas no Tribunal de Segurança, até decisão dêsse Tribunal, nos processos em curso. Solicitar da Federação das Indústrias de São Paulo a sua fiscalização junto às firmas denunciadas, no objetivo de maior garantia para o respeito às normas de distribuição de álcool".

Distilaria da Bahia — Aprova-se a denominação de Distilaria Central de Santo Amaro para a fábrica que o I.A.A. instalou na Bahia.

Estação do Curado — Toma-se conhecimento da carta do diretor da Estação Experimental do Curado, comunicando a posse do Conselho de Controle daquela Estação.

Financiamento — Resolve-se conceder, nas mesmas condições da safra anterior, um adiantamento de três milhões de cruzeiros para financiamento do açúcar banguê, em Pernambuco.

Legislação e Jurisprudência — Depois de prolongado debate sôbre a elaboração dos contratos-tipos de que trata o art. 20 do decreto-lei 6.969, de 19-10-44, resolve-se, a requerimento do Sr. Pereira Pinto, adiar o debate da matéria.

Preços legais — De acôrdo com o parecer da Gerência, admite-se a margem de Cr$ 2,50 para os refinados de Pernambuco, exceto nas praças onde o tabelamento não comportar.

— Resolve-se aprovar para o Estado da Paraíba, as mesmas bases e condições que regulam atualmente o faturamento em Pernambuco e Alagoas.

Abastecimento — Dá-se vista ao Sr. Dias Rollemberg do ofício do superintendente da Comissão de Abastecimento do Estado do Paraná, solicitando o aumento de 200 mil sacos na quota daquele Estado.

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Aderbal Novais, Antonio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rollemberg, Álvaro Simões Lopes, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou de telegramas da Sra. Teodolinda Junqueira, Cooperativa dos Usineiros de Sergipe, Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, e Distilaria dos Produtores de Pernambuco.

Exame de escrita — O Sr. Presidente propõe a aprovação do exame da escrita do I.A.A. pela firma Price, Waterhouse, Peat & Co., sem prejuízo do estudo pelos Srs. membros da C.E. do relatório dos referidos técnicos.

Normas para concurso — Aprovam-se as instruções organizadas pela Seção Jurídica, destinadas a regular o concurso para preenchimento de vagas na referida seção.

Auxílios e donativos — Aprova-se o seguinte: "Aguardar a distribuição da verba de 300.000 cruzeiros, concedida como socorro às vítimas da enchente de Alagoas. Se houver saldo, autorizar o orçamento das obras nos rios Tatuamunha e Estivas, afim de que se decida que auxílio poderá ser concedido pela Comissão Executiva, dentro do referido saldo à vista do orçamento."

Convênio Internacional — O Ministério das Relações Exteriores remete ao Instituto os termos autenticados do Protocolo, assinado em Londres, prolongando por um ano o Convênio Internacional do Açúcar. A C.E. toma conhecimento do assunto.

Produção de açúcar — Em ofício de 14 do corrente, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, diz ter recebido um apêlo da Associação Comercial de Sergipe para que interferisse junto ao Sr. Presidente do Instituto no sentido de ser dada preferência à exportação, por via marítima, da safra sergipana. Por sugestão do Sr. Presidente foi dado vista do caso ao Sr. Luis Dias Rollemberg.

Liberação — Autoriza-se a liberação da produção excedente da Usina Bandeirantes.

Requisição de melaços — Resolve-se o seguinte: a) reduzir para 40% a requisição do melaço produzido nas usinas que não têm distilaria; b) determinar que as usinas que tenham distilaria lotem a capacidade total de sua distilaria. Se houver saldo de melaço, 40% dêsse melaço remanescente deverá ser entregue à Distilaria de Santo Amaro; c) o cálculo de 40% deverá ser feito sôbre a base das resoluções anteriores.

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meier, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rollemberg, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Estatuto da Lavoura Canavieira — Com ofício de 16 de janeiro, as Usinas Junqueira encaminham ao Sr. Presidente do Instituto a minuta do contrato-tipo de que cogita o art. 20 do Decreto-lei n.º 6.969. A Comissão Executiva toma conhecimento da providência.

Delegacia Regional de São Paulo — Aprovado o parecer do Sr. Castro Azevedo com referência ao processo instaurado para apurar irregularidades no Serviço de Distribuição de Álcool Industrial da Delegacia Regional de São Paulo, resolve-se aplicar as seguntes penalidades: demissão a bem do serviço público dos funcionários Wilson Vetere de Oliveira e Olavo Carneiro, suspensão por noventa dias à funcionária Maria de Lourdes Pierre Pauperio.

Retenção de pagamento — Aprova-se o parecer da Gerência referente à reclamação da Usina Pumati, Pernambuco, sôbre a retenção da bonificação sôbre álcool.

Fabrico de aguardente — Manda-se comunicar à Delegacia Regional de Pernambuco que a autorização para fabricar aguardente em vez de álcool compreende apenas a Usina Central Serra Azul.

— De acôrdo com o parecer da Seção de Es-

tudos Econômicos, nega-se à Usina Ilha Bela, R. G. do Norte, autorização para fabricar aguardente na presente safra.

Montagem de novas usinas — Resolve-se transformar em diligência o processo de interêsse de João Gomes de Campos e outros.

Incorporações de quotas — Autoriza-se a utilização, na presente safra, da quota da Usina Maracajá pela Usina Cariri, ambas no Estado do Ceará.

— São deferidos os seguintes processos: à Usina Lindoia, M. Gerais, a quota do engenho de Francisco Soares Henrique; à Usina Pedrão, M. Gerais, as quotas dos engenhos de Irmãos Junqueira e Leides de Andrade Ribeiro; à Usina Jatiboca, M. Gerais, a quota de engenho de Benjamim José da Silva; à Usina Adelaide, S. Catarina, a quota do engenho de Hercílio Rampeloti.

— São indeferidos os processos de interêsse da Usina Ariadnópolis e Olinto de Paiva e Silva, M. Gerais; de Hermógenes Fernandes de Lima e Antônio Rosa de Morais e Avelanno Alves de Araujo, Goiás.

— E' denegado o recurso de José Fernandes de Moura, M. Gerais.

— Transforma-se em diligência o julgamento do processo de interêsse de Em|lio da Silva e Sousa e Cassimiro dos Santos Lages, M. Gerais.

Fornecimento de cana — Nega-se provimento ao recurso de Joaquim Wanderley de Araujo Pinho e outros versus Robert Durand & Cia., Bahia.

Modificação de espécie — Antônio Mariano Pena, M. Gerais, açúcar para rapadura, deferido.

Transferência de proprietários — Antônio Moisés Ferreira, São Paulo, deferido.

Inscrição de fábrica — A Comissão Executiva, tendo em vista o que dispõe a Resolução n.º 38/42, de 5/8/42, resolve autorizar o registro das fábricas de aguardente dos interessados abaixo relacionados, deferidos os pedidos constantes dos requerimentos que lhes deram origem: Felismino Cesar Cabral de Vasconcelos, Antônio Costa e Amorim, Antônio de Almendra Freitas, Davi Couto, Antônio Alves de Barros, José Pina de Albuquerque, Otacílio Mangueira Ramalho, José Onofre dos Santos, João Licio da Silva, João Galvani, Ernesto Ferreira da Costa, Aristides de Almeida, Jamil Matar, Gregório Kachanuck, Joaquim Gonçalves Palhano, Hortêncio Pires Andrade, Guilherme Osterberg, Artur Germano Hellwig, Helmuth Engel, Henrique Fries, Adolfo Mitelstadt, Antônio Hartiman, Agostinho José de Almeida, Catulino Balduino Evangelista, Felipe Cavalcanti de Albuquerque, Oswaldo da Cunha Lima, Pedro de Sousa Regino, Primo Bispo de Deus, Otaviano Crisóstomo de Magalhães, Jacinto Vieira Paniago, João Nunes Viana, Wilson Geraldo de Paiva, Agíbio Martins da Silva, João Vitor da Cunha.

Aumento de Limite — Com fundamento nos pareceres da Seção Jurídica, a Comissão Executiva resolve conceder os seguintes: Fábrica de Açúcar dc Antônio S. C. Beltrão (rendeiro, estando o engenho inscrito neste Instituto em nome de João Carneiro Beltrão), 1.276 sacos; José Bernardino Ximenes, 1.086 sacos; Manuel Cavalcanti de Albuquerque Pessoa, 692 sacos; Alice de Almeida Lins, 257 sacos e Pedro Onofre Rafael, 60 sacos.

Inscrição de Fábrica de Açúcar — José Gomes de Melo, Pernambuco (manda-se fazer a anotação provisória.

5.ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meier, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luiz Dias Rolemberg, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Bonificação de Álcool — Aprova-se a proposta da Gerência com referência às bonificações de álcool da Usina Pumati, Pernambuco.

Exportação — Autoriza-se a exportação de açúcar diamantino no valor de 50 mil cruzeiros para a Itália, conforme solicitou o Comité Italiano de Socorro às Vítimas de Guerra.

Financiamento — Contra o voto do Sr. Bezerra Filho, aprovam-se as conclusões do relatório da Seção de Assistência à Produção sôbre a taxa de 1 cruzeiro por tonelada de cana fornecida na safra de 1943/44.

Produção de Açúcar — A C.E. toma conhecimento dos dados apresentados pela Seção de Fiscalização sôbre a atual posição da estimativa da safra 1944/45, que é calculada em 16.477.895 sacos.

— Relativamente à carta de 27/12/44, da Cia. Agrícola Baixa Grande, Usina Santo Amaro, de Campos, que trata do pagamento da sobretaxa de Cr$ 6,00, por saco de açúcar mascavo, produzido em proporção superior à produção dêsse açúcar na safra passada, aprova-se a seguinte deliberação:

"Encaminhe-se o expediente à Seção de Estudos Econômicos, para estudar o assunto em conjunto, considerando tôdas as usinas fluminenses que estiverem nas mesmas condições de produção de açúcar mascavo em proporção superior à da safra passada."

Transporte — Discutida uma exposição do Sr. Dias Rollemberg sôbre o escoamento do açúcar de Sergipe pelos portos de Aracajú e Salvador, aprova-se o seguinte:

"a) — À Cooperativa dos Usineiros de Sergipe serão conferidos 65% do total das praças destinadas a açúcar nos condutores que escalam o porto de Aracajú.

b) — Aos exportadores de açúcar da praça de Aracajú caberão os restantes 35% das praças nos mesmos condutores, aplicáveis 30% a açúcar cristal e 5% a açúcar mascavo.

c) — Fica sem efeito o item 3.º da proposta do Sr. Rollemberg, admitido, em substituição, o seguinte:

"A quota de exportação não aproveitada pelos exportadores reverterá em favor da Cooperativa, ou vice-versa."

Tabelamento de Cana — Resolve-se encaminhar à Comissão Especial de Estudo de Novas Tabelas de Cana o telegrama dirigido ao Sr. Presidente da República pela Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas.

Montagem de Novas Fábricas — Em carta de 20-10-44, o Sr. Jair Meireles presta informações sôbre o desmonte e embalagem de ferragens adquiridas em Sergipe, para os Núcleos Coloniais do Ministério da Agricultura. A C.E. toma nota do assunto.

— Em petição de 12-1-43, diversos proprietários de engenhos de açúcar no município de Teixeira. Estado de Minas Gerais, comunicam ao Instituto que resolveram montar uma usina de açúcar, naquele município, com fundamento no art. 4.º — letra "a" — do Decreto n.º 24.749. A quota da usina será constituida pelas quotas de mais da metade dos engenhos do município. As quotas de açúcar dos engenhos se transformarão em quotas de fornecimentos de canas, junto à nova usina. — Deferido nos termos do parecer do Sr. Castro Azevedo.

Incorporações de quotas — Autorizam-se as seguintes: à Usina São Manuel, S. Paulo, as quotas do espólio de Sócrates Halfeld Andrade e Benedito Rodrigues de Aguiar; à Usina N. S. Aparecida, S. Paulo, a quota do engenho de Pedro Pessini; à Usina Santa Elisa, S. Paulo, a quota do engenho turbinador de João Luiz Garcia; à Usina Paredão, S. Paulo, a quota do engenho turbinador de Ernesto Bagir; ao engenho turbinador São José, São Paulo, de Antônio Alves de Lima a quota do engenho de João Antônio Pinheiro.

— São indeferidos os processos de interêsse de Gabriel Ferreira de Souza e Joaquim Lourenço de Oliveira, São Paulo.

Fornecimento de cana — Aprova-se o parecer da Seção Jurídica no processo de interêsse de José de Sousa, São Paulo.

Redução de limite — Manda-se arquivar o processo de interêsse de Pedro José de Freitas, Ceará.

6.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rollemberg, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Fabrico de aguardente — De acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, é indeferido o requerimento em que a Usina Catende, Pernambuco, solicitava autorização para fabricar aguardente.

— Nos termos do parecer da mesma Seção, autoriza-se a Usina São Francisco, Rio Grande do Norte, a fabricar aguardente, intimando-se a mesma a reparar a sua aparelhagem.

Distilarias Centrais — Resolve-se dar a denominação de Distilaria Central de Ubirama à fábrica instalada pelo I.A.A. em Lençóis, São Paulo.

— Anota-se a comunicação de que a Distilaria Central de Santo Amaro já produziu de novembro de 1943 a 31-12-44, 2.430.615 litros de álcool.

Estimativa da safra — A C.E. toma conhecimento dos elementos fornecidos pela Seção de Estatística sôbre a posição da safra em 15 de janeiro.

Notas de entrega — Aprova-se o parecer da Seção Jurídica sôbre a emissão de notas de entrega de açúcar pelas Prefeituras, de acôrdo com a proposta da Seção de Fiscalização.

Funcionamento de engenhos — O Sr. Presidente autoriza novo exame do caso dos engenhos turbinadores de Balbino Rodrigues França Junior e Adelino Garcia Bastos, localizados em Itaperuna, Estado do Rio.

Montagem de novas fábricas — Em face de uma carta da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco sôbre a instalação de uma refinaria em Pelotas, Rio Grande do Sul, e de acôrdo com a proposta do Sr. J. Bezerra Filho, a C.E. resolve ouvir a Seção Jurídica para saber se o I.A.A. pode limitar a produção de refinados.

Aumento de limite — Com fundamento no voto do Relator, Sr. Castro Azevedo, a Comissão Executiva resolve conceder os aumentos propostos, em caráter definitivo, nos limites das usinas em questão, nas condições a seguir:

Cia. Engenho Central Quissaman — Usina Quissaman — Estado do Rio de Janeiro — Concedido o aumento definitivo de 10.323 sacos de açúcar.

Cia. Usina Cambaíba — Usina Cambaíba — Estado do Rio de Janeiro — Concedido o aumento definitivo de 3.747 sacos de açúcar.

B. Lisandro — Usina São João — Estado do Rio de Janeiro — Concedido o aumento defintivo de 4.670 sacos de açúcar.

Cia. Agrícola e Industrial Magalhães — Usina Barcelos — Estado do Rio de Janeiro — Concedido o aumento definitivo de 5.469 sacos de açúcar.

Julião Nogueira & Irmão — Usina Queimado — Estado do Rio de Janeiro — Concedido o aumento definitivo de 8.247 sacos de açúcar.

S. A. Tourinho, Agrícola e Industrial — Usina Dom João — Bahia — Concedido o aumento definitivo de 2.064 sacos de açúcar.

Cia. Usina Cinco Rios — Usina Cinco Rios — Bahia — Concedido o aumento definitivo de 4.005 sacos de açúcar.

H. Costa & Cia. — Usina Santa Luzia — Bahia — Concedido o aumento definitivo de 206 sacos de açúcar.

Inscrição de fábricas — José Raimundo Nogueira de Sousa — Minas Gerais — Indeferido. Josó Ribeiro P. de Magalhães — Minas Gerais — Reconsidera-se o despacho.

Inscrição provisória e deslacramento de maquinaria — João Raimundo Quintão — Minas Gerais — Aprova-se o parecer da Seção Jurídica.

Liberação de aguardente — Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral e Cerveja de Alta

Fermentação — Rio de Janeiro — Aprova-se o parecer da Seção Jurídica.

Fornecimento de cana — José Boa Morte — Estado do Rio de Janeiro — Manda-se arquivar.

Incorporação de quotas — Autorizam-se as seguintes: À Usina Jatiboca, Minas Gerais, engenhos de José Pereira Soares, Galdino Pedro de Queiroz e Antônio Augusto de Oliveira .

À Usina Pontal, Minas Gerais, engenhos de Levindo Rodrigues Pereira, Isabel Madureira de Oliveira e Horácio Francisco Vieira.

À Usina Santa Clara, São Paulo, engenho de Ângelo Mori.

À Usina Lindoia, Minas Gerais, engenho de Domiciano Antônio Monteiro de Castro.

À Usina Pedrão, Minas Gerais, engenho de Joaquim Lopes Pinheiro.

À Usina Jatiboca, Minas Gerais, engenho Manuel Martins Quintão ou Sebastião Rocha.

Ao Engenho Bálsamo, de José Ubaldo Pereira, Minas Gerais, engenhos de Laurindo dos Santos e Joaquim de Sousa Reis.

Ao Engenho de Osório Correia de Almeida, Minas Gerais, engenho de Maria Nogueira e outros.

— Acompanhando os votos do Relator Sr. Castro Azevedo, constantes dos processos abaixo discriminados, a Comissão Executiva resolve indeferir os pedidos de incorporação de quotas dos engenhos a que se referem os mesmos processos, às seguintes usinas: À Usina Jatiboca, Minas Gerais — engenho de José Isaías de Almeida, e engenho de Manuel Dias da Fonseca.

À Usina Lindoia, Minas Gerais — engenho de Pedro Correia Peres Primo, e engenho de Raquel Maria Madalena, herdeira de Miguel Elias dos Santos.

À Usina Pontal, Minas Gerais — engenho de Honório Pires de Mascarenhas.

À Usina Monte Alegre, Minas Gerais — engenho de Manuel de Oliveira Silva.

À Usina Santa Clara, São Paulo — engenho de Francisco Ferreira Coelho.

Ao Engenho São Sebastião, de Waldir Vilela Pedras, Minas Gerais — engenho de Carlos José da Silva.

Ao Engenho São Vicente, de Sebastião Abadia de Morais, Minas Gerais — engenho de José Antônio Pereira.

Incorporação deferida e averbação de transferência — À Usina Aliança, Pernambuco, o engenho Congaçari.

— Com fundamento nos votos do Relator, Sr. Castro Azevedo, constantes dos processos abaixo, a Comissão Executiva resolve indeferir os pedidos de incorporação de quotas dos engenhos a que se referem os mesmos processos, às seguintes usinas, reconhecendo aos interessados direito a recurso, nos termos do art. 3.º da Resolução n.º 42/42:

À Usina Jatiboca — Minas Gerais — engenhos de Joaquim da Silva e Sousa, José Pereira Vidal, Eugênio Ribeiro Junqueira & Filho.

À Usina São João — Minas Gerais — engenho de Bernardino Dias de Sousa.

À Usina Paraíso — Minas Gerais — engenho de Joaquim José Pereira.

À Usina Pontal — Minas Gerais — engenho de José João Soares de Sant'Ana.

José Firmino de Sant'Ana — Minas Gerais — Deu-se provimento ao recurso.

Manuel Marinho Camarão — Usina Pontal — Minas Gerais — Deu-se provimento ao recurso.

Antônio Costa da Silva — Minas Gerais — Negou-se provimento.

Usina Jatiboca e Francisco Alves da Silva — Minas Gerais — Reconsidera-se o despacho, de acôrdo com o parecer da Seção Jurídica.

Benildes Rodrigues Pena — Minas Gerais — Indeferido.

Leonor Helena da Silva (vva.) — Minas Gerais — Indeferido.

Ana Soares de Lameida — Minas Gerais — Indeferido.

Usina Santa Rosa e Gustavo Dias Paz — Minas Gerais — Indeferido.

Modificação de espécie — Antônio Pires de Oliveira Costa — Minas Gerais — Deferido.

Cancelamento de inscrição — Cesar Maranhão de Faria — Pernambuco — Deferido.

A QUÍMICA DOS HIDRATOS DE CARBONO

Registrando o livro "Esbôço da química dos hidratos de carbono", do prof. Ed. F. Degering, da Purdue University, Indiana, "The International Sugar Journal" diz que o volume, mais do que o seu título indica, é uma discussão bastante ampla da classificação dos hidratos de carbono, sua ocorrência, usos, isomerismo e configurações, devendo ser recomendado ainda pela maneira clara por que trata a estrutura dos hidratos de carbono e em particular dos dissacarídeos. A obra está dividida em sete capítulos, havendo um sôbre nomenclatura de especial interêsse para aqueles que desejem ter um conhecimento da mais recente terminologia.

Outro capítulo trata da síntese dos mono e dissacarídeos. Até agora não foi possível produzir sacarose no laboratório, malgrado as várias tentativas nesse sentido, feitas nos últimos dez anos. E' verdade que, em 1928, Pictet e Vogel anunciaram a síntese do octo-acetato de sacarose. No entanto, Irvine e Stiller não conseguiram respetir os resultados daqueles pesquisadores.

Há capítulos sôbre as propriedades físicas e químicas dos hidratos de carbono, inclusive seções sôbre testes de identificação e sôbre a aplicação industrial e o desenvolvimento dêsses corpos. O livro, informa a revista mencionada, foi composto com a colaboração de vários especialistas na matéria e contem extensas bibliografias, de grande utilidade para os estudantes, aos quais se recomenda ainda pela clareza da exposição

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Serviço de Comunicações

Dia 21 de fevereiro de 1945

254.165 (P. 84 15) A. 821.1) (D. 3-3) — Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco, solicitando aprovação de sua nova Diretoria e Conselho Fiscal. — Como parece ao Departamento Nacional do Trabalho e na conformidade das instruções contidas na Portaria Ministerial SCm. 338, de 31 de julho de 1940, aprovo as eleições realizadas no "Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco", para a constituição da respectiva administração — Diretoria e Conselho Fiscal — que autorizo empossada dentro do prazo de trinta dias a contar da data da publicação oficial do presente despacho, de acôrdo com o art. 532, da Consolidação das Leis do Trabalho, observada a seguinte discriminação para os cargos: Diretoria — Presidente: Diniz Perilo de Albuquerque Melo. Secretário: Paulo Cabral de Melo. Tesoureiro: Belarmino Luís Pessoa de Melo. Suplentes — Júlio Queiroz, Humberto de Andrade Oliveira e Cid Feijó Sampaio. Conselho Fiscal — Alfredo Bandeira Pessoa de Melo, Mário Dubeux e Antônio Cisneiros Cavalcanti. Suplentes — Rúi Carneiro da Cunha, Frederico von Sohsten e Antônio Dourado Neto. (D. O., 7-3-45).

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA

Resolução adotada na sessão plenária de 26 de dezembro de 1944

Proc. n.º 1.227 — Custo de produção dos produtos agrícolas e industriais.

Relator: Conselheiro A. J. Barbosa Lima Sobrinho.

Câmara de produção.

"O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento dos estudos feitos pelos Conselheiros Tôrres Filho, Barbosa Lima Sobrinho e Euvaldo Lodi em tôrno do custo de produção dos produtos agrícolas e industriais, é de parecer que

a) continue o Conselho, através dos seus serviços técnicos e estatísticos, a reunir elementos, até que seja possível qualquer resolução mais conveniente sôbre a matéria;

b) como providência preliminar para o levantamento geral do custo de produção, julga oportuno que os órgãos autárquicos adotem, desde logo, medidas relativas ao assunto, no setor próprrio. Aprovado em 6-2-1945. — G. VARGAS.

(D.O., Rio, 23-2-45.)

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA

Gabinete do Coordenador

PORTARIA N.º 348, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1945

Aprova o regimento interno da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo (CAESP).

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando da atribuição que lhe confere o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, e de acôrdo com a proposta constante do Ofício n.º 194, de 6 dêste mês, do Presidente da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo.

Resolve:

I — Aprovar o Regimento interno da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo, previsto no item II, **in-fine**, da Portaria número 327, de 29 de dezembro de 1944.

II — Revogar, em conseqüência, a Portaria n.º 114, de 24 de julho de 1943. — **Anápio Gomes.**

Regimento Interno da C.A.E.S.P., aprovado pela Portaria n.º 348, de 22 de fevereiro de 1945 da Constituição.

Art. 1.º De acôrdo com o estabelecido nas Portarias n.º 327 e 333, de 29 de dezembro de 1944 e de 15 de janeiro de 1945, a Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo — CAESP — é constituída do Interventor Federal, como seu Presidente, e dos seguintes membros:

a) representante do Coordenador da Mobilização Econômica;

b) representante da Federação do Comércio; e da Associação Comercial de São Paulo.

c) representante da Federação das Indústrias e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo;

d) representante da Lavoura;

e) representante do Serviço de Prioridade dos Transportes Ferroviários;

f) representante da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Os membros da CAESP serão designados pelo Coordenador da Mobilização Econômica, mediante indicação do Interventor Federal.

* * *

Art. 19. Serão organizados os seguintes serviços:

a) de carne e derivados;
b) de sal;
c) de açúcar
d) de frutas e hortaliças;
e) de aves, ovos e pescado;
f) de laticinios;
g) de farinha e gorduras;
h) de cereais e tubérculos;
i) de suprimento de utilidade ao produtor
j) diversos.

Parágrafo único. Tais serviços serão organizados dentro do plano geral dos Departamentos e atendendo às normas por êles estabelecidas.

(D.O., Rio, 23-2-1945).

A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS E NOSSOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO DECÊNIO 1933/42

Pessoa da Silva

A produção de açúcar de usina no Brasil tem assinalado sensivel aumento a partir de 1933, ano em que foi criado o Instituto do Açúcar e do Álcool. O seguinte quadro estatístico dá bem uma idéia da curva ascensional da produção açucareira, no decênio 1933/42:

PRODUÇÃO DE AÇUCAR USINA, NO DECENIO 1933/42

A N O S	PRODUÇÃO (sc 60 Kg)	N.º INDICES (1933=100)	Diferença de ano para ano — Sacos	Diferença de ano para ano — %
1933	8.745.779	100	...	...
1934	9.045.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Apesar das pequenas oscilações verificadas em alguns anos desse período, em que parecia delinear-se uma quebra do rítmo ascendente da produção de açúcar de usina, constatamos que essas oscilações se revestem de relativa significação quando observados em conjunto, pois que, de um modo geral, se mantem estável a tendência para elevação gradativa da produção, constatando-se em 1942 uma diferença de 5.121.180 sacos sôbre a produção do ano base, ou seja, 1933. Essa diferença corresponde a uma percentagem de 58,5%, para mais, sôbre a produção do ano-base, o que já é um aumento bastante significativo.

Um estudo comparativo da produção de açúcar de usina no período em referência com a dos princípais produtos agricolas nacionais, revela que, na sua quase totalidade, apresentam êstes últimos, ora sensivel redução nos seus índices produtivos, ora grande desequilíbrio e instabilidade nos seus dados de produção anual, com exceção de apenas alguns deles. Segundo os elementos estatísticos oficiais, fornecidos pelo Ministério da Agricultura, vamos observar, em primeiro lugar, a situação da produção agricola nacional do algodão em pluma, — a melhor colocada, aliás, nas estatísticas da produção — estabelecendo um paralelo entre este produto e o açúcar de usina.

E' a seguinte a produção do algodão em pluma, no período 1933/42, com seus respectivos números índices:

PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA, NO DECENIO 1933/42, COMPARADA C/A DE AÇUCAR

Algodão pluma anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	Difer. ano p/ano. %	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	Difer. ano p/ano %
1933 . .	151.253	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	284.604	189	+ 133.351	+ 89,1	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	297.306	197	+ 12.702	+ 5,4	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	351.543	233	+ 54.237	+ 19,2	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	405.024	284	+ 53.481	+ 16,2	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	436.628	289	+ 31.604	+ 8,8	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	428.523	268	— 8.105	— 2,8	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	468.695	309	+ 40.172	+ 10,3	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	503.003	333	+ 34.308	+ 8,3	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	376.954	250	— 126.049	— 26,0	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Verifica-se, pois, que o algodão é dos poucos produtos agrícolas que, em 1942, apresentam consideravel aumento sôbre a produção de 1933. Com efeito, de uma produção de 151.253 toneladas naquele ano, elevou o seu total para 376.954, o que fez deslocar o seu índice produtivo de 100 para 250 nesse período. Foi mesmo o produto que maior desenvolvimento assinalou no decênio 33/42, seguindo-se-lhe de perto o caroço de algodão, com uma diferença de índice de 149 sôbre o ano base e depois a mandioca, com uma diferença de 74 pontos, sendo que esta última, pelas estimativas dos anos de 1943 e 1944, já está com a sua produção em franco declínio. A percentagem de aumento em 1942 sôbre o ano base corresponde, para o algodão em pluma, a 149,2% em números absolutos.

Se compararmos a produção de açúcar no decênio 1933/42, com a do arroz, um dos produtos agrícolas de mais amplo consumo no Brasil, verificaremos que os seus respectivos índices produtivos caminham paralelamente, apresentando uma tendencia de elevação mais ou menos semelhante no mesmo lapso de tempo. Damos, a seguir, em números absolutos e relativos a produção desses dois gêneros, num quadro comparativo:

PRODUÇÃO DE ARROZ, NO DECÊNIO 1933/42, COMPARADA COM A DO AÇUCAR

Arroz anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	Difer. ano p/ano. %	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	Difer. ano p/ano %
1933 . .	1.186.104	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	1.184.748	91	— 1.356	— 2,1	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	1.366.770	116	+ 182.022	+ 16,3	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	1.213.580	103	— 153.190	— 12,2	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	1.231.799	104	+ 18.219	+ 1,6	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	1.529.274	129	+ 297.475	+ 25,0	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	1.484.514	126	— 44.760	— 3,0	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	1.319.973	112	— 164.541	— 11,1	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	1.687.534	143	+ 367.561	+ 27,9	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	1.902.638	160	+ 215.104	+ 12,8	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Observamos pela exposição que os dados nos oferecem ter sido bem aproximada a evolução dos índices produtivos, dêsses dois produtos básicos da alimentação brasileira, no período 1933/42.

O arroz apresentou uma percentagem absoluta de aumento de **6,4%** sôbre o ano incial, enquanto que o açúcar teve um aumento percentual de 58,5%, no mesmo cálculo.

Vamos, agora, estabelecer paralelo entre a produção de batata, um dos nossos principais gêneros de primeira necessidade, e o açúcar, no decênio de 1933/42. Verificaremos, então, a marcha lenta da produção daquela cultura, cujos índices não evoluiram, evidentemente, na proporção do aumento verificado na população do país e na ampliação de sua capacidade de consumo no ciclo em referência. Decorre daí igualmente, a redução das percentagens médias de consumo daquele produto de ano a ano, assinalando um total de consumo **per capita** igual a **9,5 quilos** em 1933 ano-base, e de **9,3** em 1942, admitindo-se um cálculo de população de, respectivamente, 40 e 45 milhões de habitantes para êsses anos.

Confrontemos os dados referentes à produção de Batatas e de açúcar, no decênio 1933/42:

PRODUÇÃO DA BATATA NO DECENIO 1933/42, COMPARADA COM A DE AÇUCAR

Batata anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	Difer. ano p/ano. %	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	Difer. ano p/ano %
1933 . .	380.369	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	314.679	74	— 65.690	— 17,2	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	358.928	95	+ 44.249	+ 14,0	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	335.006	88	— 23.922	— 6,6	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	322.791	84	— 12.215	— 3,6	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	401.779	106	+ 78.988	+ 24,4	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	503.822	132	+ 102.043	+ 25,3	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	433.746	115	— 70.076	— 13,9	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	452.500	118	+ 18.754	+ 4,3	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	419.244	110	— 33.256	— 7,3	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Verifica-se pelo quadro acima, que a produção de batatas se mantem mais ou menos estacionária no decênio 1933/42, pois o insignificante aumento que assinala no índice de 1942 nenhuma expressão contem em face do aumento de população verificado nesse período. Com efeito, enquanto a percentagem de aumento da produção de açúcar, em números absolutos, acusava nesse período uma elevação de 58,5%, os índices percentuais, da batata não conseguiram ultrapassar a casa dos 36 e meio por cento.

Passemos agora a analisar a situação da produção açucareira no período 33/42, comparando-a com a produção agrícola do café, no mesmo período. O café, de todos os produtos até agora computados, é o que apresenta maior declinio de produção no referido decênio, tendo em 1933 — uma produção de 1.776.600 toneladas, total que baixou, em 1942, para 829.879 toneladas, assinalando, dêsse modo, uma, diferença de 946.721 toneladas, ou seja, mais que a produção atual! Se atentarmos em que a produção **per capita** está na razão direta da produção e da população num determinado momento, verificaríamos a queda sensivel da produção do café no período que vimos estudando. Enquanto que, para uma produção de 1.776.600 toneladas, em 1933, tivemos uma produção **per-capita** de 44,5 quilos, em 1942, para uma produção de apenas 829.879 toneladas, assinalamos apenas uma produção **per capita** de 20,4 quilos, tomando como base do cômputo uma população de 40 milhões de habitantes em 1933 e 45 milhões, no ano de 1942. Comparemos agora os elementos estatísticos referentes ao café e ao açúcar.

PRODUÇÃO DO CAFE' NO DECENIO 1933/ 42, COMPARADA COM A DE AÇUCAR

Café anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	%	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	%
1933 . .	1.776.600	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	1.652.538	93	— 124.062	— 7,9	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	1.135.872	63	— 516.666	— 31,2	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	1.577.046	88	+ 441.174	+ 38,8	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	1.460.959	82	— 116.087	— 7,3	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	1.404.143	79	— 58.815	— 4,0	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	1.157.031	65	— 247.112	— 17,5	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	1.002.062	56	— 154.969	— 13,3	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	961.552	54	— 40.510	— 4,0	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	829.879	46	— 131.673	— 13,6	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Verificamos, dêsse modo, que a produção do café brasileiro está reduzida à metade, comparando-se os volumes da produção atual com a de 1933. E' curioso observar, por outro lado, que desde o ano-base vem se assinalando num ritmo crescente a queda dos volumes de produção da preciosa rubiácea. Partindo de um índice 100 em 1933 vamos encontrar em 1942 um índice de 46! A imagem do quadro acima é tão expressiva para indicar o declínio dêsse produto básico da agricultura brasileira no decênio em estudo que dispensa quaisquer outras observações nesse particular, salvo quando se trate de pesquisar a gênese e evolução de fenômenos. Enquanto nesse decênio o açúcar apresentou, em números absolutos, um aumento de 58,5%, sôbre a produção de 1933, o café teve uma queda que se pode expressar em índices percentuais alarmantes: 53,2% de redução!

Estudemos agora a produção agricola do caroço de algodão no Brasil, no período de 1933/42 e analisemos detidamente a sua curva de evolução. Em números absolutos, a produção do ano inicial do presente inquérito, isto é, 1933, é bem inexpressiva, pois apresenta apenas um total de 352.924 toneladas. Se bem que apresentando ligeira instabilidade, tem, contudo, aumentado nos primeiros anos da serie a produção de caroço de algodão, manifestando-se mais ou menos estacionária no triênio 1939/41, com declínio apenas em 1942, quando apresenta uma produção de 879.555 toneladas, contra 1.173.673 toneladas do ano anterior.

Vejamos os dados:

PRODUÇÃO DO CAROÇO DE ALGODÃO, NO D ECÊNIO 1933/42, COMPAR. COM A DE AÇÚCAR

Caroço Algodão anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	Difer. ano p/ano. %	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	Difer. ano p/ano %
1933 . .	352.924	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	664.074	189	+ 311.150	+ 88,1	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	693.714	196	+ 29.640	+ 4,4	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	820.268	232	+ 126.554	+ 18,2	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	945.054	267	+ 124.786	+ 15,2	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	1.018.798	288	+ 73.744	+ 7,8	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	999.882	283	— 18.916	— 1,8	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	1.093.612	309	+ 73.730	+ 8,3	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	1.173.673	332	+ 80.061	+ 7,3	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	879.559	249	— 294.114	— 25,0	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Já fizemos, na parte referente ao estudo do volume físico do algodão brasileiro, uma referência especial ao caroço de algodão, que se colocou entre os três únicos produtos agrícolas nacionais que apresentaram substancial aumento de produção no decênio 1933/42. Com efeito, passou de 100 para 249 o índice produtivo do caroço de algodão nos anos, respectivamente, de 1933 e 1942. Em números absolutos, a produção de 1942 apresentou um **superavit** de 149,2% sôbre a de 1933.

Se considerarmos agora a situação de um dos nossos principais produtos agrícolas, base da alimentação rural e de grande parte das populações brasileiras, que é o feijão, verificaremos que a preciosa **leguminosa** tem estado com a sua produção mais ou menos estacionária no período de 10 anos, a que temos circunscrita as nossas observações. Com uma produção de 704.562 toneladas em 1933, apresenta, em 1942, um total de 865.366 toneladas. E' verdade que em alguns anos intermediários conseguiu elevar essa produção, mas várias intermitências se verificaram nesse período que fizeram decrescer os índices produtivos dessa cultura. Damos, a seguir, um esquema completo das curvas de produção do feijão no período 1933/42:

PRODUÇÃO DO FEIJÃO, NO DECENIO. 1933/42, CAMPARADA COM A DE AÇUCAR

Feijão anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	Difer. ano p/ano. %	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	Difer. ano p/ano %
1933 . .	704.562	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	663.960	95	— 40.602	— 5,7	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	818.010	116	+ 113.448	+ 17,0	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	826.981	117	+ 8.971	+ 1,0	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	828.673	118	+ 1.692	+ 0,2	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	854.167	121	+ 25.494	+ 3,0	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	789.722	112	— 64.445	— 7,5	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	767.314	108	— 22.408	— 2,8	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	874.897	125	+ 107.583	+ 14,0	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	865.366	122	— 9.531	— 1,0	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Partindo, pois, de uma produção global de 704.562 toneladas em 1933, apresenta o feijão uma produção de 865.366 toneladas em 1942, assinalando-se, pois, um deslocamento do seu índice produtivo de 100 para 122, o que representa, de fato, uma elevação pouco significativa.

Além do mais, há muita oscilação na curva de produção dêsse produto, constatando-se nesse período, de ano para ano, avanços e recuos dos respectivos índices. De produção acentuadamente instavel e sem paralelismo com a evolução, demográfica do país, com a qual não tem mantido a indispensavel relação de proporcionalidade, pode-se afirmar, de um modo geral, que a produção de feijão no Brasil está em declínio. A percentagem de diferença entre a produção referente ao

ano de 1933 e 1942 é de 22,8% para o feijão, enquanto o açúcar atingiu uma diferença precentual de 58,5%.

A produção de fumo, para falar noutro produto de certa importância em nossa balança comercial interna, tambem se mantem em 1942, quase ao nivel da produção verificada em 1933, apesar de haver apresentado nos anos intermediários alguns coeficientes mais elevados, que não se mantiveram, contudo, em ritmo ascencional, decrescendo por vezes, de intensidade.

Vamos estabelecer breve análise da curva de produção do fumo nacional, comparando-a com a do açúcar, para chegarmos à conclusão que os índices estatísticos oferecem. E' a seguinte a produração de fumo do Brasil, no período de 10 anos, que vai de 1933 a 1942:

PRODUÇÃO DE FUMO, NO DECÊNIO 1933/42, COMPARADA COM A DE AÇÚCAAR

Fumo anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	%	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	%
1933 . .	92.318	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	99.540	108	+ 7.222	+ 7,8	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	101.815	110	+ 2.275	+ 2,2	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	90.865	98	— 10.950	— 10,7	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	83.642	90	— 7.223	— 7,9	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	91.101	98	+ 7.459	+ 8,9	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	95.998	103	+ 4.897	+ 5,3	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	94.768	102	— 1.230	— 1,2	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	95.537	103	+ 769	+ 0,8	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	92.772	100	— 2.765	— 2,8	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

De produção tambem instavel, apesar de não apresentar no período quedas bruscas ou elevações vertiginosas, tem se mantido em nossos dias no mesmo nível de 10 anos atrás, o tabaco nacional. E' outro produto de nossa agricultura cujo desenvolvimento não se tem feito sentir, na escala de nossas necessidades atuais. Excelente fonte de riqueza e de facil industrialização no país, merece o amparo dos poderes competentes para um tratamento racional e científico.

Examinemos, agora, a situação da mandioca, sob o ponto de vista de sua produção, no decênio 1933/42. E' o produto agrícola, que ao lado do algodão em plumas e do caroço de algodão, conseguiu quase duplicar a sua produção nessa década. As estatísticas registravam uma produção de 4.893.300 toneladas em 1933 e essa produção se elevou para 8.714.651, em 1944. Até 1937 a produção da mandioca no Brasil se manteve mais ou menos estacionária, às vezes até com decréscimo sôbre a produção do ano base. Dêsse período por diante teve sempre aumentado seu volume físico, principalmente graças ao amparo direto dos poderes públicos, tendo sido criada uma legislação especial de estímulo e defesa a essa fonte de riqueza agrícola nacional. Sendo o terceiro produto, entre 10, que teve aumento de produção maior que o açúcar, no decênio, apresenta uma percentagem de aumento igual a 74,8%, enquanto o açúcar assinala 58,5%.

Vejamos a situação da mandioca no quadro geral da produção brasileira, em confronto com a produção de açúcar, no decênio 1933/42:

PRODUÇÃO DE MANDIOCA NO DECÊNIO 1933/42, COMPARADA COM A DE AÇÚCAR

Mandioca anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	%	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	%
1933 . .	4.983.300	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	5.293.200	106	+ 309.300	+ 6,2	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	4.541.000	91	— 752.200	— 14,2	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	4.946.850	99	+ 405.850	+ 8,9	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	5.013.042	100	+ 66.192	+ 1,3	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	6.020.611	120	+ 1.007.569	+ 20,0	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	7.122.316	142	+ 1.101.705	+ 18,2	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	7.331.862	147	+ 209.546	+ 2,9	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	7.762.561	156	+ 430.699	+ 5,8	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	8.714.651	174	+ 952.090	+ 12,2	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Observa-se do quadro em análise que, depois do algodão em pluma, que apresentou em 1942 um índice de 250 e do caroço de algodão, com 249 de índice no mesmo ano, foi precisamente a mandioca o único produto que apresentou índice superior ao açúcar no período 1933/42, assinalando 174 pontos, ou seja, 16 pontos a mais. Mesmo assim, se tivessemos de observar mais recentemente os dados de produção dêsses dois gêneros verificariamos que a produção de mandioca tem decréscido sensivelmente nos dois últimos anos, enenquanto o açúcar se mantem estavel no ritmo produtivo. Na observação do fenômeno seria oportuno lembrar as palavras com que o Sr. Manhães Barreto, uma das nossas maiores autoridades no assunto, apreciou o fenômeno da produção da mandioca no Brasil. São as seguintes as palavras daquele técnico:

> "Só de 1935 para cá se procurou transformar a mandica em grande fonte de riqueza, pelo estímulo à produção e à industrialização; o convênio brasileiro-argentino, de 1940, deixou sem objetivo os resultados do trabalho e das inversões dos que atenderam os apelos do governo, quanto ao incremento de tal produção e de tal industrialização; por outro lado o aniquilamento das instalações e lavouras das Indias Holandêsas pôs à nossa mercê importantíssimos mercados; é necessário fazer-se imediatamente algo importante no assunto, para aproveitarmos esses mercados e ao mesmo tempo evitarmos que em 1943 nos arruínem os efeitos do convênio de 1940; o que se tem a fazer, é incorporar-se grande consórcio nacional, com forte ajuda do Poder Público, para a industrialização da raíz da mandioca, a conquista e conservação dos mercados exteriores".
>
> (Manhães Barreto: "Economia Mandioqueira" in "Economia", S. Paulo — n.º 38, julho 1942, págs. 9 a 15).

A produção de milho, um dos produtos básicos da alimentação brasileira, tem se mantido sem grande oscilação no período de 1933/42. Em 1940, apenas, sofreu sensivel redução, recuperando, contudo, o nivel anterior nos anos subsequentes. Desde o ano-base a produção se mantem nos cinco e meio milhões de toneladas volume que ainda conserva em 1942. Mesmo assim, são os anos intermediários de 1935/38 os que apresentam maior índice de produção, assinalando-se dessa fase por diante discreta tendência para a redução de volume físico. Assim é que, em virtude do grande desenvolvimento do país e da fase de ressurgimento por que atravessa e ainda em consequência do aumento de sua população, no decênio em referência, tínhamos em 1933 um índice de produção correspondente a 140,4 **per capita,** enquanto que êsse índice baixou para 122,6, em 1942, calculando-se a população do país em 45 milhões de habitantes neste último ano. Mesmo que a população fosse calculada em apenas 42 milhões, em 1942, o índice não ultrapassaria 137,0, **per capita.** Verifica-se, pois, que a produção de milho, um dos nossos principais alimentos e um dos produtos básicos de nossa agricultura, não tem aumentado em proporção capaz de satisfazer às necessidades fundamentais do país e às exigências mínimas do Consumo interno.

Coloquemos em confronto os dados referentes à produção de milho e de açúcar, no Brasil, no mesmo período:

PRODUÇÃO DE MILHO, NO DECÊNIO 1933/42, COMPARADA COM A DE AÇÚCAR

Milho anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano Toneladas	Difer. ano p/ano %	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	Difer. ano p/ano %
1933 . .	5.608.212	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	5.292.060	94	— 316.152	— 5,6	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	5.932.908	105	+ 640.848	+ 12,1	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	5.721.202	102	— 211.703	— 3,5	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	5.775.910	102	+ 54.708	+ 0,9	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	5.559.835	99	— 216.075	— 3,7	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	5.393.553	96	— 166.282	— 2,9	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	4.875.533	86	— 518.020	+ 9,6	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	5.559.482	100	+ 683.949	+ 14,0	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5,0
1942 . .	5.517.507	99	— 41.975	— 0,7	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

A conclusão que nos oferece a análise do presente quadro estatístico é, pois, bastante desalentadora. Tendo partido, em 1933, de um índice centesimal de relatividade igual a 100 não conseguiu a produção de milho, após 10 anos decorridos, manter sequer o mesmo nível de volume físico. Decresceu para 99, ainda com maior redução para as percentagens de produção **per capita**, de vez que não foi possivel manter nesse período a indispensavel relação de proporcionalidade entre os índices produtivos, o desenvolvimento demográfico do país e diversos outros fatores que poderiam concorrer para a dilatação da capacidade aquisitiva ou de consumo das populações.

Enquanto o balanço das flutuações da produção do milho brasileiro revela para o ano de 1942 um **deficit** de 16,1% sôbre a produção do ano-base, ou seja, 1933, nesse mesmo período as percentagens diferenciais acusam, pela análise dos números absolutos da produção de açúcar, um **superavit** de 58,5% para este último produto de nossa economia.

O último produto numa série de dez, cujos dados de produção estamos confrontando com os do açúcar, no período de 1933/42, é o trigo, considerado artigo de necessidade vital para o país. O desenvolvimento das nossas plantações de trigo está condicionado ao problema da importação desse cereal do estrangeiro, principalmente da Argentina, motivo por que a sua produção se tem processado irregularmente, apresentando, às vezes, índices elevados, como no periodo 1935/37, para decair, vezes outras, como nos anos de 1939 e 1940. E' bem verdade que ultimamente, sentindo o estímulo de várias medidas protecionistas, a produção muito se desenvolveu nos anos de 1941 e 1942, tendo apresentado neste último ano o maior coeficiente de volume físico de nossas estatísticas, expresso num total de 248.372 toneladas. A produção do trigo nacional, contudo, está sujeita a consideravel decréscimo, por fôrça dos últimos convênios firmados entre o nosso Govêrno e o da República Argentina, pelos quais se obriga êste último país a nos fornecer, em larga escala, o trigo argentino indispensavel às nossas necessidades de consumo.

A comparação dos elementos referentes à produção de trigo no Brasil e à produção de açúcar, nos oferece ensejo para demorado estudo sôbre o ciclo evolutivo dêsses dois produtos, que formam em plano de destaque no quadro dos gêneros de primeira necessidade. Vejamos o que nos revelam as estatísticas:

PRODUÇÃO DE TRIGO, NO DECÊNIO 1933/42, COMPARADA COM A DE AÇÚCAR

Trigo anos	Produção ton.	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano. Toneladas	%	Açúcar anos	Produção sacos	N.º índices 933=100	Difer. ano p/ano sacos	%
1933 . .	156.056	100	...	...	1933	8.745.779	100	...	...
1934 . .	144.539	93	— 11.517	— 7,3	1934	9.049.590	103	+ 303.811	+ 3,4
1935 . .	146.130	93	+ 1.591	+ 1,1	1935	12.154.849	139	+ 3.105.259	+ 34,3
1936 . .	143.554	91	— 2.571	— 1,7	1936	11.198.629	129	— 956.220	— 7,8
1937 . .	149.364	95	+ 5.810	+ 4,0	1937	10.073.313	115	— 1.125.316	— 10,0
1938 . .	137.268	88	— 12.096	— 8,0	1938	10.925.453	124	+ 852.140	+ 8,4
1939 . .	101.107	64	— 36.161	— 26,3	1939	13.093.034	149	+ 2.167.581	+ 19,8
1940 . .	101.738	65	+ 632	+ 0,6	1940	14.891.868	170	+ 1.798.834	+ 13,7
1941 . .	231.454	149	+ 129.715	+127,4	1941	14.146.884	161	— 774.984	— 5.0
1942 . .	248.372	159	+ 16.918	+ 8,3	1942	13.866.959	158	— 279.925	— 1,9

Verificamos, dêsse modo, que o ciclo evolutivo da produção do trigo brasileiro no decênio 33/42 é bastante acidentado, com acentuada tendência para a queda mais ou menos sensivel. Atendendo-se às frequentes oscilações que se verificam nos anos intermediários dêssse período é que podemos chegar à conclusão de que os aumentos bruscos assinalados em 1941 e 1942 não assumem significativa importância, dado o seu carater esporádico ou puramente ocasional. Não há efetivamente, nêsse decênio uma evolução normal ou de certo modo homogênea dos índices de produção do trigo nacional.

Basta verificar o contraste entre os índices de 1940 e 1941, por exemplo, para chegar-se à conclusão que esses saltos bruscos e violentos nas

curvas de produção não são sintomáticos de uma evolução segura e permanente. Efetivamente pela análise rigorosa da curva de produção dêsse produto, não há dúvida de que a diferença de 59.1% verificada, para mais, na produção de 1942 sôbre a de 1933 é bem menos significativa do que o índice percentual de 58,5% verificado no caso do açúcar, atendendo-se à condição peculiaríssima do desenvolvimento dêsses produtos no seu ciclo produtivo e permanência e estabilidade verificadas no aumento da produção do açúcar asseguram a êsse produto mais acentuado grau de garantia na perspectiva de dilatação dos seus índices produtivos.

O quadro à pág. 28 nos oferece, numa visão de conjunto, o processo evolutivo da produção de açúcar no Brasil, no decênio 1933/42, em confronto com a produção dos principais produtos da economia agrícola nacional. A expressão dos números assim dispostos, nos revela através da mais rigorosa e convincente demonstração estatística que, com excessão apenas do algodão em pluma, do caroço de algodão e da mandioca, a produção de açúcar de usina no Brasil se tem colocado em posição de destacado relevo frente aos dados de produção dos mais importantes produtos agrícolas nacionais, tendo mesmo sôbre muitos deles, no decênio 1933/42, apresentado esmagadora superioridade.

Em face do exposto, bem justificadas nos parecem as palavras com que o Sr. Roberto Simonsen apreciou há pouco o fenômeno da redução da produção agrícola nacional, principalmente no que concerne aos produtos alimentícios, precisamente aquêles de que nos ocupamos na presente exposição. São daquele economista as seguintes expressões:

> "Os artigos alimentícios há dez anos que se mantêm numa produção total em tôrno de 18½ milhões de toneladas. Com o aumento da população, com as exportações realizadas, com as dificuldades de transporte, houve, de fato, uma apreciável diminuição na produção virtual da alimentação, o que explica, em parte, a carestia com que defrontamos, em relação aos gêneros alimentares."

(R. Simonsem, A Planificação da Economia Brasileira. S. Paulo, 1944 — página 8.)

SEMANA DO COMBUSTIVEL

Por iniciativa do prof. Arí Tôrres, a Associação Comercial de S. Paulo vai realizar, no corrente ano, períodos de estudos de problemas relevantes da economia nacional. Tais estudos se prolongarão, de cada vez, por uma semana de forma a permitir ampla exposição de tôda a matéria relacionada com o problema em foco. Técnicos serão solicitados a expor o seu ponto de vista nos debates abertos e as entidades interessadas poderão se fazer representar na reunião. A "Semana do Combustivel", sob a presidência do Sr. Álvaro de Souza Lima, deverá iniciar a série, estando a sua efetivação programada para breve.

PERCENTAGEM DE AUMENTO DA PRODUÇÃO, DE ANO A ANO, NO DECÊNIO 1933/42.

Anos	Açúcar		Algodão		Arroz		Batatas		Café		Caroço algodão		Feijão		Fumo		Mandioca		Milho		Trigo	
	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%	N.º índices 33 = 100	%
1933 . .	100	...	100	...	100	...	100	...	100	...	100	...	100	...	100	...	100	...	100	...	100	...
1934 . .	103	+ 3,4	189	+ 89,1	99	— 2,1	74	— 17,2	93	— 7,9	189	+ 88,1	95	— 5,7	108	+ 7,8	106	+ 6,2	94	— 5,6	93	— 7,3
1935 . .	139	+ 34,3	197	+ 5,4	116	+ 16,3	95	+ 14,0	63	— 31,2	196	+ 4,4	116	+ 17,0	110	+ 2,2	91	— 14,2	105	+ 12,1	93	+ 1,1
1936 . .	129	— 7,8	233	+ 19,2	103	— 12,2	88	— 6,6	88	+ 38,8	232	+ 18,2	117	+ 1,0	98	— 10,7	99	+ 8,9	102	— 3,5	91	— 1,7
1937 . .	115	— 10,0	284	+ 16,2	104	+ 1,6	84	— 3,6	82	— 7,3	267	+ 15,2	118	+ 0,2	90	— 7,9	100	+ 1,3	102	+ 0,9	95	+ 4,0
1938 . .	124	+ 8,4	289	+ 8,8	129	+ 25,0	106	+ 24,4	79	— 4,0	288	+ 7,8	121	+ 3,0	98	+ 8,9	120	+ 20,0	99	— 3,7	88	— 8,0
1939 . .	149	+ 19,8	268	— 2,8	126	— 3,0	132	+ 25,3	65	— 17,5	283	— 1,8	112	— 7,5	103	+ 5,3	142	+ 18,2	96	— 2,9	64	— 26,3
1940 . .	170	+ 13,7	309	+ 10,3	112	— 11,1	115	— 13,9	56	— 13,3	309	+ 8,3	108	— 2,8	102	— 1,2	147	+ 2,9	86	— 9,6	65	+ 0,6
1941 . .	161	— 5,0	333	+ 8,3	143	+ 27,9	118	+ 4,3	54	— 4,0	332	+ 7,3	125	+ 14,0	103	+ 0,8	156	+ 5,8	100	+ 14,0	149	+ 127,4
1942 . .	158	— 1,9	250	— 26,0	160	+ 12,8	110	— 7,3	46	— 13,6	249	— 25,0	122	— 1,0	100	— 2,8	174	+ 12,2	99	— 0,7	159	+ 8,3

Observação : — As percentagens estão calculadas sôbre os valores absolutos e não sôbre os números índices, cuja finalidade é dar uma idéia geral do fenômeno de aumento ou diminuição da produção, desprezando, por vêzes, as pequenas diferenças.

A PROPÓSITO DA ORGANIZAÇÃO DE CADASTRO

Dalmiro Almeida

A leitura do parecer do Sr. João Soares Palmeira, muito digno membro da Comissão Executiva do I.A.A., sôbre o projeto de organização do Departamento Agronômico, publicado no "Brasil Açucareiro" de outubro do ano próximo findo, dános o ensejo de algumas considerações a respeito do item 6 do citado projeto, referente à elaboração do Cadastro de Fornecedores de Canas às Usinas de Açúcar.

Nossas despretensiosas observações em tôrno de um assunto que reputamos de grande interêsse, tanto para a lavoura canavieira, como para a indústria açucareira, outro intuito não tem que o de prestar, já como agrônomo, já como encarregado do aludido Cadastro na Seção de Assistência à Produção, nossa modesta colabóração aos autores do projeto em aprêço.

E' notório que as atividades agrícolas concernentes ao cultivo da cana de açúcar em nosso país não se acham concentradas em uma zona única, e sim esparsas por diversas regiões, algumas delas muito afastadas das demais. Uma tal circunstância exige que os elementos informativos, indispensáveis à orientação das atividades dos agrônomos encarregados das zonas canavieiras, sejam colhidos dentro das respectivas regiões, por isso que entre umas e outras, há, às vêzes, grande dissemelhança, que é preciso levar em conta na elaboração dos trabalhos que lhes são concernentes.

Decorre daí a necessidade de se dar às fichas, destinadas à organização do Cadastro de Fornecedores Quotistas, uma feitura que, a par da simplicidade, permita ao organizador do cadastro todos os elementos indispensáveis à sua elaboração.

A experiência já demonstrou, suficientemente, que quanto mais simples e em menor número forem os dados pedidos para a organização de qualquer trabalho estatístico, mais fácil será a sua obtenção e maior confiança se poderá depositar na sua fidelidade. Assim sendo, procuramos reduzir ao estritamente necessário os dados a colhêr, na ficha que ora apresentamos.

Dela devem constar, a nosso ver, o nome do fornecedor, o volume da respectiva quota, a denominação, a localização e a área total do fundo agrícola, bem como informações referentes à posse do solo destinado ao cultivo da cana de açúcar e se o fornecedor está filiado a alguma associação de classe.

Com relação à área do fundo agrícola, julgamos ter cabimento uma indagação com o fito de melhor identificar a propriedade rural. A pergunta que nos parece tem razão de ser, é a seguinte: A área foi medida?

A unidade de superfície, a ser tomada para base de inquérito relativo às áreas das propriedades rurais destinadas ao cultivo da cana, deve ser o hectare.

Julgamos acertado destinar a cada fornecedor quotista tantas fichas quantos forem os fundos agrícolas que os mesmos exploram.

A indagação da área, prosumìvelmente, destinada ao cultivo da cana de açúcar, parece-nos desnecessária, por enquanto, visto que as respos-

CONTROLE DE LIMITAÇÃO

USINA ESTADO MUNICIPIO

UNIDADE SACO C. N. D.

HISTÓRICO	AUMENTOS		Quota atual
	Provisórios	Definitivos	
....	....	....	....
....	....	....	....
....	....	....	....
....	....	....	....
....	....	....	....
....	....	....	....
....	....	....	....
....	....	....	....
....	....	....	....

PRODUÇAO E EFICIENCIA DA INDÚSTRIA

USINA ESTADO MUNICIPIO

Safras	PRODUÇÃO			Rendimento Industrial		Período de Moagem	Dias efetivos de Moagem
	AÇÚCAR	ÁLCOOL — UND. LTS.					
	Scs. 60 quilos	Anidro	Hidratado	Açúcar	Alcool		
1930/31	....	....	....	....	....	....	....
1931/32	....	....	....	....	....	....	....
1932/33	....	....	....	....	....	....	....
1933/34	....	....	....	....	....	....	....
1934/35	....	....	....	....	....	....	....
1935/36	....	....	....	....	....	....	....
1936/37	....	....	....	....	....	....	....
1937/38	....	....	....	....	....	....	....
1938/39	....	....	....	....	....	....	....
1939/40	....	....	....	....	....	....	....

CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE CANAS

USINA ESTADO MUNICÍPIO

UNIDADE TONELADA

SAFRAS	Número de Fornecedores	ABASTECIMENTO DE CANAS		PERCENTAGENS	
		Próprias	Fornecedores	Próprias	Fornecedores
1930/31	....	....	....	....	....
1931/32	....	....	....	....	....
1932/33	....	....	....	....	....
1933/34	....	....	....	....	....
1934/35	....	....	....	....	....
1935/36	....	....	....	....	....
1936/37	....	....	....	....	....
1937/38	....	....	....	....	....
1938/39	....	....	....	....	....
1939/40	....	....	....	....	....

tas não seriam exatas na maioria dos casos e a pergunta deixaria de ter uma resposta que expressasse a realidade.

Aliás, com referência à área de um fundo agrícola, tivemos recentemente a oportunidade de externar nossas dúvidas quanto à sua capacidade de produção. No caso em aprêço deveria ter o fundo agrícola o que William Cross denominou "o limite superior de rendimento".

A falta de conhecimentos relativos à cultura da cana pode motivar equívocos em muitos casos.

Quanto aos rendimentos agrícolas obtidos nas culturas de cana de açúcar, julgamos de bom alvitre não fazer indagações a êsse respeito, para anotar nas fichas, visto que êles variam anualmente em cada propriedade e são dependentes de vários fatores que influem na maior ou menor produção.

A pesquisa e anotação dos dados referentes aos rendimentos agrícolas parece-nos mais acertado ser realizada em cada propriedade pelo próprio interessado.

E' óbvio que isso só será possível mediante uma ação educativa e pertinaz junto aos plantadores de cana com quotas reconhecidas a fim de contar com a colaboração dêles, na obtenção de tais dados.

A observação de alguns casos concretos de organização de relações de fornecedores apresentadas por diversas Usinas, por ocasião do preenchimento dos mapas M.F.1 e M.F.2, deu-nos oportunidade de verificar que, se algumas delas, como por exemplo a Usina Outeiro, no Estado do Rio de Janeiro, lhes davam uma feitura conveniente, outras havia em que as falhas e deficiências eram notórias.

Há, pois, conveniência em simplificar, tanto quanto possível, os elementos informativos a serem pedidos, bem como de padronizar, tanto as relações como os cadastros a elaborar.

Nossa preocupação em não incluir na ficha informativa exigências sem interêsse prático e apenas de mera curiosidade decorativa, parece-nos, assim, plenamente justificada.

Um cadastro de fornecedores, padronizado e atualizado, servirá, ao agrônomo encarregado de um distrito canavieiro, de base para organização dos campos de cooperação destinados ao forneci-

	CODIGO				
NOME DO FORNECEDOR	N.º do Registro	N.º Fundo Agric.	Est.	Munic.	Usina

USINA A QUE ESTÁ VINCULADO	ESTADO	MUNICÍPIO	COLETORIA

FIXAÇÃO DA QUOTA

19 /19	19 /19	19 /19	19 /19	19 /19	QUOTA		BASE
					APURADA	FIXADA	

FORNECIMENTOS REALIZADOS

Safras	Q-1	Q-2	Q-3	TOTAL	Safras	Q-1	Q-2	Q-3	TOTAL
30/31					40/41				
31/32					41/42				
32/33					42/43				
33/34					43/44				
34/35					44/45				
35/36					45/46				
36/37					46/47				
37/38					47/48				
38/39					48/49				
39/40					49/50				

mento de estacas, bem como de informação segura sôbre a extensão das áreas reservadas ao cultivo da cana de açúcar.

A respeito dêste último ponto estamos ainda na fase das estimativas, como muito bem salienta o Sr. Marcos Konder em interessante trabalho recentemente publicado.

Quanto às relações de fornecedores quotistas organizadas nas usinas, segundo padrões estabelecidos, serviriam, não só como elemento de cálculo dos aumentos de quotas a atribuir a cada fornecedor, no caso de majoração da produção industrial, como também de registro das alterações produzidas em cada quota.

Tal ficha, dada a circunstância do I.A.A. comunicar aos interessados qualquer modificação na quota de fornecimento, depois de devidamente autorizada pela Comissão Executiva, poderá estar sempre atualizada.

A ficha existente no Cadastro de Fornecedores da Seção de Assistência à Produção pode servir, com ligeiras alterações, para modêlo de outras. Nos trabalhos referentes à anotação das fichas de fornecedores temos tido oportunidade de apreciar que as mesmas têm dado resultados práticos satisfatórios. Convém salientar que no verso das referidas fichas existe espaço destinado à anotação dos acréscimos ou decréscimos, porventura ocorridos nas quotas dos fornecedores.

Nas usinas em que haja mais de uma balança para recebimento de matéria prima, será conveniente fazer constar na ficha a denominação da balança onde foi realizada a pesagem da cana. Haverá, tmbém, vantagem em destinar a cada fornecedor tantas fichas quantos forem os fundos agrícolas com quotas, a que os mesmos estejam vinculados.

Tais são os dados que julgamos indispensáveis à organização de um cadastro de fornecedores, simples e com suficiente precisão.

MODELO DE FICHA TENDO EM VISTA O ITEM 6 DO PROJETO DO SR. JOÃO SOARES PALMEIRA

Nome do Fornecedor ....
Usina a que fornece ....
Quota .... Nome do Fundo Agrícola......
Localização do Fùndo agrícola } Estado ....
Município ....
Distrito ....
Proprietário ou Arrendatário ? ....
Área (em hectare) ...... A área foi medida?....
Inscrito na Associação.

* * *

A título de ilustração apresentamos alguns modelos de fichas existentes no Cadastro de Fornecedores da Seção de Assistência à Produção e destinadas às anotações de dados de interêsse da referida Seção.

ANOTAÇÕES

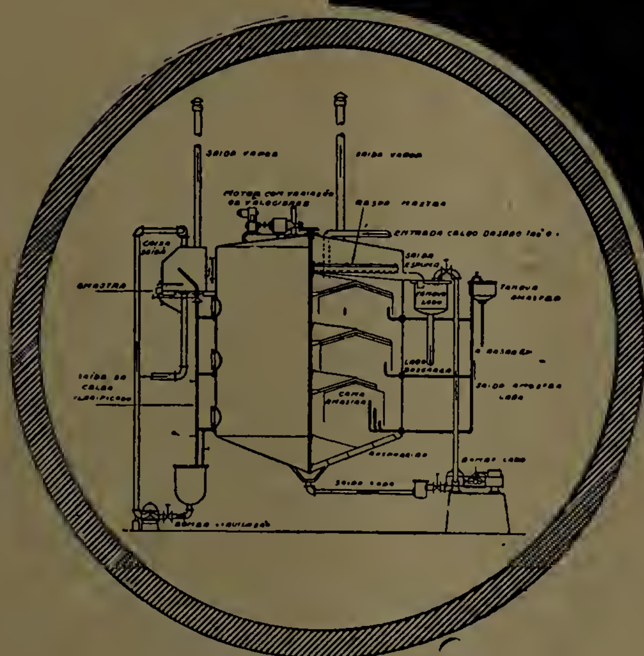
Data	HISTÓRICO	ALTERAÇÕES		Quota atual
		Aumento	Diminuição	

OBSERVAÇÕES ....

....

....

....





DIREITOS EM OPOSIÇÃO *

Celso Filho

Geralmente as grandes revoluções se operam em silêncio, só se deixando sentir quando já são uma realidade viva e palpável.

Assim foi a imprensa. Assim foram os burgos que, agasalhados na sombra dos castelos, lhes fizeram ruir pouco, a pouco, os alicerces.

Mas, se pressentidas antes que sejam já uma realidade, essas revoluções se avolumam loucamente, visando romper a barreira que se lhes pretende opor.

Estamos então em presença das catástrofes, das mudanças violentas e sanguinárias.

E' que as fôrças novas não sabem calcular com precisão as fôrças de reação. Por isso se hipertrofiam e rompem com tôdas as regras de luta da tradição, apelam para todos os meios, condenáveis ou não, com um objetivo único: — vencer.

Quando, porém, as fôrças tradicionais, pressentindo a revolução que se vem operando, cientifica-se da impossibilidade das barreiras e da necessidade de renovação, só então temos as possibilidades de paz social numa coletividade organizada em nação ou império.

O CASO DA INDUSTRIA

Foi nas grandes organizações fabris urbanas que se manifestou o choque entre capital de um lado e trabalho do outro.

Êsse choque se processou precisamente por ser a produção industrial, elevada pela técnica ao mais alto grau, destinada à obtenção de lucros. Já no Estado Feudal, êste fator lucro não entrava em cogitação como preponderante. Isso porque, da produção do feudo, o senhor só requeria o necessário para seu confôrto pessoal e de sua família. Os feudos que se transformaram em principados ou países fizeram-no tão sòmente pela rapinagem das guerras, anexando territórios e expropriando as riquezas acumuladas por gerações de outros feudos.

Já na produção industrial, quer dizer, na acumulação incessante de riquezas exclusivamente pelo trabalho, o antagonismo se aprofundou entre êste e o capital.

Daí as lutas, as greves, as revoluções.

O trabalho foi tomando consciência de que era um fator preponderante da produção, mas que não participava das vantagens por esta oferecidas.

Tudo isso porque a Revolução Francesa condicionou o direito ao gôzo dos frutos da produção ùnicamente à propriedade, isto é, aos instrumentos de produção adquiridos em nome do capital.

Dêsses conceitos em oposição, uma revolução social, de conseqüencias imprevisíveis, vinha ameaçando o mundo.

Foi então que o Estado, libertando-se aos poucos do capital, começou a se colocar entre os dois fatores da produção, reconhecendo ao trabalho o direito de ser condição jurídica ao direito de propriedade.

Daí o conceito de emprêsa como unidade produtora, independente da pessoa física ou jurídica do proprietário. Daí a fixação do salário numa base mínima à subsistência e independente da oferta e procura oscilante. Daí o trabalho participar nos lucros da emprêsa através dos altos impostos diretos e indiretos, a ela imposta pelo Estado a fim de garantir ao operário contra os riscos de trabalho, a educação de seus filhos e uma velhice descansada independente de favores.

ECONOMIA DIRIGIDA

Êsse processo do Estado se colocar entre o capital e o trabalho, protegendo a êste, recebeu o nome de intervencionismo. Ao processo econômico daí resultante chama-se, conforme o grau de intervenção de Economia Orientada, Economia Dirigida e Economia Estatal.

Economia Orientada — Neste caso estamos nós, no Brasil. E' um modo suave de intervenção do Estado. Êle traça os planos gerais da produção, visando uma harmonia desta com o consumo a fim de evitar as crises de superprodução. Êle protege por meio de tarifas, as indústrias que as necessidades nacionais mais aconselham. Traça as estradas, no sentido em que deve ser encaminhada a produção. Fixa os preços, deixando uma margem justa de lucros ao produtor. Mas, em compensação, deixa aos particulares liberdade de iniciativa e direção de seus negócios, embora sob a fiscalização do Estado por intermédio de seus órgãos especializados.

Economia Dirigida — Tem as mesmas características que a anterior, mas com uma participação mais efetiva do Estado nos negócios particulares. Êle intervém em todos os setores da atividade produtiva para tornar realidade os planos que preestabeleceu. Êle está representado nas Diretorias das Emprêsas de modo que, embora seja aí minoria numérica, seu voto é decisivo pela fôrça potencial que representa. Apesar da forma absoluta e absorvente com que se apresenta nesse caso, ainda recebe influxo e aceita sugestões dos elementos particulares da produção.

Economia Estatal — Estamos em frente ao contrôle absoluto do Estado. Êle traça os planos, coordena e dirige sòzinho. Se forma "Conselhos", são Conselhos fantoches porque, sendo êle a última "ratio" de Kelsen, quem o fiscalizará?

Assim, provado que está serem estas três as formas de economia que o futuro tem a escolher, em vista de ser impossível volver ao liberalismo do passado, o que de melhor têm os particulares a fazer é aceitarem a forma branda de Economia Orientada do Estado Brasileiro.

Isto, dito assim, parece demasiado simples. Entretanto, para sua realização, provocará uma revolução completa no direito clássico, principalmente no que concerne à liberdade de se fazer o que se quer sem levar em conta os sofrimentos a causar, e também ao direito de propriedade por

mero registro no cartório competente, muito embora dêle não se faça uma utilização social..

Entretanto, é de todo aconselhavel aos particulares fazerem essas pequenas renúncias com prazer, para que, à sua revelia e com violência, não se vejam despojados de tudo, restando-lhe sòmente para viver sua fôrça de trabalho num mundo hostil e vingativo.

EXEMPLO AMERICANO

Anteriormente, os que se habituaram a usar e abusar do direito de propriedade protestavam a qualquer leve intervenção, trazendo os exemplos das democracias francêsa e americana..

Agora, porém, nem mais êsses exemplos podem ser invocados, pois. na França, atualmente, o Govêrno iniciou uma intervenção ativa, com a transferência para o Estado das indústrias básicas e a ameaça de estender essas intervenções às outras indústrias.

Em Norte América, a intervenção de forma mais ou menos suave, desde a crise de 1929, se vinha processando com leis e regulamentos estaduais. Em 1933, porém, o Presidente Roosevelt teve de agir no plano nacional, contrariando o maior poder de tradição daquele grande país — a Côrte Suprema. Foi então aprovada a Lei de Soerguimento Nacional (National Industrial Recovery Atc), mais conhecida pelas iniciais N.I.R.A. Dois anos depois, em 1935, surgiu a Lei Nacional das Relações de Trabalho (National Labor Relations Act).

Já em plena guerra, em 1938, outra lei trabalhista (Fair Labor Sandards Atc) completava as primeiras, regulando trabalho de menores e diminuição de horas de trabalho. Esta lei aprovou um mínimo (floor) e um máximo (ceiling) de horas de trabalho. Veio então a entrada do país na guerra. As necessidades nacionais foram colocadas acima do bem estar dos homens. Os operários (o trabalho) fizeram em alguns casos exigências fora do propósito para o momento que atravessava a Nação. Então o Estado (não o Estado capitalista) fêz ocupar as fábricas pelo Exército e a produção não sofreu interrupção.

O CASO AGRÁRIO

Pelo Código Civil francês de 1804, "La propriété est le droit de jouir et de disposer des choses de la manière la plus absolue". Êsse código serviu de modêlo às jovens Repúblicas da América e também ao jovem Império do Brasil.

Isto, juntando-se às tradições feudais da Península Ibérica, facilitou a criação de latifúndios que, sejamos francos, foi de muita utilidade nos primórdios da vida das Nações recém-abertas para o convívio mundial.

Com a independência, porém, uma numerosa nobreza **criolla** substituiu aos dominadores, prosseguindo todavia na prática dos latifúndios. Mas, em seguida, começou a fazer-se sentir uma classe média agrária que, aos poucos, foi exigindo uma modificação no conceito de propriedade.

Não se tentou, todavia, mudar o conceito jurídico e a propriedade ia mudando de sujeito, não através da herança de revoluções sucessivas e de assassinatos. Eram tentativas desordenadas em busca de soluções definitivas. O México foi um dos maiores inquietos na busca da chave do problema.

Entretanto, na Colômbia, buscou-se solução pacífica para o conflito. Uma lei de 9 de março de 1863 reconhecia o direito de propriedade resultante da ocupação "por el hecho mismo de establecerse haciendo casa ó labranza".

Quer dizer, reconhecia um duplo sistema de aquisição: por ocupação produtiva e por inscrição no registro de imóveis.

Os dois direitos em oposição caminharam paralelamente com o primeiro sempre a ganhar terreno. Assim, a lei nacional daquele país, de 30 de dezembro de 1936, reconhecia não só a posse por ocupação produtiva, como também estabelecia a prescrição por abandono em igual número de anos.

Em nosso caso brasileiro, seguimos mais ou menos a mesma trajetória, se bem que, até antes de 1930, num ritmo mais suave.

Assim, no Código Civil de 1916, já encontramos, num só artigo, dois conceitos que contrariam dois outros irredutíveis postulados clássicos. Referimo-nos ao artigo 693 que diz ser a enfiteuse resgatável 30 anos depois mediante o pagamento de 20 foros anuais, sem que possa o foreiro renunciar a êste direito no seu contrato, "nem contrariar as disposições imperativas deste capítulo".

Ora, sendo a enfiteuse um direito real sôbre coisa alheia, e podendo ser resgatável pelo enfiteuta, mero instrumento de posse do senhorio direto, assistimos então ao ruir de um tabu.

Quanto ao foreiro não poder renunciar a êsse direito, no contrato, ruiu mais outro tabu — o da liberdade contratual.

Sôbre as ruínas do primeiro tabu, já se pressente a grande revolução agrária de que é pioneiro o Instituto do Açúcar e do Álcool, com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira e posteriormente o seu complemento, o Dec. 6.969 de 1944, onde a propriedade tende a deixar de ser mero direito individual para se tornar função social.

Sôbre as ruínas do segundo, assistimos ao nascimento do direito social que o citado Estatuto observa nas relações de trabalho entre os elementos da produção açucareira. (1)

Anteriormente, a Constituição de 10 de novembro de 1937, no artigo 148, reconhecia a ocupação produtiva por 10 anos como forma de aquisição do domínio.

FUNDO AGRICOLA

Já não mais se deve considerar profecia o dizer-se que as novas tendências do direito acima apontadas formarão o direito corrente do futuro.

Mas, por enquanto, estamos sendo alumiados

(1) Alguns autores, que têm prazer em se perderem nas minúcias, impugnam a expressão "direito social", alegando que todo direito o é mas a expressão já se consagrou e todos apreendem-lhe o sentido. E' o suficiente.

PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA

A. M.

O "Boletim Geográfico", número 13, Ano II, abril de 1944, publica a seguinte nota:

PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA contém a Exposição de Motivos com que o Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool fêz preceder o projeto de lei, enviado ao Sr. Presidente da República por aquela autarquia e convertida no Decreto-lei n.º 3.855, de 21 de novembro de 1941 — o **Estatuto da Lavoura Canavieira**.

A cultura canavieira apresenta, no Brasil, problemas diversos, cuja evolução vem sendo processada a partir do primeiro instante colonizacional. Problemas diante dos quais o Estado —desde Colônia até o atual— vem assumindo diversas atitudes, coerentes com o espírito de cada época. A princípio foi a exploração impiedosa do elemento afro. Sôbre os ombros do escravo repousou a ingente tarefa de enfrentar o eito, na madrugada agrária, de acionar os rudes monjolos, e dar expressão cultural a todo um ciclo de vida que permanece inscrito, fortemente, na tela do nosso passado. Com a abolição, o elemento servil cedeu lugar ao assalariado. Com a centralização crescente da indústria nos grandes engenhos, apareceu o problema do fornecimento de cana. As lavouras do usineiro não bastavam para suprir o apetite insaciável das moendas. Quais seriam os deveres do industrial em face dos seus subordinados? Como seriam reguladas as relações entre o usineiro e o lavrador? Poderia o Estado permanecer de braços cruzados em face da guerra econômica entre os dois, guerra entre adversários desigualmente armados? Qual o exato papel do Estado? O situante deve sobreviver ao lado do latifundiário? Estas são interrogações às quais, até agora, os técnicos têm procurado responder de diversas maneiras. Eis porque o presente livro apresenta um grande interêsse para aquêle que estuda o problema canavieiro. Êle vem abordar os problemas cruciais do tema, coerente, aliás, com o próprio título. Abordou-os o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, com a sua dupla autoridade de homem versado em questões sociais e econômicas e Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Divide-se da seguinte maneira: O lavrador antes da usina; As usinas e os fornecedores; A limitação da produção e o fornecimento de canas; A lei 178; Absorção de quotas de fornecedores; Grande e pequena propriedade; Grande e pequena exploração; A lei da concentração e a agricultura; A concentração e a cana de açúcar; Outros exemplos; Concentração capitalista e concentração latifúndiária; Relatividade da economia da concentração; Números e fatos do Brasil; Prevalecimento dos interêsses político-sociais; A situação do operário; As soluções do projeto; A definição do fornecedor; O "fundo agrícola"; Outras medidas do projeto.

O **Estatuto da Lavoura Canavieira** veiu estabelecer entre usineiros e lavradores, uma paz duradoura, baseada no entendimento e na colaboração; veiu solucionar velhas pendências, evitar futuras crises, estabelecer a prosperidade de todos — caracterizando uma política construtiva. Um dos esforços de "reorganização de vida brasileira por meios e métodos sociológicos e não apenas jurídicos e econômicos", como muito bem escreveu o Sr. Gilberto Freyre.

---

simultâneamente pela luz que se acende e pela que se vai apagando.

Daí o choque de direitos em oposição.

Coube todavia ao Instituto do Açúcar e do Álcool o mérito de em nome da política econômico-social do Govêrno, realizar a grande reforma, fazendo prevalecer os princípios modernos, embora com isso chamasse a si todo o ódio dos recalcitrantes.

Assim, quando foi destribuído o anti-projeto do Estatuto da Lavoura Canavieira aos interessados, para receber sugestões, o Sr. A. F. da Costa Azevedo, Diretor-Presidente da Usina Catende S. A., falando ao "Globo" desta Capital, disse entre outras coisas:

"O que o ante-projeto do Estatuto pretende, na realidade, é proibir a uma classe, a dos usineiros, no meio de tantas classes o direito ao uso de sua propriedade, o direito de produzir, de explorar racionalmente as suas terras, adquiridas legìtimamente e por meios legais"... "em benefício de uma outra classe, também de produtores, a dos fornecedores de canas"... "o ante-projeto constituiu uma grave ameaça aos interêsses da produção".

Não resta dúvida de que se realizou, com aquêle diploma legal, uma verdadeira revolução agrária e, o que é mais assombroso, uma revolução sem sangue, onde as incompreensões de ontem, diante do esplêndido resultado alcançado, se transformaram em compreensão sadia. Onde os inimigos de ontem, os que se julgaram prejudicados, são colaboradores de hoje por já terem alcançado a certeza de que são sujeitos de uma das mais belas experiências positivas no campo agrário.

PARA UM NOVO ACÔRDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Dr. O. W. Willcox

No momento em que escrevo êste artigo, há indícios bem vivos de que a guerra em breve terminará com a vitória das Nações Unidas. Já nos preparamos para retomar as atividades pacíficas; a indústria açucareira mundial deve começar a pensar na posição em que ficará no futuro. Até agora as aparências indicam que a indústria do açúcar terá de enfrentar uma situação em muito idêntica à que encontrou ao fim da primeira guerra mundial. Naquela época, como agora, grandes áreas devotadas à produção de açúcar de beterraba foram devastadas e as suas instalações fabris reduzidas ou destruídas. Os danos agora são muito mais extensos. As indústrias de Java e das Filipinas, outrora florescentes, foram abandonadas e caíram mais ou menos em ruína, sob o domínio nipônico. Agora, como antes, o fim das hostilidades vai encontrar o mundo com reduzidos suprimentos de açúcar e poucas facilidades para produzí-lo. Se o curso dos acontecimentos acompanhar a mesma linha da guerra passada, pode-se prever com segurança que haverá um esfôrço imediato para restaurar a produção nas áreas arrasadas pelo conflito e, naquelas que escaparam aos horrores da luta, cuidar-se-á de expandir as atividades de modo a satisfazer a intensa procura que se seguirá à paz.

Depois que a restauração da indústria estiver bem começada, seguirá ela o mesmo curso que seguiu nos primeiros anos da década de 1920? Naquela época, as altas cotações e as perspectivas de grandes lucros arrastaram as áreas produtoras para a super-expansão e a super-produção que acabaram provocando preços desastrosamente baixos e ameaçando de ruína todos os elementos da indústria. Depois de demorado e penoso esfôrço, os produtores de açúcar de todo o mundo, com o consentimento e aprovação dos seus governos, conseguiram estabelecer o Conselho Internacional do Açúcar e assinaram um acôrdo internacional que pôs fim à super-produção e criou no mercado exportador condições tais que permitiam aos produtores pelo menos sobreviver. Em seguida, veio a conflagração hitlerista, transformando metade das áreas produtoras de açúcar do mundo em campo de acesas hostilidades e cortando as comunicações. O Acôrdo Internacional perdeu a sua fôrça e o Conselho, embora não deixasse de existir, entrou numa espécie de hibernação. Com a paz quase à vista, os pensamentos dos homens interessados na produção açucareira voltam-se para o futuro que aguarda o comércio internacional dêsse produto. Tudo indica que predomina o ponto de vista de que o Acôrdo Internacional deve ser restaurado, como uma barreira contra os desastres que atingiram o comércio açucareiro em 1920 e 1930. O problema mais importante não está em fazer reviver o acôrdo e sim em saber qual a forma que êle tomará. E, sobretudo, em saber quais as modificações a serem introduzidas, de modo a torná-lo mais eficiente e mais aceitável tanto para os países produtores como para os importadores.

Os homens interessados na indústria açucareira mundial, que desejam ressuscitar e reformar o Acôrdo Internacional, fazem bem em familiarizar-se com o que se tem feito em outros setores da economia social do mundo. Sobretudo não devem esquecer o fato de que a Carta do Atlântico está a caminho de se converter no motivo dominante da reorganização econômica mundial. Em face de fatos consumados, a Carta do Atlântico começa a aparecer como um novo evangelho do viver e deixar viver nas relações comerciais e industriais das nações. O objetivo das cláusulas da Carta, que foi aprovada pelos chefes dos governos da Inglaterra e dos Estados-Unidos, mas provàvelmente foram preparadas pelo Sr. Cordell Hull (que as pusera em prática antes que a Carta do Atlântico fôsse divulgada), o fim dessas cláusulas, dizíamos, é que o comércio e as reservas mundiais de matérias-primas devem ser livremente accessíveis, em igualdade de condições, a tôdas as nações, grandes e pequenas. Em outras palavras: a cada nação, daqui por diante, deve-se assegurar uma participação igual e justa no intercurso comercial do mundo, proporcional ao seu bem-estar e progresso econômico.

Não são poucas as pessoas, particularmente entre os beneficiários das velhas desigualdades, que consideram as cláusulas econômicas da Carta do Atlântico demasiado amplas e gerais para que se lhes possa atribuir um significado concreto. Procura-se diminuir o alcance dessas cláusulas, dizendo-se que são nebulosas, utópicas, inexequíveis — que sabem à economia dirigida, como se a planificação e o equilíbrio, muito louváveis nos negócios privados, devessem ser evitados nos negócios coletivos. Todavia, mesmo antes que a Carta do Atlântico fôsse assinada, as cláusulas econômicas contidas nesse histórico documento, graças aos esforços do Departamento de Estado, já estavam materializadas de maneira prática e em escala mundial, de modo a confundir os obstinados defensores da velha ordem, que proclamavam a impossibilidade da aplicação da regra viver e deixar viver entre as nações. Os componentes da indústria do açúcar sabem muito bem que essa regra pode ser aplicada no campo internacional, porquanto êles próprios, com o consentimento e a aprovação dos seus governos, a aplicaram na sua indústria. A Convenção Internacional do Açúcar, da qual surgiram o Acôrdo Internacional do Açúcar e o Conselho Internacional do Açúcar, distingue-se por ter sido o primeiro congresso internacional (felizmente não foi o último), no qual representantes de países produtores e consumi-

dores se sentaram à mesma mesa e concordaram em que os produtores de uma indústria básica e de importância mundial deviam receber um justo preço pelos consumidores. Concordaram também em que os males da super-saturação em um mercado mundial devem ser eliminados e mais, que tôda nação produtora e exportadora de um artigo básico tem direito a uma quota proporcional e inalienável no mercado mundial dessa mercadoria. Foi o que se fêz no mercado do açúcar, uma medida que está na essência da Carta do Atlântico quando declara que tôdas as nações, grandes e pequenas, ricas e pobres, devem ter acesso em condições de igualdade e de justiça aos mercados mundiais.

O Acôrdo Internacional do Açúcar pôs em prática a regra do viver e deixar viver. Fatos subseqüentes vieram mostrar, porém, que êle, como tôdas as criações humanas que abrem caminhos novos, carecia de aperfeiçoamentos de detalhe. Uma nova convenção, que seja convocada para rever o antigo Acôrdo Internacional, deve considerar os aperfeiçoamentos a serem introduzidos no novo e a êsse respeito pode orientar-se pelas experiências de contrôle intergovernamental de outros produtos, as quais criaram novos conceitos e estabeleceram precedentes da maior significação prática. O fato é que, desde a fundação do Conselho Internacional do Açúcar, em 6 de maio de 1937, os Estados-Unidos, em várias ocasiões, concordaram com outras potências em estabelecer organismos semelhantes em outras grandes divisões do comércio e da indústria mundiais. A motivação e a estrutura dêsses novos órgãos devem merecer a atenção dos homens interessados no negócio do açúcar, quando chegar o momento de reformar o acôrdo açucareiro. A Carta do Atlântico, promulgada em 14 de agôsto de 1942, contém princípios de natureza econômica que vigoravam cinco anos antes do seu aparecimento, por intermédio do Conselho Internacional do Açúcar. Como dissemos, o Departamento de Estado norte-americano teve papel preeminente no estabelecimento do Conselho do Açúcar e três anos mais tarde, em novembro de 1940, foi ainda o Departamento de Estado que deu vida ao Acôrdo Interamericano do Café e ao Conselho Interamericano do Café, que tiveram melhor êxito do que o Acôrdo do Açúcar, porque foram mais longe no caminho que mais tarde seria trilhado pela Carta do Atlântico.

O Acôrdo Interamericano do Café foi feito para corrigir a mesma situação que afligiu a indústria do açúcar no período que se seguiu à primeira grande guerra e que provàvelmente voltará a afligí-la, caso o acôrdo açucareiro não seja renovado. O café estava em superprodução; estoques invendáveis acumulavam-se e sòmente podiam ser retirados do mercado pelo expediente da queima. Tôdas as áreas produtoras se empenhavam em violenta competição pelo mercado externo e os preços caíram a níveis tão baixos que provocaram reações desastrosas nas finanças dos produtores e seus govêrnos. Em geral, os consumidores querem adquirir os artigos de que necessitam pelo preço mais baixo possível e pouco se lhes dá que êsse preço represente uma quase ruína para o produtor. Os estadistas avisados, porém, consideram o assunto de outro ângulo. Os indivíduos e as nações que não podem vender os seus produtos a preços remunerativos não podem pagar preços remunerativos pelas mercadorias que lhes oferecem os seus clientes. Em outras palavras: quando falta aos indivíduos e às nações poder aquisitivo o comércio entra em estagnação. Exatamente por essa razão os produtores de café da América Latina não podiam comprar os artigos que os industriais norte-americanos desejavam vender. Para que o comércio entre os Estados-Unidos e os seus vizinhos do sul pudesse ser estimulado era necessário que os latino-americanos tivessem muitos dólares norte-americanos nos bolsos. E teriam êsses dólares se pudessem vender o seu café no mercado dos Estados-Unidos a preços que não de sacrifício. Concordando com a convocação de uma Convenção Interamericana do Café, a fim de pôr em ordem o mercado dêsse produto, o govêrno norte-americano implìcitamente aceitou êsse princípio como parte da política de boa vizinhança, que tem como um dos seus fins os bons negócios, ao lado dos bons sentimentos.

O resultado da convenção cafeeira foi um acôrdo que, na sua base, se aproxima do velho acôrdo açucareiro, com acréscimos que podem ser considerados melhoramentos. Concordou-se em que era preciso acabar com a super-saturação do mercado cafeeiro norte-americano. Os estatísticos apresentaram uma cuidadosa estimativa do volume de café que poderia ser absorvida em um ano pelos consumidores norte-americanos e essa quantidade estimada foi aceita como o máximo que se poderia embarcar para os Estados-Unidos naquele ano. Tal como se fêz na convenção do açúcar em 1937, os produtores de café em 1942 concordaram entre si na maneira como aquêle volume deveria ser fornecido por cada uma das áreas produtoras participantes do acôrdo. Em outras palavras: prepararam e aceitaram um completo sistema de quotas, no qual cada nação e região participava na proporção da sua situação na indústria. Como a convenção do açúcar, na distribuição das quotas, a do café atendeu a casos difíceis, mostrando assim que o acesso aos mercados mundiais podia não ser necessàriamente igual, mas justo. Estabelecido o acôrdo sôbre os volumes proporcionais de café a serem embarcados para os Estados-Unidos, a convenção deixou aos seus signatários a tarefa de dividir entre os seus respectivos cidadãos a sua quota nacional. A prática geralmente adotada foi a de dividir a quota nacional entre os produtores, na proporção do número de pés de café existente nas suas plantações, em ordem a que cada um, dos que possuíssem 50 ou 500 mil pés tivesse a sua parte definitiva no negócio. Aqui, ainda uma vez, os esquemas do café e do açúcar correm paralelamente; as quotas nacionais subdividem-se em quotas individuais dos produtores.

No que tange ao respeito pelo sistema de quotas do café, começamos a notar algumas inovações. Na prática, o sistema internacional de quotas criado para o açúcar era pouco mais do que um acôrdo de cavalheiros, embora fôsse assinado pelos

governos participantes. A função do Conselho Internacional do Açúcar era recolher informes estatísticos sôbre as possibilidades do consumo e à base dos mesmos aumentar ou reduzir o volume que poderia entrar no comércio de exportação sem provocar a super-produção. Mas o Conselho não podia fazer mais do que recomendar aos governos dos países exportadores e êstes é que deviam proibir os seus súditos de exportar mais do que o permitiam a quota nacional. Nada se conhece que autorize a afirmar que os governos não tomaram na devida conta êsse dever; contudo, a posição era bastante insegura. Por outro lado, embora os países importadores concordassem em não admitir o aumento da sua produção nacional ou colonial, não aceitaram a obrigação específica de não permitir a importação de açúcares que não estivessem incluídos no sistema de quotas, agravando dêsse modo a situação dos países submetidos a êsse sistema. Essa hipótese não se verificou, mas podia ter-se verificado. Essas ameaças latentes foram eliminadas do acôrdo cafeeiro. Como no caso do açúcar, estabeleceu-se um conselho internacional para colhêr estatísticas, fazer estimativas da procura e regular de conformidade com êsses elementos as exportações totais, cabendo aos governos promulgar leis, proibindo a exportação além das quotas fixadas. Havia ainda a possibilidade de que um dos signatários procurasse fugir às obrigações assumidas, mas aí cabia a intervenção do govêrno dos Estados-Unidos, interessado também na preservação do plano, para garantir a boa execução do mesmo. O Congresso norte-americano aprovou uma lei ratificando o acôrdo e dando instruções às autoridades alfandegárias para que recusassem quaisquer quantidades de café acima das quotas.

Em outro aspecto, e talvez mais importante, o acôrdo cafeeiro representa um progresso sôbre o do açúcar. O principal objetivo que a indústria do açúcar procurara atingir com o acôrdo de 1937 fôra um aumento de preços, de modo a garantir aos produtores uma margem razoável de lucro. Mas os interessados no negócio açucareiro aproximaram-se do caso do preço com excessos de escrúpulos. Em vez de dizer claramente qual o preço que deixaria o lucro razoável, acreditaram que o sistema de quotas, depois de liquidar os excessos existentes e estabelecer contrôle e equilíbrio entre os suprimentos e a procura, faria com que o nível de preços subisse "espontâneamente" ao "normal". Normal ou não, o certo é que o nível de preços atingido depois que o sistema entrou a operar não satisfez as espectativas. A êsse respeito, o acôrdo foi uma decepção, embora de um modo geral fôsse a salvação da indústria. A princípio, os autores do Acôrdo do Café assumiram idêntica atitude em relação ao preço. Acreditavam que, no momento em que a oferta estivesse ajustada à procura, o preço subiria a um ponto capaz de assegurar um lucro razoável. Parece, todavia, que os preços, uma vez aviltados pela super-produção, nem sempre se elevam quando as causas da super-produção são eliminadas. Possìvelmente entra aqui a "lei da inércia dos preços" a que os economistas não deram ainda um amplo reconhecimento. Seja como fôr, o que aconteceu com o Acôrdo do Açúcar repetiu-se com o Acôrdo do Café e o equilíbrio da oferta e da procura, depois de uma fase de super-produção, não foi acompanhado de qualquer modificação no nível dos preços. Os produtores de café, que esperavam do acôrdo o alívio das suas dificuldades, ficaram desapontados pela minguada melhoria na situação dos preços. Ao contrário, porém, dos interessados no negócio do açúcar, que se submeteram à situação, os negociantes de café trataram de imprimir ao seu produto a necessária elevação de preços. Alguns dos países exportadores promulgaram leis, determinando que os compradores do seu café teriam de pagar um preço mínimo, preço êsse que era aquêle que se julgava garantir o lucro razoável. Essa ação unilateral não agradou ao Departamento de Alimentação dos Estados-Unidos, que se empenhava em evitar a elevação do custo da vida. Em conseqüência, uma modificação profunda e significativa foi introduzida no Acôrdo. Concordou-se em que era preciso estabelecer, por mútuo acôrdo entre os países exportadores e importadores, um preço definido e ao mesmo tempo justo, tanto para os produtores como para os consumidores. O problema resolveu-se pela fixação de um preço máximo oficial para o café importado e de outro preço máximo para a venda aos consumidores. Assim, o Acôrdo Interamericano do Café apresenta em relação ao do açúcar duas importantes variações. Em primeiro lugar, a nação importadora (os Estados-Unidos) teve participação ativa e decisiva na aplicação prática do sistema de quotas; não há possibilidade de que volumes de café extra-quota penetrem no mercado norte-americano. Em segundo lugar, não há incerteza quanto ao nível de preços. As duas partes interessadas —nações exportadoras e importadoras— concordaram em relação a um determinado preço, que é remunerador para o produtor, razoável e justo para os consumidores; o país importador para isso adota as medidas necessárias para que o preço ajustado seja realmente pago.

Essa idéia de reconstruir o quadro das trocas internacionais de mercadorias, segundo linhas de justa participação de tôdas as nações —as nações consumidoras assumindo a obrigação de providenciar para que tôdas as nações exportadoras tenham uma parte proporcional do negócio— aparece em dois outros acordos internacionais de que participam os Estados-Unidos. Um dêles é a convenção do trigo, que começou a vigorar em 27 de junho de 1942 (Draft Wheat Convention). Trata-se de um acôrdo firmado entre os Estados-Unidos, o Canadá, Argentina e Austrália, como países exportadores, e a Inglaterra, como país importador. O trigo é uma utilidade do comércio mundial que tem sido produzida em excesso, com deploráveis conseqüências tanto para os exportadores como para os importadores do produto. Os governos de cinco nações, agindo sob a convicção de que o período do após-guerra faria reviver velhos males que afligem o mercado do trigo, concordaram em criar uma organização de caráter mundial para evitar êsses males. Os objetivos da convenção do

trigo são os mesmos que se perseguiam nos acôrdos do café e do açúcar: assegurar participação equitativa dos países produtores no comércio e ao mesmo tempo garantir aos produtores preços remunerativos que sejam justos para os consumidores. Os meios postos em prática para conseguir êsses objetivos eram os mesmos utilizados no acôrdo cafeeiro: estabelecimento de quotas proporcionais aos países produtores, concordando os países importadores em fixar preços, mínimos e máximos, no seu mercado e assumindo também o compromisso de não permitir a entrada do produto fora das quotas. O sistema entrará em vigor seis meses depois de encerradas as hostilidades, quando começará a operar entre as cinco nações signatárias, podendo a êle aderir qualquer outro país interessado na exportação ou na importação de trigo. Quer surjam ou não outros aderentes, o acôrdo está pronto para vigorar entre as cinco nações, em conformidade com os fins previstos. O país importador signatário —a Inglaterra— não permitirá que outros produtores não incluídos no acôrdo enviem trigo para os seus mercados. Como em outros casos, o Acôrdo do Trigo será administrado por um conselho internacional. Êste órgão recolherá estatísticas, fará estimativas da procura, regulará o escoamento dos suprimentos e tratará de obter informações que o habilitem a determinar os preços mundiais justos e remuneradores.

A do petróleo foi a outra grande indústria mundial que se preparou para adaptar-se ao quadro estabelecido na Carta do Atlântico. O passo inicial nessa direção foi dado numa conferência de representantes dos governos dos Estados-Unidos e da Inglaterra, sob a presidência do Secretário Cordell Hull. O Acôrdo Internacional do Petróleo, que resultou da conferência, realizada em 8 de agôsto de 1944, prevê: primeiro, a regularização dos negócios petrolíferos entre os dois governos; segundo, o estabelecimento de bases para a organização mundial da indústria do petróleo. Dentro de um curto prazo depois da paz, os governos de todos os países interessados na produção ou no consumo de petróleo (de uma ou de outra maneira são todos os governos) deverão ser convidados para juntar-se aos Estados-Unidos e à Inglaterra em um acôrdo multilateral. Êsse acôrdo garantirá a disponibilidade de suprimentos adequados de petróleo a todos os países pacíficos, a preços justos e numa base não discriminatória; tratará ainda o acôrdo de promover o desenvolvimento das riquezas mundiais de petróleo, de modo a favorecer o progresso dos países produtores e estabelecer em caráter permanente o Conselho Internacional do Petróleo, composto de representantes de todos os países signatários. Os deveres pertinentes ao Conselho são aquêles que naturalmente se espera: preparar estimativas de longo prazo da procura mundial e sugerir a maneira pela qual a procura estimada pode ser satisfeita pela produção equitativamente distribuída entre os produtores. Em outras palavras, um sistema de quotas de produção nacional ou regional. Além de especificar que o Acôrdo do Petróleo deve providenciar para que a participação de todos os produtores seja justa e não apenas igual no comércio mundial do óleo, insiste a conferência em que os estoques de petróleo devem ser oferecidos no mercado mundial a preços justos e numa base não discriminatória. Já agora sabe-se o que se entende por preço justo. São preços remunerativos para os produtores, sem ser excessivos para os consumidores. No caso em que o pretendido equilíbrio entre a oferta e a procura não consiga elevar êsses preços a um nível "normal", êles serão elevados, de acôrdo com os precedentes, àquele nível mediante a fixação de máximos e mínimos, que serão respeitados pelos países consumidores signatários do acôrdo. Os países consumidores aceitarão essa obrigação, porque, seguindo-se o precedente, os países não participantes do acôrdo não conseguirão importar óleo daqueles que participam.

Depois dessa exposição dos novos rumos seguidos no contrôle de uma utilidade mundial, podemos voltar à revisão do Acôrdo Internacional do Açúcar. À luz das novas diretrizes, o preparo dêsse documento pode-se considerar quase como um trabalho de rotina. Já se tem um bom comêço em outras direções com as cláusulas econômicas da Carta do Atlântico e nessa nova atmosfera é bem possível preparar um novo acôrdo açucareiro sem os defeitos e fraquezas do antigo.

(Traduzido de "Sugar", número de dezembro de 1944).

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

CUBA

Escrevendo para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", a firma de Havana, Luís U. Mendoza & Cia. refere-se ao recente ciclone que se abateu sôbre a ilha no mês de novembro e diz que êle veio provar os riscos da produção de açúcar que não podem ser computados numa base anual e devem ser calculados em ciclos de dez anos ou pelo menos de sete anos, como manda a Bíblia. No momento em que a firma aludida preparou a sua correspondência, não havia ainda elementos seguros para calcular os prejuízos decorrentes do furacão, parecendo, todavia, que os mesmos não deviam ser muito elevados, pois a parte atingida da ilha foi justamente aquela em que a cultura da cana não tem grandes proporções. Nessa parte, apenas 15 por cento da produção total são cultivados. A experiência de outros ciclones mostra que êstes não só reduzem a quantidade de cana disponível para moagem, como baixam os rendimentos de 25 a 50 por cento. Calculem os Srs. Luís Mendoza & Cia. que a perda em açúcar deverá ser de 150.000 toneladas, ou seja 25 por cento do total que a região atingida deveria produzir.

O comunicado diz: "Os produtores cubanos de açúcar, afirma-se, ganharam dinheiro nestes três últimos anos, o que é verdadeiro apenas em parte. As usinas novamente financiadas amontoaram "gordos" lucros sôbre as suas fictícias capitalizações, enquanto outras apenas lograram uma modesta percentagem sôbre os seus investimentos originais, depois de perder dinheiro ano após ano. Também os plantadores tiveram os seus lucros, mas depois de alguns anos de lutas terríveis. E' muito bom falar em "cooperação de guerra", mas quem cooperará com Cuba depois da guerra? Como substituir o nosso equipamento e restaurar as nossas plantações, se não podemos separar uma parte da nossa produção para êsse fim? Sejamos justos para nós mesmos. Não queremos pedir o impossível, mas não devemos permitir que a nossa economia seja depauperada só porque o sangue cubano não se derramou nos campos de batalha."

PERU

A revista "Cahuide" publica sôbre a indústria peruana do açúcar um artigo assinado pelo Sr. Jorge Ciro, que a seguir resumimos:

Pode-se dizer que a história peruana se afirma com a cultura da cana. Vale reconhecer, que a história do país, a partir da conquista e, sobretudo, na etapa República, está intimamente vinculada a esta cultura. A conquista se dedica, nos seus começos, à extração das riquezas minerais e às primeiras tentativas das lavras. A agricultura merece, também, a sua atenção. Prova disto são as leis especiais das Índias ditadas na Metrópole. Mas, com a introdução da cultura da cana foram lançadas as bases da agricultura comercial, que se veio somar à agricultura incaica de subsistência. Nos primeiros anos da conquista os espanhóis introduziram no Peru a cana de açúcar. De todos os vegetais que os conquistadores experimentaram no país nenhum conseguiu o desenvolvimento da cana, que, com o tempo, se converteu no ramo mais importante da agricultura e numa das principais fontes de riqueza do país. As condições favoráveis do meio tornaram possível êste desenvolvimento. Durante um século e um quarto de vida independente o açúcar vem pesando na economia nacional do Peru ocupando o primeiro lugar das exportações nacionais.

Os espanhóis estabeleceram a cultura da cana em todos os vales da Costa, em alguns do interior e em outros do alto da Montanha como Huanuco. Mas La Libertad e Lambayeque resultaram os mais favoráveis. Os conquistadores, embora hajam levado o ouro peruano nos galeões das Índias, deixaram o açúcar que, em 25 anos de vida independente, valeu como uma compensação. Ao finalizar o século XVIII, quando Lima era conhecida como a "Pérola do Pacífico", marcando um instante de

esplendor e predomínio na América do Sul, a produção de açúcar somava 5.750 toneladas e as exportações chegavam a 1.275, enviadas para o Chile, Buenos Aires e Guaiaquil.

Nos primeiros tempos da Independência a economia peruana enfrenta séria crise com a brusca mudança do sistema econômico-social. A indústria açucareira logra restabelecer-se pelos meados do século e já antes da guerra do Pacífico as exportações somam mais de 90 mil toneladas. O conflito com o Chile determina violenta queda da produção, a qual, no entanto, se recupera prontamente e, ao terminar o século, ultrapassa cem mil toneladas.

No comêço do presente século a indústria açucareira enfrenta crise das mais terríveis. A queda dos preços nos mercados europeus obriga o Govêrno a nomear uma comissão encarregada de propor medidas administrativas e sugerir projetos de leis suscetíveis de determinar o desafôgo da situação. Entre as medidas adotadas, por sugestão da comissão, figuraram as destinadas a reduzir o custo da vida para os trabalhadores, mediante a entrada de gêneros alimentícios estrangeiros livres de direitos, o fomento da imigração e colonização, a criação da Escola de Agricultura, a elevação das condições técnicas das culturas, a fundação das estações agrícolas, o emprêgo dos fertilizantes artificiais, como o guano, os fosfatos, os nitratos e os carbonatos de cal, a concessão de prêmios pela introdução de máquinas e a implantação de novos e mais modernos métodos de trabalho.

Um dos mais graves problemas era, no entanto, o transporte. Considerava-se que a situação geográfica do Peru, permaneceria desfavorável enquanto não se cortasse o istmo de Panamá, que mantinha os exportadores peruanos em situação desvantajosa frente aos de Cuba e do Brasil. Defendeu-se, portanto, a urgência de uma solução que permitisse aos exportadores do Peru vender nos mercados de Liverpool e Nova York com fretes razoáveis. Foi sugerido que o Govêrno secundasse os esforços dos industriais, para organizar uma linha de navegação que viesse favorecer não apenas a indústria açucareira, mas a tôdas as indústrias do país. Além de tratados de comércio com os Estados-Unidos e o Japão, suscetíveis de abrir novos mercados à produção peruana, a comissão sugeriu, também, métodos liberais de crédito agrícola, financiamento de safras e empréstimos hipotecários usuais.

Não obstante as medidas adotadas à base destas sugestões, as estatísticas mostram que, cada quatro anos, a partir de 1911, a produção diminuía automàticamente. Em 1920 e 1921 há uma crise de maior envergadura. Em 1925 o problema se agrava e atinge em seus efeitos a todo o país. Enquanto os governos da Grã-Bretanha, dos Estados-Unidos e dos Países Baixos, todos interessados na cultura da cana, auxiliavam liberalmente os agricultores das suas colônias, o do Peru asfixiava a produção açucareira. Dado o aumento da produção de açúcar de beterraba, os três países acima procuraram defender-se da indústria rival. O Reino-Unido pôs à disposição dos produtores de açúcar das Antilhas Inglêsas fortes somas de dinheiro a juros mínimos, a Holanda favoreceu o sábio sistema dos engenhos centrais, a França restabeleceu os bancos coloniais, os Estados-Unidos contrataram o serviço do eminente especialista Professor Maxwell para que percorresse as ilhas Havaí e propusesse as reformas necessárias, e os resultados obtidos foram tão favoráveis que a Austrália contratou Maxwell com destino ao Estado de Queensland.

Surge, porém, outra crise, a crise econômica geral de 1929. Os mercados livres para o açúcar se reduzem a uma têrça parte e os preços baixam para níveis ruinosos. Esta situação dura até 1937 quando foi assinado em Londres o Convênio Internacional. Crise tão prolongada fêz desaparecer, em quase todos os vales do Peru, o cultivo da cana. Sòmente se defenderam os de Lambayeque e La Libertad.

Não obstante, a indústria açucareira continua como o ramo mais valioso da agricultura peruana, a base principal da economia nacional e uma fonte insuspeita de possibilidades de riqueza para tôdas as outras atividades econômicas da nação.

O valor da produção de açúcar no ano de 1943 superou a de todos os demais produtos agrícolas, sem exceção.

A cultura da cana acusa no país a maior densidade econômica, quer dizer, a maior quantidade de rendimento no menor espaço de terra aproveitável, utilizando o maior número de braços e promovendo uma volumosa fonte de bem-estar social que se traduziu em elevados salários.

E' a cultura que melhor aproveita, por hectare, a água recebida, o que é de suma importância, visto ser a água o fator limitador da produção agrícola na Costa peruana.

O açúcar constituiu, sempre, por outro lado, uma das bases principais do comércio de exportação do país. Neste sentido a indústria açucareira condicionou a vida de relação do Peru com as demais nações do mundo de forma eficaz e altamente favorável à economia nacional. O interêsse do país impõe ao Estado a obrigação de amparar a riqueza nacional quando estiver ameaçada. A serra peruana é habitada por quatro milhões de índios que consomem o que produzem. A exploração mineira está em mãos de estrangeiros. A indústria é incipiente. Assim, os dois milhões de homens da Costa são verdadeiros elementos de progresso que com os seus esforços engrandecem o país. Resta ajudá-los a superar as dificuldades que defrontam. Auxílio franco e direto que contribua para elevar o nível de vida dos produtores e melhorar a qualidade e o volume da produção.

PORTUGAL

A Associated Press, em telegrama de Lisboa, noticia a chegada ao pôrto de Leixões de um cargueiro espanhol trazendo carga de açúcar procedente das colônias e destinado ao abastecimento do país.

A POLITICA AÇÚCAREIRA DO GOVÊRNO FULGÊNCIO BATISTA

Em livro dedicado ao estudo da ação governamental do General Fulgêncio Batista, o escritor Alberto Arredondo focaliza, com muita objetividade, a política açucareira do antigo mandatário de Cuba. Ao assumir o Poder o Presidente Batista encontrou situação açucareira das mais difíceis, caracterizada pelo fechamento dos mercados europeus e pela queda das exportações para os Estados-Unidos. O preço era ruinoso e as perspectivas assustadoras para a economia do produto.

O financiamento da safra, pouco depois seguido pelo Convênio Supletório de Reciprocidade Comercial com os Estados-Unidos e pelo Convênio de venda da Safra de 1942, determinou imediata recuperação da economia do produto, originando o seguinte quadro da situação, segundo o depoimento do escritor Arredondo: "Os preços do açúcar sobem a níveis de prosperidade. Diminuem as exportações gerais, enquanto aumentam as vendas exteriores de açúcar. A cana rompe o sistema de cotas e começa a se estender velozmente dada a confiança da sua segura negociação. Fazendeiros e colonos vêem ampliar-se as suas perspectivas econômicas no presente e estabilizar-se a sua situação no futuro, através das prescrições do novo Convênio de Reciprocidade. O proletariado industrial, como o agrícola, goza também do surto açucareiro e obtém apreciáveis aumentos de salário. Os Estados-Unidos, carentes do abastecimento do Havaí e das Filipinas, compram tôda a safra de 1942 e atuam como se estivessem dispóstos a adquirir todo o açúcar que estivéssemos prontos a produzir. A monocultura, cujas raízes estavam sendo lentamente arrancadas da terra cubana, encontra ambiente fácil nas realidades forjadas pela guerra. Invade os nossos campos com rapidez de praga e com intensidade de epidemia a febre canavieira. O machado e a enxada, o arado e o trator se apressam em habilitar novas zonas canavieiras. As pastagens se reduzem, diminuem os frutos menores, as matas são devastadas. Um pouco mais e estaremos em frente da loucura da cana."

Reagindo contra a nova situação criada, o govêrno cubano não atende aos pedidos de safra livre, pleiteada pelos setores açucareiros como possibilidades de maiores lucros e ordena a continuação da política de safra controlada. Mediante uma drástica Lei de Culturas Obrigatórias defende a diversificação da produção agrícola. Um porta-voz oficial, de notória autoridade, dadas as suas ligações com o Presidente Batista, o Engenheiro Lopez Castro, assim define a política governamental:

"Estimamos chegada a hora improrrogável de Cuba, superando seu passado histórico, realizar um supremo esfôrço para ordenar mais firme e orgânicamente a sua economia. Mil vêzes se tem repetido que somos um país monocultor. Mil vêzes, também, se repisou que somos prisioneiros nos momentos de prosperidade ou de crise, das alternativas do preço do açúcar. No entanto, se não foram as desvantagens que sempre ocasiona êsse regime sôbre a economia de um país, poderia afirmar-se que há outras mil razões para que cultivemos a cana com preferência a todos os demais produtos da terra. Nosso clima, nosso solo, nosso regime pluvial, nossa posição geográfica nas proximidades de um grande mercado consumidor, assim como o capital invertido e até nossa psicologia e nossos hábitos, comprovam plenamente o fato de que a realidade açucareira do nosso país não obedece a nenhum processo artificial ou caprichoso."

"Cuba é, por excelência, o país que tem melhores condições naturais para produzir açúcar. Não há terra que se lhe possa comparar neste aspecto. Os que competem com o nôsso açúcar o fazem ou pelos seus baixos níveis de salários e de vida social, ou por fatores artificiais de proteção, como os subsídios e as barreiras alfandegárias.

Com estas peculiaridades, a riqueza açucareira nos levou a períodos de auge, mas também nos conduziu, e nos pode conduzir de novo, a etapas de funda depressão. Por isto a política judiciosa e realista não está em condenar em têrmos absolutos a indústria do açúcar e tratar de reduzí-la ou substituí-la por outras culturas, impotentes até hoje para substituí-la. Da mesma forma que não está em forçar o seu desenvolvimento até limites excepcionais que possam impelir-nos a um novo desastre na passagem da economia de guerra para a economia de paz."

"O prudente é manter a cana como núcleo da nossa economia e como nossa principal fonte de riqueza, enquanto não surja outra atividade, não vislumbrada por mim, que possa suplantá-la com êste caráter. Ao mesmo tempo, é necessário que, procurando um mínimo de segurança para as horas difíceis, lutemos de modo denodado para estabelecer, paralelamente, um sistema de diversificação que nos garanta um nível de produção e de trabalho capaz de cobrir, pelo menos, as necessidades elementares do povo cubano."

"Uma ordenação econômica dêste tipo, embora colida em parte com as condições naturais, não é produto da nossa própria vontade. E' a posição obrigatória a que nos conduziu, nestes últimos anos, a política de outros países que, devendo ser nossos mercados naturais, estiveram a produzir açúcar através de fatores anti-econômicos, possìvelmente porque queriam reservar-se uma fonte de abastecimento e uma oportunidade de trabalho, que cobrissem uma parte das necessidades imperativas da sua população. Obedecendo às mesmas razões e à mesma técnica, Cuba também necessitou, e necessita, diversificar a sua agricultura para produzir artigos imprescindíveis à vida do seu

povo. E embora, como no caso do arroz, nossas condições não sejam as melhores para a sua produção, culturas dêste tipo são necessárias a Cuba, a fim de que também, nas horas difíceis, tenhamos garantida uma parte da alimentação popular."

O Convênio Supletório de Reciprocidade Comercial, que acaba de ser assinado entre Cuba e os Estados-Unidos, marca um passo para a frente no propósito de firmar a economia açucareira, já que vem garantir um mínimo de estabilidade à primeira indústria de Cuba e, portanto, à nossa economia em geral. Esta vantagem não constitui, no entanto, a solução definitiva e cabal do nosso problema. Ao voltar às condições normais, teremos outra vez a safra restringida, três meses de trabalho, o orçamento do Estado desequilibrado, salários precários e um agudo desemprêgo no país. Êste panorama futuro é o que devemos considerar hoje ao ordenar a nossa política presente e lutar sem esmorecimento pela sua consolidação.

Pois bem, justo é considerar uma maior vinculação da nossa economia com a dos Estados-Unidos e a dos demais países aliados, sôbre a base do mútuo benefício, já que Cuba está contribuindo, neste momento decisivo, à causa aliada com tudo quanto tem de necessário à mesma, sem nenhuma aspiração de aproveitamento mercantil, apesar de que é líder na produção de vários artigos essenciais. E, portanto, devemos esperar que se nos facilite no após-guerra uma participação nos mercados açucareiros, proporcional ao nosso esfôrço presente e às nossas necessidades mínimas futuras."

"Estas perspectivas não são um obstáculo, senão, pelo contrário, um estímulo para que façamos tudo quanto esteja ao nosso alcance no empenho de converter em realidade um programa agrícola-industrial, que, ao criar novas fontes de riqueza, seja capaz de fornecer-nos fatores de defesa econômica e social na hora difícil em que diminua o ritmo das nossas exportações, determinado pelo presente conflito.

Essa hora não nos pode achar desprevenidos. E se contarmos com alguns outros elementos que não sejam ùnicamente o açúcar, mas que lhe auxiliem a economia em tudo o que fôr possível, teremos evitado a repetição de períodos tão agudos e dramáticos como aquêles que todos recordamos com angústia."

"Mas Cuba tem, à frente dos problemas da paz, os problemas da guerra. Por isso, acaba de assinar um Convênio com os Estados-Unidos entregando a êsse país a sua produção açucareira como a melhor contribuição à causa comum da democracia e da liberdade do mundo. Esta contribuição logrou realizá-la com os próprios recursos mobilizados pela indústria açucareira.

Se as necessidades da guerra exigem em algum momento, como parece possível, que Cuba produza uma quantidade excepcional de açúcar e de outros produtos da cana, determinando desenvolvimento anormal da sua economia que possa conduzí-la a um grave desequilíbrio futuro, parece razoável que, ao mesmo tempo, se lhe assegurem, com novas condições, os meios indispensáveis para garantir ao país a sua subseqüente readaptação a uma economia diversificada, sem choques nem desajustamentos violentos."

"Portanto, todo processo de aumento da nossa produção açucareira tem de ser realizado com prudência e planejadamente, levando em conta que, junto à agricultura da cana, é indispensável desenvolver um programa de produção plural, riquezas estáveis e próprias, que nos permitam consolidar orgânicamente a vida econômica nacional.

Êste programa constituirá, além disso, um modo de aliviar os Estados-Unidos e os demais países aliados. A Norte-América poderá, assim, se ir livrando da preocupação que significa o nosso abastecimento em muitos gêneros que poderiam ser substituídos pela nossa própria produção, deixando ao grande país amigo e vizinho, todos os meios de produzir e transportar os artigos que, devendo a nós ser destinados, possam dessa forma ser encaminhados para outras nações mais necessitadas."

"Sendo esta, em breve síntese, as perspectivas que o problema cubano apresenta, devemos aproveitar o momento para mobilizar as zonas passivas e potenciais da economia cubana mediante o esfôrço conjunto da ação oficial e da iniciativa privada. Urge desenvolver outras fontes de riqueza estáveis e próprias, que permitam utilizar as energias sobrantes e estéreis pela paralização cíclica determinada pela indústria açucareira no chamado "tempo morto". E' hora de iniciar e desenvolver tôdas aquelas culturas, cujos períodos de maior atividade, semeadura e colheita das safras, tenham correlação exatamente inversa à da cana."

Alberto Arredondo conclui o seu estudo, depois da transcrição acima, dizendo que o Presidente Batista conduziu a política açucareira orientado por um lema de expressiva eloqüência: "Com a cana, sem esquecer a Nação; com a Nação, sem esquecer a cana."

"GEOGRAFIA DO AÇUCAR, NO LESTE DO BRASIL"

Registrando o aparecimento do livro "Geografia do açúcar, no leste do Brasil", do nosso colaborador, Professor Afonso Várzea, "Cuba Economica y Financiera", no seu número de outubro do ano passado, escreve o seguinte:

"Êste extenso livro de cêrca de 500 páginas, 64 capítulos e fartamente ilustrado com 119 gravuras, mapas e diagramas, é uma contribuição original à geografia econômica do açúcar, tal como se desenvolveu na região mais oriental brasileira, desde o Recôncavo ao Ceará. Contém abundante informação e curiosos dados sôbre a história do cultivo da cana na grande República sul-americana, penetrando nas ramificações que compreendem os aspectos físicos, étnicos, sociais e econômicos, na sua relação com a agricultura e a indústria do açúcar".

O AÇÚCAR SEGUNDO O DEPOIMENTO DE JOSÉ DA SILVA LISBOA

José Honorio Rodrigues

Nos vários trabalhos com que se tem procurado divulgar a obra e as atividades do Visconde de Cairu não nos consta que se tenha feito referência aos escritos sôbre açúcar do economista e teórico político que tanto trabalhou entre 1750 e 1830.

Sabia-se, apenas que o inquérito mandado realizar em 1807 pelo governador da Bahia, e de que resultou o magnífico estudo sôbre a economia agrícola baiana no século XVII, sofrera a influência e colaboração de Silva Lisboa, como se depreende do decreto de 23 de fevereiro de 1808, inserido na última página do referido estudo. (1).

Esse inquérito, talvez um dos primeiros a ser feito, para atender aos reclamos de comerciantes e lavradores, deve ter sido sugerido por quem, desde 1784, já havia representado ao Governador sôbre as vantagens do estabelecimento de "huma sociedade litteraria, em que fossem membros todos os proprietarios de terras deste paiz, os mais intelligentes, e além disto todas as pessoas curiozas e amantes do bem publico; cujo objecto fosse a melhoração de toda a cultura das terras, principalmente para que o tabaco, assucar e o anil (que ja aqui se começa a cultivar), pudesse receber toda a perfeição possivel: depois a amplificação do commercio, boa ordem da economia interior do paiz, descobrimento de todas as plantas, seus usos para o commercio e artes, sua virtude já conhecida para a medicina". (2).

Nomeado em 1797 (3), depois da viagem que empreendera a Portugal, e da jubilação como professor de filosofia e grego, deputado e secretário da Mesa da Inspecção, José da Silva Lisboa, desde então, afora os trabalhos de divulgação da escola econômica liberal e da doutrina política inglesa, dedica-se ao estudo das condições da agricultura e comércio da Bahia.

Não se limitou a escrever algumas longas e documentadas cartas sôbre a economia agrícola da Bahia, mas incentivou estudos, estimulou pesquizas, tentou promover, como vimos, a fundação de institutos de estudo agrícola, muito antes que a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional viesse a representar, na vida econômica do país, o papel pioneiro qu conhecemos.

Tornado secretário da Mesa de Inspecção, (4) pede em 1799 que seja dado regimento privativo ao seu cargo (5) e já no mês seguinte escreve uma carta a D. Rodrigo de Souza Coutinho sôbre os engenhos de açúcar e os maquinismos empregados na sua preparação, propondo que se conferisse uma recompensa a Joaquim Ignacio de Serqueira Bulcão, por ter sido o primeiro proprietário que adotara novos processos de moagem da cana. (6).

E' interesante observar que D. Rodrigo de Souza Coutinho não só louvou-lhe o zêlo como concedeu a Joaquim Ignacio de Serqueira Bulcão o hábito de Cristo. Não ficou aí a atividade benemérita de José da Silva Lisboa no incentivar as inovações. Em 1800, por um aviso régio, eram o Presidente e deputados da Mesa elogiados e aprovada a subscrição voluntária dos proprietários dos Engenhos para o pagamento do prêmio de 24.000 cruzeiros, pela construção de uma

(1) — Vide **Cartas Economico-Politicas sobre a Agricultura e Comercio da Bahia,** Bahia, impr. Off., ed. 1924, p. 11 e 118.

(2) — Vide Documento n. 11.475 (por erro de imprensa saiu estampado 14.475) dos Archivos de Marinha e Ultramar, **in** Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Bahia, 1763-1786, separata do vol. XXXII, Rio de Janeiro, 1914.

(3) — Vide Documentos n. 18.530-18.531, do Archivo de Marinha e Ultramar da Biblioteca Nacional de Lisboa, **in** Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Separata do vol., 1916, especialmente o documento n. 26.053, no vol. XXXVII.

(4) — Sobre a organização da Mesa da Inspecção, vide documento n. 10.319, do Arquivo de Marinha e Ultramar, **in** Anais da Biblioteca Nac. do Rio de Janeiro, separata do vol. XXXII, Rio de Janeiro, 1914.

(5) — Vide Documento n. 19.685, do Arq. de Marinha e Ultramar, **in** Anais da Bib. Nac. do R. de Janeiro, vol. 34, 1916.

(6) — Vide documento n. 19.693, id. id. id.

máquina para moer cana de açúcar. (7) Embora não se transcreva o documento, estamos a ver que a iniciativa partiu do mesmo estimulador de sempre.

Joaquim Ignacio de Serqueira Bulcão foi um dos senhores de engenho consultados no inquérito de 1807 e sua carta (IV) respondendo aos quesitos do governo está transcrita nas Cartas Economico-Politicas (8).

José da Silva Lisboa não estudou somente, na sua qualidade de deputado e secretário da Mesa de Inspecção, a situação da cana de açúcar, mas muitas vezes opinou sôbre o cultivo e comercio do tabaco (9) e do algodão. (10).

Afeito às pesquizas que desde 1783 realizara nas serras da Cachoeira, para descobrir minas de cobre, que supunha existissem, mas que resultaram infrutiferas (11) ele poderia trazer para o campo dos estudos econômicos certos métodos que então se iniciavam.

A verdade é que sem a consulta aos documentos colhidos nos Arquivos de Marinha e Ultramar e depositados hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa, que foram inventariados por Eduardo de Castro e Almeida e publicados nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não se pode reconstituir a vida de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú.

Dos documentos relativos ao açúcar, vamos publicar o de n. 10.907. Pareceu-nos útil reproduzir nesta revista os trechos referentes ao açúcar, de vez que não só a consulta aos **Anais** é difícil a certos leitores interesados na história do açúcar, como porque eles bem merecem uma reedição.

Antes de entrar no estudo da agricultura e especialmente da cana de açúcar, José da Silva Lisboa descreve a situação e o clima da Bahia, suas fortalezas, força militar. Como não apresenta maior interesse essa parte, que ocupa quatro páginas dos Anais em tipo miudo, pareceu-nos conveniente sua não reprodução.

O trecho sôbre açúcar aqui transcrito ocorre entrea s págs. 498 e 503 do vol. 32, 1914, dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, interrompendo-se repentinamente nesta última página, com a indicação de que o resto da página no original se encontra em branco. Segue tratando do tabaco.

Transcrevemos, tambem, um pequeno trecho do documento n. 19.239 em que o autor fala da cultura da cana de açúcar no Recôncavo baiano. Os outros trechos referem-se à mandioca, ao algodão, café, arroz e tabaco.

Os outros documentos relativos ao açúcar (ns. 19.694 e 19.693) trazem como título, respectivamente :

N. 19.684: Carta de José da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe dá diversas informações ácerca da Mesa da Inspecção dos tabacos e assucares, de que era deputado e secretario. Bahia, 6 de fevereiro de 1799.

N. 19.693: Carta de José da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre os engenhos do assucar e os machinismos empregados na sua preparação, propondo que se conferisse uma recompensa a Joaquim Ignacio de Sequeira Bulcão por ter sido o primeiro proprietario que adotara novos processos de moagem da canna. Bahia, 28 de março de 1799.

Não são reproduzidos e, assim, só nos resta mandar buscá-los em Portugal, juntamente com outros milhares que lá jazem perdidos dos estudiosos brasileiros.

Não nos pareceu necessário, aquí, dar notícia biográfica sôbre o Visconde de Cairú. Sôbre sua vida e sua obra consultem-se os seguintes trabalhos: Sacramento Blake, **Diccionario Bio-Bibliographico Brasileiro,** vol. 5; Innocencio da Silva, **Diccionario Bibliographico Portuguez,** t. 5; Pereira da Silva, **Varões Ilustres do Brasil,** t. 2, p. 141-172; Francisco Adolpho de Varnhagen, **Historia Geral do Brasil,** 4ª ed., p. 15-16; Silvio Romero e João Ribeiro, **Compendio de Historia da Literatura Brasileira,** 1906, p. 106-168.

CARTA muito interessante do advogado da Bahia, José da Silva Lisboa, para o dr. Domingos Vandelli, Director do Real Jardim Botanico de Lisboa, em que lhe dá noticia desenvolvida sobre a Bahia, descrevendo-lhe a cidade, as ilhas e villas da Capitania, o clima, as fortificações, a de-

(7) — Vide documento n. 26.054, id. id., vol. 37, 1918.

(8) — Vide Cartas Economico-Politicas, ed. cit., p. 114-117.

(9) — Vide Documento ns. 23.718, 23.766.

(10) — Vide Documentos. ns. 27.592-27593.

(11) — Vide Documentos ns. 11.247 e 11.472, do vol. 32, de 1914.

fesa militar, as tropas da guarnição, o commercio e a agricultura, e especialmente a cultura da canna de assucar, tabaco, mandioca e algodão. Dá tambem as mais curiosas informações sobre a população, os usos e costumes, o luxo, a escravatura, a exportação, as construcções navais o commercio, a navegação para a Costa da Mina, etc.

Bahia, 18 de outubro de 1781.

(N. 10.907).

....

Como a opulência publica está na razão composta da extensão da agricultura, variedade e perfeição das artes, vastidão do commercio, eu hirei notando sucessivamente cada coisa de per si para dar ideia da riqueza da Bahia.

A agricultura da Bahia, ainda que não esteja nem no gráo de perfeição, nem da extensão, de que he susceptivel, comtudo está em hum pé muito vantajoso e superior a todas as outras cidades maritimas do Brazil, pois que nenhuma está prezentemente em estado de produzir do crú do seu territorio tantos generos, como os que a Bahia fornece ao seu commercio interior e exterior.

Dois são os generos preciozos, que fazem a base solida do commercio da Bahia e lhe constitue para sempre hum fundo de riqueza natural, renovada e inexhaurivel, a saber o **assucar** e o **tabaco.**

A cultura do **assucar,** he d'huma vantagem indisputavel sobre qualquer outra produção da America requer comtudo grandes esforços e grandes despezas para ser emprehendida com successo. Ella está toda fundada no reconcavo da Bahia (chama-se assim toda a terra firme, que he circumscripta á grande bahia, que já descrevi).

Este reconcavo he entrecortado de varios rios navegaveis, que se vem lançar na mesma bahia, de quem são ramos. Todo este terreno he cheio de montes pouco elevados, que tem em partes excellentes planicies, com pequenos declives, que facilitão a cultura. Ares purissimos banhão esta porção saudavel de terra fertilissima. He aqui, que se acha a verdadeira **humus** natural: he esta huma terra chamada **maçapé** negra, compacta, viscozissima, que triturada nos dedos fez sentir-se huma sensação de unctuosidade, que desfeita em agua e precipitada deixa na parte superior huma porção de oleo vegetal natante, de que estava saturada a mesma terra, que assim se havia impregnado d'ella pela rezolução continuada dos vegetaes, que nella apodrecem, principalmente das folhas das grandes arvores, que nos seculos passados havião feito montões altissimos, que depois com o tempo e chuvas se rezolverão. Hoje se vê isso em qualquer matta virgem. Esta terra admiravel não se acha em todo o terreno, mas sim em cantões, com seus intervallos de terras de inferior qualidade. Profundando-se alguns palmos este terreno se achão logo camadas de argilla muito glutinoza.

He esta terra maçapé a proprissima para canna e que faz exceder muito o valor da terra, onde elle se encontra. Em geral toda a terra, em que se achão madeiras grossas, chamadas madeiras de lei, contem em si a preciza terra de **maçapé.** As terras de madeiras inferiores tambem contem terras inferiores, das quaes se distinguem duas, a saber, a que chamão o **saláo** e **areias misturadas.** O **saláo** he de côr vermelhada, tirando ao amarello; a outra he composta das duas primeiras misturada com as areias. A de **maçapé** he a mais forte de todas. Ha no reconcavo em que ha mais de 60 annos se planta canna no mesmo lugar sem jámais serem estrumadas; coisa esta que jámais se pratica. He verdade que nesse lugar as plantações não tem o mesmo vigor, que as primeiras, nem produzem o mesmo rendimento; porém, sempre isso he prova de huma fortaleza admiravel. Tem comtudo estas terras hum inconveniente, que quem as compra põe o seu cabedal, para assim dizer nos fundos perdidos; porque depois de certos periodos de annos ella ficará finalmente despojada de toda a sua fertilidade e então ella não serve para coisa alguma e he precizo ou recorrer a derrubação de novo matto, se o tem o proprietario ou esperar longissimos tempos até que se restabeleça com algum vigor. Além disto o **maçapé** só he bom para a canna, as demais culturas não tem nelle egual successo. O **saláo** porém e as areias misturadas, ainda que não tem o vigor do **maçapé,** tem em compensação a propriedade de se restabelecer depois de esgotada, dentro de 3 ou 4 annos, deixando-se crescer algum matto e tendo-as em descanso, quando se não

queira fecundal-a com estrumes. Depois disto ellas produzem admiravelmente a mesma canna e todos os fructos, legumes e raizes do paiz.

Principia a cultura da canna por cortarse e derrubar-se o matto se a plantação he feita em terra nova. Quando o matto he virgem, composto de madeiras de grossura e grandeza enorme, se ha comodidade para se poderem serrar, aproveitão-se para se fazer taboado para caixas de assucar, aliás tudo se reduz a cinza. He este o primeiro trabalho assaz rude que consome muito tempo. A lenha meuda que fica, se ajunta em montões, a que chamão **covairas** e se lhe repassa continuadamente fogo até que de todo se consuma o matto. Custa ainda depois bom cuidado em alimpar o terreno queimado e pôl-o em estado de se poder plantar.

Bem se vê que esta queima he ruinoza e damnificadora da fertilidade da terra, pois que o fogo deverá destruir o oleo vegetal, que a fecunda e de compôr e volatizar os saes conservadores da fertilização.

Porém observações constantes tem mostrado a utilidade d'esta extranha practica, porque terra virgem não queimada, nada produz. Creio não ter isso outra cauza se não a abundancia infinita de vehiculo, que fará abortar as sementes e encher de humidade excessiva as cannas ou raizes, que, nella se plantarem. Que deverá ser immensa esta humidade, basta para se convencer d'isto, attender-se a frescura constante que teria a terra coberta de frondozas madeiras, que fazem inaccessivel a luz do sol, cujos raios não podendo penetrar atravez das arvores, dão motivo de sobrecarregar-se a terra e embeberse de cupiozas humidades.

Isto he tanto verdade, que ainda a canna da primeira planta, ainda no tempo da sua madureza não presta para fazer assucar: ella sim cresce pasmozamente (já eu vi huma que pezava 24 arrateis) porem se chamão **balseiras**, cheias de hum succo pouco doce, que só serve ou para aguardente de canna ou para nova plantação, que he ordinariamente, para que se aplica.

O terreno para a canna se divide em taboleiros subdivididos em porções de 30 braças quadradas, a que chamão **tarefas.** As tarefas feitas nas planicies ou em montes não são as de maior rendimento: as primeiras por produzirem canna muito aguada, mais difficil de condensarem-se os seus succos como he natural, em razão de não poderem as aguas facilmente escorrer, mas antes serem embebidas da terra, que he densissima, viscoza, repulsiva da humidade, não a deixando passar para o seu interior, que pelo ordinario assenta sobre camadas de argila. As cannas plantadas em monte tem o inconveniente de se derribarem do summo com a força das aguas das chuvas e trazerem com a queda a ruina das inferiores, pois que a sua raiz he fraca e superficial. Terreno optimo he quando em vastos taboleiros a terra se levanta em pequenas elevações que remedeião os inconvenientes indicados.

Preparada a terra planta-se a canna em regos, feitos á enxada. A canna recebe duas limpas antes de ser cortada, trabalho este indispensavel, aliás seria suffocada e não cresceria em razão das plantas extranhas, que lhe absorvem o succo, que deverião servir para ella e para ser despojada da palha, que como palha cobre cada botão da canna, botões estes, que nascem ao longo della de huma e outra parte, onde está incluido o germen da nova planta. Cada hum d'estes botões, depois de desenvolvidos em terra, produz 4,5 e mais cannas á proporção de fecundidade do terreno: porém huma parte dos botões aborta inteiramente. O tempo da madureza da canna he depois de passar 15 mezes. Então corta-se, lança-se depois fogo ao terreno, em dia de sol e vento a isso accommodado, para queimar a palha secca, que ficou depois das limpas. As cinzas fecundão a terra, que faz reproduzir novos rebentões da antiga canna, que crescem não tanto como a primeira planta, mas os seus succos mais bem digeridos e impregnados de mais saes e menos oleos e expurgão e se condensão mais facilmente e se crystallizão com brevidade, nitidez e dureza.

Cada **tarefa** de 30 braças quadradas produz regularmente 16 até 20 pães de assucar de 3 até 4 arrobas cada pão. O assucar não tem todo o mesmo valor: distinguem-se 3 preços differentes de 9 tostões até 14, segundo as 3 qualidades de **mascavado, redondo** e **fino.** Os ditos preços são taxados pela Inspecção, para se não poder vender por menos, afim de sustentar o valor do genero. Porém sempre por estylo da praça, ainda em tempo ordinario, por convenção das partes e dos mesmos negociantes sempre se vende com mais hum

ou 2 tostões sobre o ferro da Inspecção. Tomando-se hum preço medio de 10 tostões cada arroba vem a render cada tarefa de 30 braças quadradas pelo menos 48:000 rs.; accrescentando-se a este valor o preço dos melaços, que se não condensarão, que custão huma quinta parte do valor do assucar, isto he accrescentando-se 9.000 e tantos réis, quinto de 48$; fica o rendimento da dita tarefa importando 57$000 rs. Se o proprietario fôr economo, que tenha o seu alambique e o trem necessario para o mel destillar aguardente, o que lhe procura hum beneficio sem duvida de mais de 15%; ainda mais se augmentará o valor do dito tereno relativo ao seu rendimento.

Hum proprietario, que tem 50 escravos de trabalho constante e regular póde ter sem difficuldade 100 tarefas de canna, que segundo o calculo feito podem render 5:700$000 rs. Verdade he que este rendimento não he liquido e que d'elle se deveria deduzir o valor da sustentação dos escravos, doenças, mortes, vestidos, restabelecimento da fabrica, salarios de feitores, que administrão a lavoira; mestre de assucar, caixeiros de engenho, etc. Comtudo esta despeza toda he bem compensada pelas meações de assucar e melaços, que recebem os senhores de engenho dos seus lavradores, que levão a sua canna para se moer no engenho; meações estas que lhes augmenta infinitamente o rendimento annual.. Por isso os senhores de engenho procurão ter aggregados a si quantos lavradores mais possão ter. Ha 3 sortes de lavradores, huns proprietarios das suas terras, que lhes he livre moer as suas cannas no engenho, que mais quizerem, no que fazem muito favor aos senhores de engenho; outros proprietarios, mas cujas terras tem a servidão de serem obrigados os lavradores de moerem a sua canna em certo engenho e não em outro, podendo por justiça serem a isso constrangidos; outros finalmente, que lavrão terras dos senhores de engenho, pagando-lhes fôro. Estes 2 ultimos estão na absoluta dependencia do senhor de engenho, que conforme os seus caprichos os tem em huma oppressão servil. Ao senhor de engenho pertence determinar-lhes a occasião da moagem, a qual se he tardia, cauza aos lavradores prejuizos irreparaveis, porqu' passado o tempo preciso do córte a canna deita frexa, os seus succos com a força do calor se dissipão.

Este inconveniente não pode ser precavido com a prematuração do córte, porque a canna depois de cortada, passada huma semana fermenta e fica incapaz de fazer assucar. Qualquer pois senhor de engenho se por malevolencia a hum lavrador e predileção a outro que demorar a aquelle e antecipar a este a moagem, decide da fortuna annual de ambos, o que dá motivo a dissenções e demandas; se o lavrador he pobre acquiesce: se tem commodidade vem á cidade augmentar o numero dos litigios que he immenso.

Estes lavradores apezar da meação, que pagão aos senhores de engenho, tem comtudo, grande lucro na sua cultura, porque as suas despezas se reduzem á sustentação dos escravos e seu vestiario e morte dos mesmos; precizão de infinitamente menos fundo, para a emprehenderem, nem tem que supprir a dispendiosa fabrica do engenho, que todos os annos preciza de reparação de ferros, cobre, madeiras, quantidade de bois, cavalos e o importantissimo artigo das lenhas, de que fazem prodigiozo consumo os engenhos beira d'água, que não tem mattas.

E ainda que o seu rendimento seja muito menor que o do senhor de engenho, comtudo a desproporção do valor do engenho e das despezas a respeito das do lavrador faz, com que o rendimento de ambos seja proporcionalmente quazi igual. He de advertir que a sustentação dos escravos ordinariamente não está a cargo dos senhores, porque por hum costume quazi universal, se lhes dá o dia do sabbado e domingo para nelles lavrarem, o que lhes for mister, assignando-se-lhe o terreno.

Hum engenho com boas terras, boas mattas, bons pastos, com boa fabrica, que tenha 80 escravos, outro tanto de bois e cavallos (a não ser engenho d'agua) custa desde 500 até 70 mil cruzados. Ha ainda mais custozos em razão da multidão de escravos, abundancia e excellencia de terras, vizinhança á Cidade, etc. Hum engenho mediocre v. g. de 60 mil cruzados, que tenha 50 escravos de trabalho vivo (digo assim, porque huma parte dos escravos he applicada a differentes uzos) póde render, anno commum, segundo o calculo acima feito os 5:700$000 rs. acima indicados, em receita liquida; vantagem esta de que não he difficil achar exemplo na lavoira de Europa. Accresce além disto a razão de que não se compra jamais engenhos ou fazendas com todo o dinheiro á vista. Ordinariamente quem tem o subtriplo do valor do engenho póde-o comprar e principiar a lavoira, independente de negociante que assista, e dos seus fructos fazer os pagamentos restantes, o que he huma vantagem precioza: de sorte que hum engenho de 60 mil cruzados comprado v. g. a 16 mil cruzados á vista, com 4 mais de despeza para o seu preparo, se o carece e que póde render os ditos...... 5:700$000 rs., faz sem duvida huma conveniencia exhorbitante.

A este respeito ha na Bahia algumas vezes occaziões vantajozas de serem senhores de engenho homens que não podião lavrar hum só palmo de terra. Isto succedeu maravilhozamente depois da expulsão dos Jesuitas, que erão os melhores proprietarios da Bahia; quando se venderão os seus engenhos e terras pela Fazenda Real, venderão-se a bom preço e a condições mui benignas. Lembro-me do **Engenho** formidavel do **Conde**, com mais de 150 escravos e immensidade de boas terras no reconcavo. Lembro-me do dos **Ilhéos** com 270 escravos e hum potentado de terreno. Além d'isto continuamente estão vindo á praça engenhos de 50 e mais mil cruzados, que pagando-se 6 mil cruzados á vista, com 2 annos de fogo morto (em que não seja o arrematante obrigado a pagar nada) e os outros pagamentos de 400 até hum conto de réis annual, erige-se em senhor de engenho quem menos o podia ser. Elle acha logo hum negociante, que lhe subministra dinheiros, fazendas, escravos e o mais necessario para suprimento do engenho e constitue-se seu assistente; que em compensação estipula o ser embolsado com os rendimentos do engenho ou da fazenda de canna, pagando-lhe juros do seu dinheiro e recebendo o assucar com 2 tostões de menos, do que correr na praça: estes são mais moderados. Outros espitulão condições mais uzurarias, se a necessidade do lavrador o põem na superioridade de dar a lei. He este o ramo do commercio o mais seguro e mais pingue dos negociantes: porque além do ganho exorbitante das estipulações referidas tem a vantagem da certeza da extracção da sua fazenda e dos seus escravos (se contracta tambem n'isso) reputando tudo a hum preço excessivo e maior do que exigiria o empate do seu dinheiro.

Donde se segue que não obstante ter, ha 5 annos, quazi dobrado o valor dos assucares, comtudo não teria dobrado realmente a riqueza dos cultivadores: e com effeito assim succede. A conjunctura favoravel da guerra relativa do valor dos assucares, foi mais de vantagem para os ditos negociantes, do que para os lavradores, que sendo pela maior parte empenhados e por isso na continua sugeição dos mesmos negociantes, verão quazi absorver-se o beneficio da sua cultura pela exhorbitancia das uzuras dos seus assistentes. E posto que crescesse o valor do genero, tambem se augmentou o preço dos escravos e fazendas da Europa e então o excesso do valor do assucar deveu necesariamente não os ajudar, quanto era possivel.

Comtudo, sentiu-se hum universal allivio nas dividas antigas, a favor da superioridade do preço. Despertou-se por toda a parte a indolencia de muitos: outros chegarão a suplantar os seus credores; os que já estavão livres do jugo, fizeram hum rendimento pasmozo; houve engenho que produziu para cima de 30 mil cruzados.

Os mesmos negociantes comprarão engenhos a dinheiro á vista e estes com a sua agri-

cultura negociante conseguem mil interesses reunidos.

Este nosso seculo he o seculo da agricultura; todo o mundo escreveu sobre isso formando-se planos de gabinete, talvez sem se ter huma só vez remechido a terra. A agricultura porém he mais facil, he mais bonita de escrever, do que de executar. Prescindindo do rude, do insuportavel trabalho da manobra, a lavoira da canna, não obstante as suas vantagens, he muito detrimentoza e cheia de mil incommodos. A muita chuva apodrece a canna ou ao menos a enche de hum succo insipido; o muito sol as queima, o muito vento as derruba, os ratos a roem. Se no tempo da preparação do assucar o sol não he bem vivo, o melado não crystalliza bem. Se houve descuido na intensão do fogo, o mel se fixa, ennegrece e fica irreductivel a assucar. Se a lixivia não foi bem preparada e de boas madeiras, que tem dêem bastante alkali, o mel fica inquinado e difficilimo de purificar.

Accresce o gravissimo incommodo da necessidade da prezença incessante do proprietario á sua lavoira para esta poder ter o seu devido rendimento, pois que qualquer fazenda de terra vale tanto como a alma do seu dono; se este quer vir divertir-se á cidade, se he indolente, está seguro de nada colher no fim do anno por mil vantagens de terras e de escravos que tenha. A necessidade de se viver entre escravos e pôr em folegos periveis a esperança da sua riqueza e a alternativa cruel e sempre pernicioza ao senhor ou de os tratar com dureza ou de ser mal servido, constitue outro terrivel detrimento da lavoira do Brazil. Os negros, que apezar da sua estupidez, conhecem comtudo o preço da liberdade e que justamente não tomão interesse pela fortuna de seu senhor, na certeza de nunca ella lhes ser transcedente, que abusão da mansidão do senhor para se conservarem na indolencia e fugirem do rude trabalho de lavrar a terra, enchem de mil amarguras a vida rusticana. Todos os dias se recebem más noticias de hum preto morto, outro doente, outro fugitivo, outro rebelde, outro que deixou corromper os pés de bicho, por preguiça e ainda para desgostar o seu senhor.

Comtudo eu attribuo grande parte destes damnos ao abuso violento, que se faz da liberdade dos escravos, dos quaes huma boa parte perece ás mãos da fome, da mizeria, da desesperação e dos atrozes castigos, que se lhes inflinge. Os senhores moderados, mas não inertes, costumão pelo ordinario ter melhores negros e mais duraveis. E para dizer a verdade os escravos são mui sensiveis ás demonstrações de benegnidade de seus senhores. As suas almas com pouco se contentão e conduzidas com generozidade, não são atrozes, como ordinariamente se crê. Alguns senhores de terra facilitão hoje os cazamentos de seus escravos. He este um excellente meio de lhes suavizar o jugo e os ter com resignação sugeitos ao dominio em razão da mulher e filhos, seus caros penhores, que os retem e os consolão.

O prazer de cumprirem com descanso o voto da natureza pela vantagem que lhe subministra a conjuncção legitima lhes compensa os detrimentos da servidão.

Isto mesmo cede em beneficio do senhor, que vê renascer huma prole viçoza para substituir o lugar dos que forem perecendo. Os Jesuitas habeis economos das suas coisas forão os que derão d'isto exemplo e mostrarão com successo a utilidade com effeito aos engenhos e fazendas que deixarão cheios de escravatura numeroza, era raro achar negro na Costa da Africa. Comtudo este meio não he praticado com universalidade, porque pela vantagem mais decidida do serviço dos negros sobre os das negras, sempre o numero dos escravos he triplicado a respeito das escravas: coisa esta, que perpetua o inconveniente de se não propagarem, nem se augmentarem as gerações nascentes.

Toda a lavoira do assucar rende para a Bahia até 20 mil caixas de 40 até 60 arrobas. Elle tem preferencia sobre todos os outros do Brazil, por causa de ser muito pezado e oleozo e por consequencia mais adoçante. No tempo prezente se compra a arroba do assucar a 2.600 rs.; o mascavado a 1.800 e 1.900, tomando hum preço medio de 2.000 rs. e fazendo o calculo de caixas de 50 arrobas, pode-se sem muito perigo avaliar o rendimento total do assucar a 5 milhões de cruzados. Accrescentando-se o valor dos melaços e das aguardentes, de que se faz infinito consumo na terra para os negros que avidamente a bebem e a prodigioza exportação para a Africa e ainda para Portugal, póde-se concluir que o artigo só do assucar he importantissimo para a Bahia. Tambem se cultiva muita

canna, que se não reduz a assucar, mas que parte se converte em aguardente de canna e parte se vende no caes da Bahia para se comer. Affirma-se-me huma coisa, que parece espantoza e paradoxa, que o dizimo desta canna assim vendida era rematado por 10:000 cruzados. E não garanto a exaggeração, mais sei que muitas pessoas opulentas uzão da sua canna para esta applicação, sem duvida porque conhecem a vantagem; e sei tambem que negros e meninos comem canna infinita; ella tambem he applicada para sustentação das bestas.

A cultura da canna podia ser levada a hum ponto de extensão incomparavelmente maior, se a população crescesse e a nossa marinha mercantil se augmentasse e fizessemos os Portuguezes commercio activo com as nações estrangeiras e que pudessemos levar o nosso assucar a quem necessitasse delle, dando-se-lhe toda a extracção possivel, a qual destruida, faz enloquecer por si mesmo a cultura, porque ninguem se rezolve a cultivar hum genero para lhe ser nociva a sua abundancia com os empates e com a vileza do preço, que resulta da concorrencia dos vendedores e diminuição dos compradores.

A Bahia só no seu reconcavo tem terras capazes de quadruplicar a lavoira do assucar sem muito incommodo. Seria precizo em algumas partes procurar terrenos mais remotos, alguma coisa de beira de agoa: porém a difficuldade era bem facil de vencer, quanto aos transportes, porque a vizinhança dos rios anima tudo e os incommodos serião compensados com a fertilidade dos terrenos de novo desfrixados, porque elles quanto mais no interior do paiz, tanto pelo ordinario crescem em bondade. Sendo verdade que regularmente hum terreno de fertilidade mediocre produz 16 pães de assucar em 30 braças quadradas na hypothese de que a Bahia subministre ao seu commercio 20:000 caixas (eu não o affirmo decisivamente porque não tive os registos da Alfandega e trapiches e tambem sei que o numero destas caixas he engrossado por algumas, que vem do Rio S. Francisco, Cotinguiba e da comarca dos Ilhéos), n'esta hypothese, digo, se podia calcular que todo o terreno que produz assucar **(o resto da pagina em branco).**

....

DESCRIPÇÃO da cultura da Capitania da Bahia, em cumprimento da ordem regia de 4 de janeiro de 1798. Pelo Secretario da Mesa da Inspecção da Bahia, **José da Silva Lisboa.**

(N. 19.239)

(Anexa ao n. 19.239).

....

A cultura das cannas de assucar da Capitania he estabelecida principalmente no denominado **Reconcavo** desta cidade, e nas costas dos certões da Cotinguiba na comarca de Sergipe ao Norte da Bahia, onde comtudo as terras e os assucares n'ellas fabricados, são de inferior qualidade e até por lei valem na praça hum tostão de menos os respectivos ferros ou taxas legaes da Inspecção, ainda que aliás sejão ordinariamente bem alvos, porém destituidos da grã que constitue a força e a consistencia deste sal. Na comarca dos Ilhéos ha só 4 engenhos de fazer assucar e posto em canna venha ahi bem, he comtudo applicada pela maior parte para destillação da aguardente, que se exporta principalmente da Villa do Camamú e se remette em quantidade attendivel para o Reino. No territorio da villa da Cachoeira se tem levantado, ha pouco tempo, varios engenhos de assucar, animados os proprietarios pela esperança dos grandes preços actuaes d'este genero; ainda que os terrenos ahi mais proprios para plantação do tabaco não podem competir com a bondade dos do dito Reconcavo d'esta Cidade. N'este denominado **Reconcavo** (porque fica em huma especie de sinuoza concavidade, formada pela figura do golfo ou enseada da Bahia), he que se acha a parte mais cultivada de cannaviaes; e consiste em 10 legoas de comprido sobre 5 de fundo, onde se encontra a chamada terra de **maçapé,** negrejenta e viscosa; evidentemente composta de substancias argillaceas, muito saturadas de resolução de vegetaes, a mais propria para a cultura das cannas, não só pela duração da sua fertilidade, se não tambem porque sustenta a planta incomparavelmente por muito mais tempo sem frechar ou perder-se; o que não acontece com as mais terras chamadas de salões e areias misturadas; e a qualidade do assucar ahi produzido he muito mais precioso pelo seu peso, consistencia e grã. As de maior credito são as que ficão á margem do **Rio da Guaiba,** termo da villa de S. Francis-

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basilio de Magalhães

VII

O primeiro senhor-de-engenho que constituiu, ao sul do Brasil, a maior fortuna pecuniária da segunda metade do século XVI, tendo-a aplicado principalmente em obras de piedade, assim como na defesa da civilização luso-americana contra os selvagens confederados e contra os franceses, ocupantes intrusos da baía de Guanabara, — foi José Adorno.

Tendo vindo para as nossa plagas, com os seus três ou quatro irmãos (Antônio, Francisco, Paulo e Rafael), na armada de Martim Afonso de Sousa, tomaram parte todos êles na fundação da vila de São Vicente, indo em seguida povoar a localidade convizinha, a vila de Santos. Só um dêles, Paulo, pouco permaneceu alí, pois que se viu forçado a homiziar-se na baía de Todos-os-Santos, onde se tornou, com seu sogro, o Caramuru, um dos troncos da boa gente da terra do vatapá.

Em 1533, levantou José Adorno, junto ao atual Morro-de-São-Bento da cidade de Santos, o engenho de "São-João", o segundo moente e corrente naquela zona do litoral paulista. Afora o auxílio de dois dos seus irmãos, Francisco e Paulo (êste por pouco tempo, como já se viu), contou ainda com um bom feitor, que foi Heliodoro Eobano.

O primeiro, sob a invocação da "Madre-de-Deus", pertencente aos irmãos Góis (Pero e Luís), instalado um ano antes na região chamada depois Nossa-Senhora-das-Neves (também em Santos), era abastecido de canas plantadas nas terras das sesmarias que lhes concedera Martim Afonso de Sousa ou por Pascoal Fernandes (sesmeiro que alí deu início a tal cultura) e seu associado Domingos Pires. O de José Adorno contou com o fornecimento da **saccharum officinarum**, por parte de diversos agricultores, dos quais menciona Pedro Taques os nomes de Antão Nunes, Jácome Lopes, Francisco Anes e Cristóvão Dinís. E o "Engenho-do-Trato", estabelecido entre Santos e São-Vicente em 1534, foi a princípio sustentado pelas canas oriundas "das terras de Rui Pinto".

A serviço de José Adorno ficaram 15 ou 20 dos colonos estrangeiros (sobretudo alemães) vindos na armada dos irmãos Sousas, tendo sido o mais notável dêles o acima citado, filho do poeta Helius Eobanus Hessus. Mas o ativo senhor-de-engenho não tardou a possuir grande número de escravos (primeiramente indígenas e depois africanos), tendo também adquirido muitas terras.

Dois portuguêses com o cognome de Monteiro exerceram notável atividade na capitania de São-Vicente: Gonçalo Monteiro foi quem logo a governou, como representante do primeiro donatário dela; e Cristóvão Monteiro, além de outros serviços, fêz parte da vereança municipal da vila fundada alí em 1532. Talvez por haver cooperado para a expulsão dos franceses da baía de Guanabara, obteve em 1576, conforme requerera em 1567 a Pedro Ferraz Barreto, loco-tenente de Martim Afonso de Sousa (a quem pertencia também a capitania do Rio-de-Janeiro), uma enorme sesmaria, desde "Sapiaguera, aldeia que foi dos índios, até a Goratiba, que são quatro léguas boas, ao longo da costa do mar", da qual resultou, como veremos adi-

---

co e no territorio da Villa de S. Amaro. As do contorno da Villa de Maragogipe são inferiores. Sobre todas as terras de **maçapé** as que se distinguem pela sua antiguidade, perseverança de vigor e perennidade de cultura e producção são as famosas terras do Iguapé, nas visinhanças da Villa da Cachoeira, que parecem formar hum jardim de engenhos, apenas contendo o espaço de pouco mais de legoa, cortado de hum rio, que tem em perpetua frescura as margens adjacentes, dando periodicamente hum producto incrivel, comparado com a pequenez do terreno. Varios outros engenhos achão-se estabelecidos desde Itapagipe, huma legoa distante da cidade, até S. Paulo, primeiro porto do Reconcavo, sitos á beira de varios pequenos rios navegaveis, que se insinuão por meio das terras com seu curso e direcção serpentina e facilita as communicações interiores...

ante, a Fazenda de Santa-Cruz. Do casamento de Cristóvão Monteiro com Márquesa (feminino de Marques) Ferreira nasceram dois filhos e uma filha a qual teve mais longa existência objetiva que os irmãos e se chamava Catarina. Foi com ela que se matrimoniou José Adorno, ignorando-se o nome de qualquer prole dêsse bem formado casal.

Antes do monumental trabalho do padre Serafim Leite, já Francisco Martins dos Santos, apoiado em documentos idôneos, afirmara que José Adorno acompanhou "Nóbrega e Anchieta a Ubatuba, com suas canoas e bergantins, oferecendo à grande obra da colonização a sua vida, do que resultou o célebre armistício de Iperoig, a paz entre tamoios e portuguêses". O autor da "História da Companhia de Jesus no Brasil" (vol. I, págs. 366-375), depois de mostrar a triste situação a que chegara a capitania de São-Vicente ante a formidável Confederação-dos-Tamoios, ao ponto de não pensarem "os homens senão em como se hão de ir e deixá-la", narra com a mais minudente clareza a inestimável coeficiência de José Adorno para a obtenção da custosa paz.

O "golpe audacioso" foi projetado pelo grande Nóbrega; mas, sendo êste gago e não sabendo o nheengatú tão bem quanto Anchieta, escolheu para companheiro da arriscada emprêsa ao ainda simples irmão da ordem fundada por Loiola. Em dois navios, "pertencentes ambos, ou pelo menos um, a José Adorno, natural de Gênova, dedicado aos jesuítas e escolhido por Nóbrega para intermediário entre os padres e o povo de São-Vicente", partiram a 18 de abril de 1563 (no texto, acha-se "1553", certamente por êrro tipográfico), aportando a Iperoí em 5 de maio.

Conta Serafim Leite a parte conspícua que coube ao dono do engenho "São-João" nas longas e difíceis conversações com os chefes indígenas, assessorados alí por um francês, como representante dos invasores da baía de Guanabara, mandantes e organizadores do levantamento coletivo dos destimidos selvagens. E, pelo trecho seguinte, patenteia que o referido senhor-de-engenho era homem instruído até fora do berço natal: "Nóbrega tinha associado José Adorno a esta negociação, porque era amigo dedicado e de absoluta confiança; e porque, sendo natural de Gênova, não poderiam os tamoios, em caso de dissidência, invocar a sua qualidade de português. Também não era indiferente o ter sido educado em França, circunstância favorável para captar as boas graças dos franceses, fazendo-os falar, se fôsse mister".

Papel não menos importante foi o que desempenhou na primeira fundação portuguêsa da cidade de São-Sebastião-do-Rio-de-Janeiro, a 1.º de março de 1565, e provàvelmente na expulsão definitiva dos franceses da baía de Guanabara, a 20 de janeiro de 1567.

Ouça-se sôbre isso o que diz Francisco Martins dos Santos, embora a sua exposição merecesse mais particularizados esclarecimentos (ob. e vol. cits., pág. 185) : "Nesta última ocasião, solicitado o seu concurso por Estácio de Sá, José Adorno reuniu um numeroso exército de santistas e vicentinos, índios e portuguêses, quase armados à sua custa, e, entregando-os ao comando do feitor do seu engenho, o valente e famoso Heliodoro Eobano, fazendo-os acompanhar do padre Manuel da Nóbrega, provincial jesuíta, de Anchieta e de Pedro Martins Namorado, juiz da vila de Santos, seguiu com êles em bergantins e canoas de guerra para a Guanabara distante, onde fêz o triunfo de Estácio de Sá, expulsando os huguenotes e realizando, por fim, a fundação da atual capital do Brasil, como se vê de uma das cartas de Anchieta, e em Simão de Vasconcelos, na **Crônica da Companhia de Jesus** e na **Vida do padre Anchieta.** Pedro Martins Namorado, que seguira com as fôrças de Adorno, foi, como se sabe, o primeiro juiz de São-Sebastião-do-Rio-de-Janeiro, a contar daquele janeiro de 1566".

O fervor da fé cristã do dono do engenho de "São-João" manifestou-se por obras e doações de não despiciendo valor. Assim é que, conforme o historiador acima nomeado, "foi, com sua mulher, o fundador da capela de Nossa-Senhora-da-Graça, que ainda existia haverá trinta anos, assim como da de Santo-Amaro, na mesma ilha, tendo doado esta ao povo, dotando-a de uma pensão, e aquela aos religiosos da Ordem do Carmo, no ano de 1589, com o mesmo favor". A primeira das duas doações efetuou-se em 1589, mas teve de ser confirmada (o que se realizou em 1603), ainda em vida de José Adorno, porque a escritura anterior havia sido queimada ou lançada ao mar pela gente do corsário Cavendish, quando êste assaltou aquela região, em 1591.

Retificando equívocos de outros historiadores, entre os quais o próprio Varnhagen,

explica Serafim Leite (ob. e vol. cits., págs. 420-422) como foi que a enorme sesmaria de Cristóvão Monteiro, acima aludida, passou ao domínio da Companhia de Jesus. Tendo falecido o dito sesmeiro, sua viúva, Márquesa Ferreira "dividiu as suas terras de Guaratiba e Guarapiranga em duas partes iguais, e fêz testamento, deixando herdeira de uma parte a sua filha e da outra a Companhia de Jesus". Entregue a esta o seu quinhão, por escritura de 8 de dezembro de 1589, "a posse jurídica das terras operou-se a 10 de fevereiro de 1590". Presume Serafim Leite que nisso andou metida a vontade de José Adorno e de Catarina, sua mulher, porquanto, dois dias depois, também êstes cediam a parte, que lhes fôra deixada na extensa sesmaria, à mesma sociedade jesuítica, "com a intenção evidente de se não dividir a propriedade". Foi assim que se formou a Fazenda de Santa-Cruz. Pela primeira medição, feita em 1596, abrangia ela "a distância que vai da ilha de Guarequeçaba, na Pedra-da-Freguesia-de-Guaratiba, à ilha de Itinguçu, em Itacuruçá, município de Mangaratiba. Portanto, quatro léguas de costa".

Catarina Monteiro, mulher de José Adorno, faleceu em 1590, e o viúvo andou "com idéias de entrar na Companhia de Jesus", tendo-se dado, "de fato, alguns passos com êsse intuito", nos fins do referido ano, consoante as seguras informações de Serafim Leite. Note-se que, a êsse tempo, por motivo da sobredita cessão da metade da sesmaria de Cristóvão Monteiro, o ricaço genovês e sua espôsa figuravam como beneméritos da prestigiosa ordem fundada por Santo Inácio de Loiola.

Acredita Francisco Martins dos Santos que José Adorno expirou com mais de um século de existência objetiva, por volta de 1605. E não é para estranhar que varão de tão larga liberalidade para com a Igreja Católica houvesse deixado, tanto além-mar, quanto em nosso país, a fama de que a morte o alcançou "com cheiro de santidade". Com efeito, Simão de Vasconcelos assegura que José Adorno morreu com sinais evidentes de predestinação, e Frei Gaspar da Madre-de-Deus, além de repetir essas palavras, conta que, quando se realizaram as ceremônias fúnebres por alma do venerando genovês, "pedindo-se emprestada a certa confraria a cera necessária para o seu funeral, com obrigação de se pagar a que se gastasse, pondo-a na balança, depois de concluido o entêrro e exéquias, acharam com o mesmo pêso que antes tinha, não obstante haver estado acesa muito tempo".

Assim a indústria açucareira propiciou avultada riqueza a um estrangeiro amigo do Brasil, um italiano, cujo espírito prático se exornava com uma auréola mística, e que soube empregar a sua fortuna não só em defesa do Brasil contra selvagens revoltados e inimigos intrusos, como ainda em obras de piedade e em avultada doação à Companhia de Jesus, ao ponto de ser tido em conta de santo, quando expirou em nossa terra, na mais adiantada ancianidade.

DESIDRATAÇÃO DE MELAÇOS

Em uma memória apresentada à 17.ª Conferência de Técnicos Açucareiros de Cuba, Julio C. Gonzalez Maiz descreve as experiências de desidratação de melaços pelo aquecimento à pressão atmosférica, de acôrdo com as sugestões feitas pela Junta de Guerra Econômica. As experiências realizaram-se na Central Hormiguero. Utilizou-se um tanque de 600 galões de capacidade, provido de uma serpentina. Nesse tanque um melaço de 86,64° Brix foi reduzido por evaporação a 94,56° Brix. No quadro a seguir aparecem os resultados das análises dos melaços antes e depois da operação:

	Antes	Depois
Brix	86,64	94,56
Pol. Clerget	40,59	18,88
Açúcares redutores	14,21	23,88
Açúcares totais	54,80	42,76
Substância sêca	80,25	86,12
Açúcares não fermenticíveis	2,68	8,80
Pol. das subst. redutoras	42,72	19,87
Total das subst. redutoras	56,93	43,75
Estimativa do total das subst. redutores no melaço desidratado.	—	61,09
Açúcar redutor perdido	—	17,34
Estimativa do açúcar não fermenmenticível	—	2,87

O produto final tinha apenas 86,12 por cento de substância sêca a 94,56° Brix. A formação de substâncias não fermenticíveis demonstra ser considerável a decomposição dos melaços pelo aquecimento à pressão atmosférica. A perda de açúcares redutores, calculada em 17,34 por cento mais (880-28,7 por cento), que se eleva a 23,27 por cento, claramente demonstra que não é econômica a desidratação dos melaços à pressão atmosférica. Evidentemente, diz "Sugar", deve ser tentada somente quando houver as melhores facilidades para evaporação no vácuo. O melaço desidratado é muito higroscópico, quando exposto ao ar, o que não acontece quando o melaço derretido é posto em sacos de papel, lacrados com parafina.

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

VII

No seu número de julho de 1849, o "Auxiliador da Indústria Nacional" dizia que "sendo a fabricação do açúcar um dos mais importantes ramos da indústria manufatureira nacional" êle se via na obrigação de chamar freqüentemente a atenção dos seus leitores sôbre os meios de melhorar a condição dos fazendeiros e das fazendas onde se plantavam canas. E para prova da assertiva, passava a prestimosa revista a dar notícia de descobertas importantes no fabrico do açúcar por um químico belga, apesar de reconhecer ainda haver certa nebulosidade no invento.

Tratava-se da invenção de Melsens, cujas vantagens os jornais da Europa apregoavam nestes itens:

1.° — que o novo processo permitiria extrair-se mais 33% de açúcar, tanto de cana, como de beterraba;

2.° — que o açúcar produzido seria de qualidade superior;

3.° — que o agente químico, base do novo processo, não teria inconveniente algum, nem para o operário, nem para a saúde pública;

4.° — que êsse agente químico tornaria inúteis os aparelhos dispendiosos e complicados;

5.° — que a fabricação do açúcar de cana ou de beterraba se tornaria tão simples, que não haveria mais receio de decomposição do caldo;

6.° — que qualquer senhor de engenho, sem ter de fazer grandes mudanças nas suas máquinas, poderia aplicar o novo processo;

7.° — que as despesas de fabrico seriam diminuídas de maneira notável.

Pelo que fica exposto, era uma maravilha o novo proceso de fabricação de açúcar.

Mas não tinham decorridos três mêses dessa notícia e a sociedade recebia do seu correspondente na Alemanha, F. Sturz, estas observações sôbre a descoberta de Melsens:

"Francamente declaramos que o modo e as expressões com que o **Moniteur** fêz o relatório dos ensaios feitos na fabricação do açúcar pelo método de Melsens, nos faz recear uma mistificação completa, uma mistificação que há de causar tanto maior sensação, quanto grande tem sido a exageração sôbre êste assunto.

O estado de madureza **insuficiente na raiz** no presente período do ano, que agora se cita, como razão para se demorar os ensaios, circunstância esta, a qual se verdadeira fôsse, devia ser conhecida antes de fixar-se êste período; as questões inocentes que a comissão propôs e o modo com que foram solvidas, tudo patenteia um **embaraço**, que se procura debalde ocultar.

Segundo a nossa opinião, tratou-se de averiguar quatro pontos:

1.° — Pode-se **dispensar** pelo método de Mr. Melsens uma grande parte dos aparelhos **hoje empregados** no fabrico do açúcar, como tão gèralmente se tinha anunciado?

2.° — E' substituído por outro ingrediente mais barato o carvão animal o qual se quer dispensar?

3.° — E' verdade que esta descoberta terá por conseqüência a supressão da refinação do açúcar?

4.° — Patenteou-se como verídico o aumento de 33% na beterraba e 50% na cana, e torna-se aplicável êste aumento ao fabrico em grande escala?

Sòmente por meio de respostas claras e categóricas a estas questões se tornaria possível apreciar a descoberta de Melsens. Mas em lugar disso, limitaram-se a apresentar à comissão a seguinte questão: **se a invenção era pràticamente aplicável?**

Temos achado muito inocente êste quesito, e na verdade o é.

E' incontestável que todo o processo químico é **pràticamente aplicável** com **maior** ou **menor** efeito, mas justamente êste **mais** ou **menos** forma a questão vital, e êste ponto principal fica agora envolto num escuro, do qual nós receamos que nem mesmo os ensaios a fazerem-se em fins de setembro nos hão de tirar. Se são corretos os relatórios que temos recebido de uma boa fonte, então se torna claro pelos ensaios até agora feitos na fábrica de Mr. Claes, em Lembecq :

1.º — Que nenhum dos aparelhos até hoje empregados no fabrico do açúcar se torna supérfluo pelo processo de Mr. Melsens.

2.º — Que o carvão animal é substituído por uma substância química, cujo custo o autor não quis comunicar, razão por que se torna impossível calcular se a substituição redunda em economia ou encarecimento.

3.º — Que o açúcar produzido pelo novo processo não dispensa a refinação.

4.º — Que é impossível avaliar a produção porque o mel procedente do primeiro trabalho ainda não foi cozido.

5. — Que durante o processo se desenvolveu um vapor sulfuroso que incomoda.

6.º — Que o açúcar produzido encerra uma dose de ar sulfuroso que é prejudicial à saúde.

Pelo exposto acima, vê-se o vigor do ataque de Sturz à descoberta de Melsens. Patrocinada por um nome europeu, a crítica era de molde à desacreditar a invenção perante os países americanos fabricantes de açúcar. Pode ser que assim tenha acontecido em outras nações; não porém no Brasil. Em 1850, já estávamos longe daqueles tempos em que as máquinas do engenho da Cachoeira (Bahia) lhe deram o apelido de "Engenho da Filosofia". Na época a que nos reportamos, os nossos homens já liam, tínhamos mesmo no escol da sociedade muitos vultos de bem trabalhada cultura. E foi por isso que apareceu no "O Auxiliador", de março de 1850, um artigo rebatendo a crítica de Sturz, firmado por "um brasileiro".

Revelando apreciáveis conhecimentos de química, o articulista mostra que a invenção de Melsens consistiu em unir ao ácido sulfuroso uma enérgica base — no caso a cal — e ter assim o bisulfito de cal, que torna cristalizável todo o açúcar contido no caldo de cana ou de beterraba. Para êle a descoberta era de notável alcance para a indústria açucareira, pois o bisulfito de cálcio era justamente o corpo de que se necesitava na extração do açúcar por ser :

a) — um corpo antisséptico por excelência, que previne a produção de fermentos ;

b) — ávido de oxigênio capaz de impedir a ação nociva dêste gás ;

c) — depurador, separando as matérias albuminosas e coaguláveis ;

d) — descolorante das substâncias do caldo ;

e) — neutralizante dos ácidos nocivos.

Os conhecimentos especializados expendidos acima não nos admira, repetimos. Quem perlustra as páginas da revista da "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional" verifica a progressão crescente feita pela erudição dos seus colaboradores. Dia a dia, aumentava-lhe o brilho dos estudos publicados.

E assim é que, nesse mesmo ano de 1850, lemos ao lado de uma bela análise da extinção do tráfico africano, de um vigoroso estudo sôbre a colonização de que carecia a nossa lavoura e de um sensato plano para arborização de nossas estradas, uma erudita conferência de Silvestre Pinheiro Ferreira acêrca da questão social, a qual o autor terminou com êsse esplêndido heptálogo :

I — Assegurar aos homens industriosos os meios de ganharem sua vida, procurando proporcionar a produção ao consumo.

II — Emprestar aos empresários os capitais de que carecerem para suas especulações, tomando-se as necessárias cautelas contra quaisquer sortes de abusos.

III — Adiantar os meios indispensáveis de subsistência aos indivíduos que se acharem desocupados por falta de saúde, ou por não acharem trabalho em que se ocupem.

OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

V

O 1.º BARÃO DE SANTA RITA, MANUEL ANTÔNIO RIBEIRO DE CASTRO

Nos nossos artigos anteriores acompanhamos o caminhar da indústria açucareira de Campos, desde os seus primeiros dias até 1876, ano em que continua a sua marcha para frente à cata de novos progressos.

Era preciso aproveitar mais a riqueza da matéria prima que se perdia pelo cozimento a ar livre e para isso urgia a abolição do fogo nu e a substituição das caldeiras de Wetzel e de Boor pelas fechadas, operando no vácuo.

Para alguns fazendeiros mais lidos e inteligentes, ficou alvitrado "o emprego a vapor para tôdas operações e por outros a conservação da aparelhagem mista (defecação a vapor e evaporação a fogo nu), concentrando na caldeira vácuo e aperfeiçoando, assim, a última operação — **cozimento**, que se faz em grau para o 1.º e 2.º jatos, sendo apenas o 3.º, concentrado, como nos aparelhos vulgares até o ponto de **filet**".

Foi nessa época que apareceu em Campos André Patureau, com um previlégio do govêrno imperial para o emprêgo do gás sulfuroso na fabricação do açúcar. O seu processo era tratar dos caldos fazendo o cozimento no vácuo.

O primeiro fazendeiro que fêz experiência do sistema Patureau foi o Major Francisco Manuel do Souto-Maior, que mandou vir da Casa Brissoneau uma dessas caldeiras, fazendo também assentar em sua fábrica uma nova caldeira multitubular, colocada no fundo da bateria, ficando assim aparelhado com mais o seguinte: "Produtor do gás ácido sulfuroso e caixas de madeira, guarnecidas de chumbo, para receber o caldo frio e saturá-lo com êsse ácido; defecação e evaporação em uma bateria estabelecida com melhoramentos indicados por Patureau; cozimento na caldeira vácuo e esgotagem na turbina".

O resultado não foi ainda satisfatório e por isso fêz novas modificações no seu engenho, sob a direção de Teodulo Brocheton que se achava em Campos, adotando defecadores a vapor e eliminando o emprêgo do ácido sulfuroso.

Chegamos a 1880, ano em que a indústria açucareira teve um progresso notável, com a reforma completa das fábricas e levantamento dos pequenos engenhos centrais, precursores das grandes usinas que se espalham na terra goitacá, o que será matéria para outro artigo.

Quanto às distilarias, anexas aos engenhos, continuavam a fabricar aguardente pelos processos primitivos, só algumas possuiam o alambique Rousseau, privilegiado pelo govêrno imperial.

E' claro que não nos referimos aos engenhos centrais de Quissamã e Barcelos, que não se achavam em Campos, e sim nos municípios de Macaé e de S. João da Barra.

O primeiro e então único no Brasil foi construído por uma sociedade anônima com o capital de 700 contos, elevado, depois, para 1.700:000$000, com a garantia de 7% de juros e que foi inaugurada em 12 de setembro de 1877.

Foram os seus fundadores e principais acionistas, os filhos do 1.º Visconde de Araruama: Conde de Araruama Bento Carneiro da Silva, Barão de Quissamã, José Caetano Carneiro da Silva, Barão de Ururai, Ma-

---

IV — Prover a que os inválidos destituídos de bens próprios recebam da sociedade os socorros correspondentes à consideração que lhes fôr devida, segundo seu procedimento e graduação.

V — Premiar a virtude e punir o vício.

VI — Criar meios de recreação tendentes a desenvolver as faculdades físicas e morais, em vez dos divertimentos inéptos ou viciosos a que aquelas classes costumam entregar-se.

VII — Prover a educação da criança, principalmente dos órfãos e expostos, começando da mais tenra idade que fôr possível, até que cada um possa exercer a profissão para que fôr mais apto.

nuel Carneiro da Silva, Barão do Monte Cedro, João José Carneiro da Silva; seus genros, Barão de Vila Franca, Dr. Francisco Inácio Silveira da Mota, Dr. Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, e seus netos Dr. Manuel de Queiroz Matoso Ribeiro, Manuel Antônio Ribeiro de Castro, José de Lima Carneiro da Silva e Joaquim Carneiro da Silva, que possuíam magníficas fazendas em Quissamã, como a da **Machadinha, S. Miguel, Mantiqueira, Santa Francisca, Mato da Pipa** e outras.

O segundo, levantado nos mesmos moldes pela Companhia Agrícola de Campos, em São João da Barra, foi autorizado a funcionar com o capital de 600 contos, com garantia de 7% de juros. Foi seu principal acionista o Dr. Domingos Alves Barcelos, Barão de Barcelos, que possuía a grande **fazenda Caitá.**

O 1.º BARÃO DE SANTA RITA, MANOEL ANTÔNIO RIBEIRO DE CASTRO

Nasceu em 8 de dezembro de 1767, na freguezia de S. Miguel de Caldas, Arcebispado de Braga, Portugal.

Embarcou para o Brasil em companhia de seu tio Antônio Luís Pinheiro, na nau "Vasco da Gama" que conduzia o Vice-Rei do Brasil, o Conde de Rezende.

Chegando ao Rio de Janeiro, partiu logo para Campos, onde tinha patrícios, e aí se estabeleceu no comércio até 1797. Nesse ano, a 20 de maio, esposou D. Ana Francisca Pinheiro, viúva de seu amigo Jerônimo Alves Pereira, que deixou um filho, o Dr. João de Almeida Pereira, mais tarde Conselheiro e Ministro do Império e proprietário da **fazenda da Batalha.** Era filha de Francisco de Almeida Pereira e de D. Francisca Pereira, fazendeiros em Campos.

Deixando o comércio, estabeleceu a sua residência na **"Fazenda do Queimado"** que herdara do seu sogro e ali faleceu em 27 de maio de 1854, de uma queda em sua casa, tendo então 86 anos de idade.

O engenho de açúcar era movido a máquina e dotado de melhoramentos então em voga.

Teve grande influência política e como Vereador da Câmara Municipal prestou grandes serviços, sendo os seus pareceres, sôbre as matérias administrativas, sempre acatados pelos seus pares. Foi Provedor da Santa Casa no ano compromissal de 1810 a 1811 e a sua passagem por êsse estabelecimento de caridade foi muito proveitosa.

Fôra capitão da 7.ª Companhia, nomeado por D. Fernando José Portugal, Vice-Rei do Brasil.

Promovido a Capitão-mor pelos seus grandes serviços, foi depois elevado ao pôsto de Coronel por D. Pedro I.

Administrador e fiscal do dízimo do açúcar, por ato de 3 de agôsto de 1803, exerceu o cargo até 6 de novembro de 1806, assistindo a pesagem de mais de 400 mil caixas de açúcar.

Encarregado dos melhoramentos da estrada que partia de Campos, à margem esquerda do Paraíba, para a vila de Pomba, em Minas Gerais, não poupou sacrifícios para sua conclusão.

Quando a monarquia se viu a braços com a revolução de 1817 e fêz um apêlo aos seus súditos, concorreu com valiosos donativos e promoveu uma subscrição, arrecadando mais de 12 contos.

Concorreu, ainda, com elevadas somas para o monumento de D. Pedro I, levantado no Rio; para o hospício das Órfãs, na mesma cidade e para o fabrico das fragatas "Sucesso" e "Campista" e bergantim "Independência".

Agraciado por D. João VI com o hábito de cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, em 7 de dezembro de 1809; com o foro de Fidalgo Cavaleiro em 20 de outubro de 1828; com o oficialato da Ordem da Rosa em 9 de maio de 1844 e finalmente, com o título de **Barão de Santa Rita,** em 1847.

Os Barões de Santa Rita deixaram os seguintes filhos:

1) **D. Raquel Francisca de Castro Neto da Cruz** (Viscondessa de Muriaé).

2) **D. Francisca Antônia de Castro Carneiro** (Viscondessa de Araruama).

3) **José Ribeiro de Castro** (Visconde de Santa Rita).

4) **Manoel Antônio Ribeiro de Castro.**

5) **Ana de Castro Cabral,** casada com Francisco Batista de Sousa Cabral.

6) **Dr. Antônio Ribeiro de Castro,** casado com D. Ana Joaquina, filha dos Barões de Muriaé.

7) **Dr. Jerônimo Ribeiro de Castro.**

8) **Cel. Julião Ribeiro de Castro,** que esposou D. Maria Isabel Carneiro, filha dos Viscondes de Araruama.

9) **Francisco Ribeiro de Castro.**

10) **Joaquim Ribeiro de Castro.**

ESPLENDOR CANAVIEIRO DO VICE-REINADO

Affonso Varzea

Complementando o Relatório do Marquês do Lavradio, as Relações Parciais valem por melhor estatística canavieira fluminense dos fins do setecentismo, fixando para a península a leste da Guanabara, a primeira a ser desenhada pelos cartógrafos quinhentistas, o total de 84 engenhos.

Na península a oeste do formoso corpo dágua, aquela que, banhada a ocidente pela baía de Sepetiba, estava destinada ao Distrito Federal, os respectivos Mestres de Campo contaram 52 fábricas, com larga predominancia dos engenhos sôbre as engenhocas, estas em geral tidas na zona por pequenos aparelhos aguardenteiros.

Mais de três vêzes maior que a carioca, afigura-se natural que a península desenhada entre o Atlântico, a Guanabara e os vales dos rios São João e Macacu, propiciasse maior campo de trabalho aos canavieiros, contando só as freguesias de Maricá e Itaboraí mais de 30 engenhos.

Pelo norte da chanfradura incomparável as duas penínsulas, muito mais açucareiras que aguardenteiras, ligavam-se através de uma rêde de 25 fábricas, quatro quintos delas no extremo nordeste da baía, no Reconcavo, chama-lhe o Vice-Rei, tendo por eixos de comunicação os baixos cursos do Goapimirim e do Macacu, a cujos portos de lanchas e canoas vinham ter cantando os carros de bois, pejados da produção das freguesias de Goapimirim, Santo Antônio de Sá e Santíssima Trindade.



Um recanto do que resta do famoso engenho do Mato da Paciência que, por pertencer à Marquesa de Santos, no começo do século passado, recebeu freqüentes visitas de Pedro I. À esquerda, um renque das senzalas, ora residência dos trabalhadores dos laranjais, vendo-se logo adiante uma soca de canas. À direita, telhados modernos de construções que aproveitaram alicerces das edificações da secular fábrica de açúcar e álcool. Ao fundo, uma das bossas da Serra da Paciência, tôda penteadinha de laranjeiras (Foto Affonso Varzea)

VIDA TREPIDANTE

Daí para oeste e sudoeste diminuia muito a atividade canavieira ribeirinha da Guanabara, bastando lembrar que a freguesia da Piedade e de Magé apenas possuia 2 engenhos, a freguesia da Piedade do Inhomirim abrigava sòmente 3, enquanto Nossa Senhora da Guia de Pacopaíba não continha uma única fábrica!

Dessarte o total, no Distrito de Inhomirim, cifrava-se em cinco núcleos açucareiros.

Na fronteira norte do Distrito Federal a soma não ia além de 15 fábricas, 1 engenho e 3 engenhocas na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Igoasu, 7 engenhos na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e 4 na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú.

Assim, fora das duas penínsulas, aos portos da Guanabara vinham açúcar e pinga de 25 núcleos, enquanto nas terras ao setentrião do Distrito Federal fumegavam 15 fábricas,

donde um total inferior a quarenta, menos que qualquer das penínsulas tomadas separadamente.

A oeste dos engenhos laborando em terras que viriam a ser cariocas, dependendo dos ótimos portos de mar das endentações centrais e ocidentais do Golfão da Ilha Grande, o Destricto da Villa de Angra dos Reys da Ilha Grande prosperava com 10 engenhos e 82 engenhocas.

Três das melhores fábricas eram anteriores à administração Lavradio, mas sete construiram-se durante o govêrno do Vice-Rei, nas datas: em 1771 o de Antônia Viana, em 1773 o do Dr. Manuel Antunes Suzano, em 1774 o do vigário Dr. Manuel Antônio Proença, em 1775 o de João Antunes de Lara, em 1776 o de Antônio de Matos, em 1778 o do Capitão Alexandre Francisco.

De como era trepidante a vida "engenheira" testemunha-o o fato de que pouco antes, e durante o período Lavradio desapareceram oito fábricas, nas datas: em 1764 aquela de Manuel Ferreira da Cruz, "por se repartir p.lo Erdeiros"; em 1770, o de M.el Glz. Crasto por mudar de sitio"; em 1771 a do Capitão mor Félix Alfredo Santos, "por se vender por dívidas"; em 1773 a de Manuel de Oliveira Francisco, pelo mesmo motivo; em 1774 a de Thomé Pereira, "por se repartir pl.os Erdeiros por seu fallecimento"; em 1775 a de Belchior Homem de Azevedo, "por não querer uzar mais della"; em 1776 a de Luís Gonçalves Ramos, "por não ter còm q' sustentala" e a de Jozê Francisco Valverde, "por se queimar".



Esta chaminé pertenceu ao famoso e grande Engenho do Retiro, a fábrica setecentista situada no alto vale do Sarapuí, ao tempo do Marquês do Lavradio tratado como Rio do Retiro. Hoje, reconstruída e encurtada, serve ao hospital dos operários das tecelagens do Bangu, sendo que a clínica aproveitou galpões da sólida construção açucareira que entrou êste século em plena atividade (Foto Affonso Varzea)

NEGRO - MOTOR

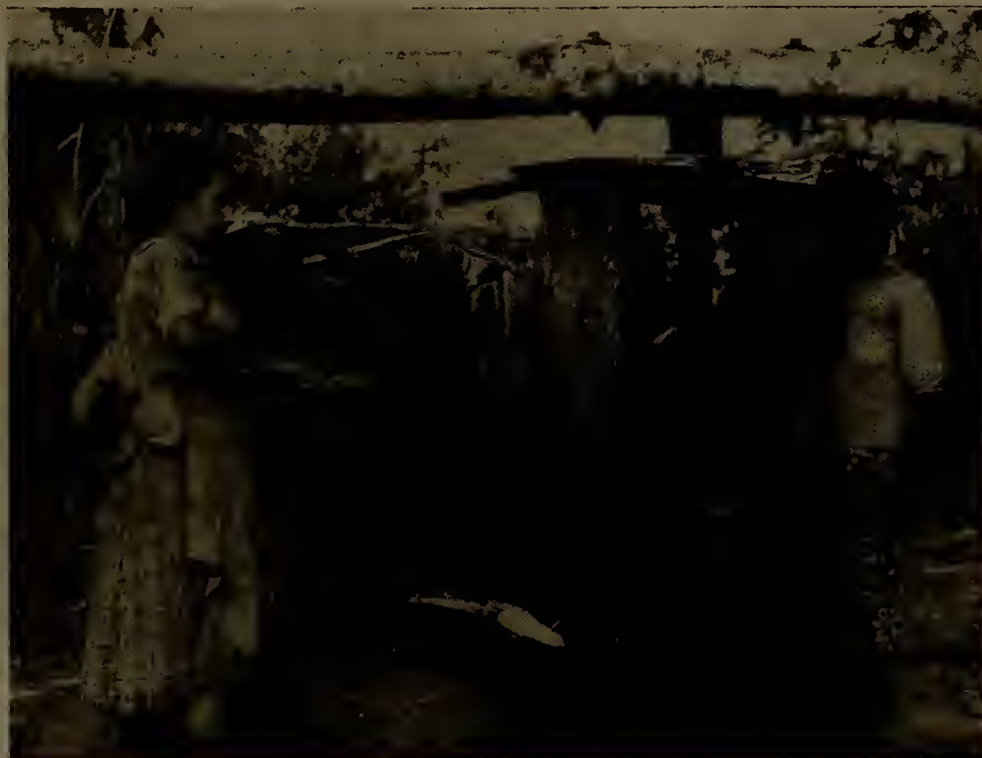
Contados aquêles das lavouras de feijão, milho, arroz e mandioca, laboravam nas farinhas, canas, açúcares e "agoas-ardentes", 2.865 escravos, sendo que as atividades canavieiras rendiam 222 caixas de açúcar e 1030 pipas de aguardente, produção escoando exclusivamente por portos de mar, "portos pa.ql.qr. Embarcação de alto bordo", de vez que nos rios só podiam deslizar canoas "quando está a maré cheya".

Justamente uma das belezas arquitetônicas do Golfão da Ilha Grande decorre do contato direto da muralha da Serra do Mar com o oceano, a modo que as águas da grande pluviosidade da região chegam rápida e diretamente ao nível da praia, sem espaço para a organização de grandes vales, donde, no máximo, pequenos ribeiros, cuja utilização estava muito bem para as canoas de casca dos tamoios, calando quase nada.

Como registos do litoral em falejas, anecumênico, aparecem justamente explicações

das terras devolutas assim: terrenos na "praya brava q' se não cultivão por falta de Porto"; a zona dos Cutretazes "não cultiva por não ter porto e ser o mar muito bravo": informação de um costão de ressaca; outro baldio "na paragem chamada o Acaya the Purubetá, as qes. não cultivão por serem inhabitaveis, e circuladas de grandes Rochedos".

No Destricto da Villa de Paraty apenas 5 engenhos, testemunhos da política de expansão açucareira da administração de Luís de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Mello Silva, pois "erão de fazer agoa arde., mas depois q' veio Governar o Esto. do Brazil o Illo. e Exmo. Sor. Marquez V. Rey, fabricaram-se de novo pa. Asucar". Ao iniciar-se a referida administração montavam a 67 as engenhocas de aguardente, com maior produção anual a do capitão João de Barros, 59 pipas resultantes dos labores de 40 escravos. Os servos eram mais numerosos nas engenhocas de Maria de São João, 45 negros não fabricando mais que 44 pipas.



A moenda do último rapadureiro carioca, o engenho do velho Teixeira, que funcionou, até o ano passado, na Estrada da Areia Branca, cêrca de 3 quilômetros a sueste da Estação de Santa Cruz. O engenho antigo mais perto foi o do Mato da Paciência, obra de 4 quilômetros a nordeste daí. As mulheres da vizinhança trituram os doces caules em busca de caldo para café. aproveitando a tração humana das filhas. (Foto da GEOGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL, do professor Affonso Varzea).

Empregando apenas 1 prêto trabalhavam as engenhocas de Manuel Velela, Custódio Francisco Bouças e Manuel Sirilo de Campos, produzindo respectivamente, 19,2 e 4 pipas anuais, enquanto 7 africanos na engenhoca de Belchior Pereira de Menezes só faziam 4 pipas !

A explicação tambem deve estar no caso de muitas fainas acumuladas sôbre o braço gratuito.

Depois de iniciado o govêrno Lavradio foram construídas 8 engenhocas, a de Manuel Feliz empregando dois servos para obter 2 pipas por ano. Durante o mesmo govêrno foram demolidas 12 pequenas fábricas aguardenteiras, a maioria "por se lhe rematar por dividas".

Não havia tantos lotes de terras devolutas como no Destrito da Villa de Angra dos Reys da Ilha Grde., sendo naturalmente os cursos dágua do mesmo tipo: "Há oito Rios, porém em nenhum dêstes pode entrar Embarcações se não Canoas qdo. está a maré cheya".

CONTRASTES DE PRODUÇÃO, CONTRASTE LITORÂNEO

Eis como se repete a caracterização de utilização dos cursos dágua por beneficiários dos navios de mais calado da marinha que chegara à fase do velame e à capacidade das viagens transoceânicas, rios que todavia haviam servido de ótimas bases de operações das esquadras da marinha neolítica com que os Cunhambebas dominaram o Golfão, derrotando com seus rasos barcos a remo alterosos galeões artilhados ! tanto chegaram a valer a abordagem, e a superioridade numérica, aos nautas amerindios em luta de morte contra o invasor europeu.

Se os portos fluviais que haviam bem servido aos tuchauas de uma das nações mais po-

derosas da costa brasílica não eram adequados à marinharia trazida pelos lusos, a esta as endentações da costa ofereciam abrigos esplendidos: "Todo este Destricto tem portos pa.ql.qr. Embarcação de alto bordo".

Deve-se reconhecer na predominância dos pequenos aparelhos alcooleiros sôbre os açucareiros a razão pela qual o nome tamoio do peixe, aplicado à vila que comandava os rendilhados do extremo ocidental do golfão, passou para o licor de cana, muito útil no movimento portuário local dados os lances maciços de descarga de prêtos, trazidos do continente natal dentro do bôjo das escunas e dos brigues, à musica infernal do drama que Castro Alves cantou, legando à literatura latino-americana um exemplo da poesia em sua mais soberba função, a serviço da causa social.

Procuravam realmente recompor o rebanho trôpego de gado humano embebedando-o a cachaça, na convicção boçal de que isso dava aos homens, mulheres e crianças, embarcados entre a foz do Zaire e o delta do Niger, novas fôrças para galgar os enladeirados caminhos entre morros, no alto dos quais esperava-os o deus cínico das plantações, o feitor de rebenque em punho, puro modêlo protonazista.

Plantation methods que enchem séculos da história do comércio em roda do orbe...

O extremo ocidental da Capitania do Rio de Janeiro, ao fim do setecentismo escravocrata, somava, portanto, às 92 fábricas de Mangaratiba as 80 de Paratí, decompondo-se estas em 75 engenhocas aguardenteiras contra 5 engenhos açucareiros devido a reconstrução no regime Lavradio.

Se esta era a situação entre alcantilados boscosos da Serra do Mar e a ressaca atlântica, ali onde o contato é tão estreito que não existe espaço para o desenvolvimento de bacias fluviais, embora um regime pluvial com algarismos análogos ao amazônico, em roda do extremo nordeste da referida serra, cercado pelos amplos horizontes do delta do Paraíba, o surto açucareiro, e não o alcooleiro, vale por marca do esplendor canavieiro do Vice-Reinado que precedeu Luís de Vasconcelos.

Em verdade a costa de rápido atêrro deltaico, avançando também muito celeremente por obra das restingas, como provou Alberto Ribeiro Lamego, está longe de oferecer, em sua baixa convexidade hostil a fundeadouros, os abrigos profundos das concavidades em que se rendilha o Golfão de Ilha Grande, chamariz de quantos negreiros operavam legalmente, esconderijos ótimos para quantos lobos do mar contrabandeavam gado humano.

PREDOMINANCIA DO ALIMENTO

Por trás do litoral convexo onde a maior saliência está no cabo de São Tomé, os Campos dos Goitacazes vinham prenunciando sua eleição canavieira desde antes do Marquês, com 56 engenhos contados no ano da chegada do fidalgo administrador, fábricas que naquele 1769 produziam 745 caixas de açúcar e 52 pipas e meia de aguardente, movimentando 3.192 escravos. Possibilidades de maiores canedos, possibilidade de maiores, melhores instalações.

Durante a administração Lavradio a planície deltaica enriqueceu-se com mais 104 engenhos e engenhocas, núcleos "modernos" dando 1.016 caixas de açúcar e 57 pipas de "parati", pelo trabalho do 1679 prêtos. O modernismo dos aparelhos está confirmado por maior rendimento com menos trabalhadores.

Notar como, ao contrário de Parati, o fabrico de álcool é insignificante, relativamente ao de açúcar. À beira do Golfão sem planície—condenação a pequenos canaviais, fatalismo de pequenas, mais pobres instalações.

Engenhoca, ao contrário das outras regiões fluminenses, não é sinônimo de pequeno aparêlho alcooleiro, tanto que nos Campos registram-se delas que também são aguardenteiras, como a do Alferes Francisco Nunes Coutinho, empregando 52 escravos para obter, anualmente, 14 caixas de açúcar, enquanto a de Estevão da Silva Riscado, além de caixas, conseguia 3 pipas anuais do trabalho de um prêto.

No ano imediato à inauguração do govêrno do predecessor de D. Luís de Vasconcelos e Sousa fumegavam no delta 75 engenhos reais, dos quais 19 também aguardenteiros, a maior fábrica pertencendo ao capitão Luís Manuel Pinto, tangendo 86 negros na obtenção de 40 caixas e 20 pipas.

O grande escopo era fabricar o alimento, e não o excitante, do qual chegava a haver falta para o vício, donde adicionarem o alambique aos aparelhos açucareiros. Destes instalavam-se mais 8 ao passar o Marquês a governança ao outro Vice-Rei.

HISTÓRIA DO AÇÚCAR NA PARAÍBA

Ademar Vidal

VII

Por maiores que fossem as precauções do poder público, os açúcares continuavam a sair clandestinamente para Pernambuco em barcaças e jangadas, sendo o comercio realizado por atravessadores judeus — uma especie de gente invisivel, pois que se sentiam as conseqüências de sua ação, mas ninguém sabia apontar quem era o autor das façanhas que tanto lesavam o fisco. Os senhores de engenho não podiam ser todos êles da mesma massa e feitio honrado: deveria existir exceção à regra que estava agindo sub-repticiamente, aproveitando-se de ocasiões favoraveis e, por certo, encontrando a colaboração de elementos afeitos ao crime. Êsse interesse pelo contrabando tomou uma feição tamanha que o governo redobrou a fiscalização. E em tal sentido, no desejo de prevenir prejuizos para os cofres públicos, uma vez que os dízimos iam para o erário de Pernambuco, foram fundados dois armazens na Paraíba sòmente para depósito dos açúcares colhidos na safra de todo ano. Os armazens foram localizados à margem do rio Sanhoá — e eram denominados "Passos" (XX), achavam-se aparelhados com medidas, balanças e em condições de facilitar o embarque fluvial e marítimo, bem assim o que era feito por terra nas costas de animais.

O que a Capitania produzia em matéria de açúcar passou a ser pesado e marcado para não dar cabimento aos clandestinos. Um desses armazens ficava no Varadouro, perto da ponte, existindo ainda um pequeno cais de pedra, lugar onde encostavam as barcaças para receber mercadorias. Quando os holandeses ocuparam a Paraíba confiscaram os armazens, entregando-os a pessoas de sua confiança, os irmãos Paulo e Manuel de Almeida, isto é, que já vinham explorando o negocio como juramentados e, como diz Maximiano Machado, (XXI) "tinham livros proprios de entradas e sahidas". O produtor de açúcar chegava com o seu produto, entregava-o mediante fiscalização, recebendo em troca um documento que lhe garantia o direito de propriedade, documento onde figuravam a quantidade, a espécie e o valor por quanto fôra vendida a partida de açúcar. Adquirida esta, o comprador servia-se do recibo como um titulo e, então, as caixas eram embarcadas, pagando antes as despesas de armazenagem, pêso e marca de tinta ou fossem um xelim de armazenagem, outro pela marca e dois em conseqüência do peso, somando tudo quatro xelins ao tempo do invasor flamengo. Antes e depois da presença do holandês se cobrava ao todo "640 réis por cada caixa" que continha 60 arrobas de açúcar.

Além da fiscalização de que se encarregava o govêrno, outra era feita por meio dos agentes de Paulo e Manuel de Almeida — uns importantes no comercio durante para mais de trinta anos, gozando favores e regalias que agora são dispensadas aos guardas-mores controladores do movimento portuario. Exportava-se açúcar para Portugal e Pernambuco quando El-Rey dirigia os destinos da colonia. Dentro do regime de Nassau o açúcar ia para Recife e Holanda. O movimento com Lisboa se fazia constantemente: no começo os seus barcos chegavam carregados de pedra e largavam da costa americana cheios de mercadorias escolhidas. Já a Holanda não fazia isso. Os seus navios traziam alguma coisa para nós e levavam muito, tudo quanto podiam arrecadar e que despertasse interesse comercial, pois o flamengo antes do mais era um negociante, um individuo que muito cogitava de multiplicar os seus dinheiros por meio de apaixonada mercancia. Ficou desse habito (os barcos trazerem para cá alguma coisa de valor e não apenas carregamentos de pedra) uma certa preocupação para o lusitano em conduzir mercadorias para colocação na praça do Novo Mundo. Porém Portugal não tinha muito o que mandar. As pedras jamais deixaram de vir, mas agora sempre chegava também um pouco de bom vinho, conduzido em pipas — e que eram compradas pelos grandes da capitania. Para os engenhos ia a maior parte. Pouco ficava

(XX) — A origem deste nome não se deve à interferência de algum proprietario ou arrendatario, deve-se à explicação natural de "passagem", livre transito após o pagamento de direitos.

(XXI) — "História da Providência da Paraíba".

na Capital. E êste mesmo era dado pelos exploradores dos armazens "Passos" como um agrado aos seus fregueses e amigos.

E' interessante observar-se que êsse gosto de receber vinho do Porto ficou através dos seculos. As cronicas paraíbanas vez por outra dão noticia do vinho tão apreciado numa região acostumada a beber cauim de caju fermentado. Ainda hoje conheço quem houvesse presenceado (XXII) a festa com que se recepcionava em fins do século passado à chegada do vinho português. As pipas rolavam pela cidade baixa debaixo das cantorias da multidão. O ultimo tonel vinha enfeitado de floridos ramos e era empurrado por varios carregadores de armazem entre os quais se destacava um conduzindo na mão galhos verdes com lanternas e bandeiras de papel colorido. Êsse caráter festivo talvez fosse reminiscência do que se fazia na peninsula ibérica por ocasião dos solenes e populares festejos realizados na época de colheita das vinhas fecundas de bom álcool e melhor sabor dos líquidos que temperava.

A Capitania estava rendendo alguma coisa. No comêço de sua vida, nos anos que se seguiram à descoberta, quando apenas existia um engenho em construção — e que era o Tibirí — o monopólio do pau-brasil rendia quarenta mil cruzados. Então tudo estava por fazer. Não havia coisa alguma que merecesse as honras de construção definitiva. O aspecto geral da Capitania, nos seus centros de população estrangeira ou melhor: a Capital Felipéa, era de acampamento pura e simples. O sentido do provisório dominava por completo. Só devagar é que foram tendo início certas casas mandadas construir pelo governo para acomodação de seus agentes. Depois os religiosos entraram com a sua preciosa ajuda, dotando a sede da Capitania com igrejas e conventos admiraveis, entre os quais podem ser destacados São Francisco, Carmo e São Bento, além de N. S. da Guia como obra dos carmelitas. Capelas foram erguidas pela várzea e pelas praias paraibanas. E os santos parece que foram trazidos de Portugal, pois não há menção alguma de que êles houvesem sido modelados em terra brasileira, todos esses santos trazendo um sinal comum: a representação perfeita dos principes bragantinos bochechudos. Com a

(XXII) — "Depoimento de Antonio Varandas de Carvalho".

evolução que se vinha fazendo tão lentamente, através de tôdas as dificuldades surgidas pelas lutas locais e regionais, (XXIII) ficando os francêses ao lado do bugre, ajudando-o por interêsse comercial na exportação do pau-brasil e, assim, despertando encontros terriveis e constantes, separando tribos guerreiras e fomentando um estado de insegurança que se prolongou por muitas décadas.

Qualquer esfôrço do branco colonizador que não contasse com as simpatias dos indios, seria fatalmente razão para reacender competições perigosas e incômodas, alastrando-se não sòmente pela várzea, mas por tôda a capitania que avançava vagarosamente nos seus progresso materiais e morais. Havia já uma sociedade que funcionava com franca normalidade. Havia família organizada. A civilização européia procurava implantar-se com todos os seus traços predominantes entre os povos conquistadores e ambiciosos. Avançava do litoral para o sertão numa segura e vagarosa marcha de fixação e domínio. Por sua vez, com a vida que se levantava no sul do país, uma vida aventurosa e cheia de vigor, o bandeirante se punha em direção ao Nordeste à cata de riqueza e poder. Não tardaram os currais se montando nas margens do Piranha e do Piancó com o afastamento total das tribos renitentes e valorosas que tanto sofreram com a presença do paulista em suas terras misteriosas.

A evolução apresentava-se lenta mas com uns pontos de fixação que não deixava dúvida sobre a finalidade que seria atingida no seu total. Desde o tempo da criação do primeiro engenho, num confronto com a realidade de breves anos após, uns cinco quadriênios, já a Capitania produzia seis mil caixas de açúcar — e contava com a colaboração do africano em grande escala. Cobrava-se a importância de tres mil réis por escravo importado ou vendido na própria Capitania. Durante a ocupação flamenga observava-se esta tabela de preços: "valem quarenta mil arrobas de açucar macho bruto e melado que estas quatro capitanias (Paraíba, Rio Grande, Itamaracá e Pernambuco) darão ao dizimo, huns anos por outros (havendo muitos que passarão cinco a seis mil a desta quantia e

(XXIII) — O elemento indígena se tornou francamente rebelde como uma reação aos desmandos do luso e também do holandês.

muito poucos que diminuissem dele) avaliado a seis florins forro das custas, monta quarenta mil livras de grossos — 40$000; valem seis mil arrobas de retame, que ordinariamente se colhiam de dizimo todos os anos, avaliado a tres florins forro de custas cinco mil livras de grossos — 5$000". A demonstração de preços vem ao lado de outros gêneros e produtos da capitania: mandioca, feijão, frutas, pau-brasil, gado, peixe, tabaco, gengibre e algodão. (XXIV) Pela sua leitura se verifica ainda que o engenho pagava aos donatários como "pensão do açúcar" num rendimento de doze mil livras de grosso, enquanto se estimava a renda de "passos para os açucares", entre outros detalhes, em dez mil livras de grossos. O engenho pagava um conto de réis de pensão; o açúcar que ia para bordo, à razão de 320 rs. por caixa, ordinàriamente subia a uns doze mil volumes, representando uns 4:000$000; os subsídios a que se achava sujeito o açúcar rendiam 5:000$000, não se computando nesta quantia os dizimos reais que somavam uns........ 8:000$000.

Subiam dia a dia as rendas da Capitania. Os impostos aumentavam sempre. E com êles a população. Todo o território da Capitania se encontrava no sec. XVIII quase que por completo retalhado de caminhos abertos pelas necessidades do comércio. A população movimentava-se do litoral para a zona sertaneja e desta para as cidades mais pròximas do oceano. Então quando se pronunciava a sêca — tal fenômeno climatérico se fazia sentir vez por outra e com êle vinham conseqüências tristes que davam motivo a que grande número de Cartas Régias chegassem à Capitania mandando que tomassem medidas consideradas de suprema importância para o momento — é que se podia verificar quanto já era notável a massa de paraibanos camponeses atingidos pela calamidade. No seu meio não se estranhava viesse gente de recurso que de um instante para outro ficara completamente na miséria. E depois que passava a crise, voltando a chover na terra ressequida, os flagelados regressavam, porém, em quantidade não tão elevada como a que havia descido antes numa fuga desesperada, atrás de água e alimento. A' procura de paz e tranquilidade. Na várzea encontravam o que mais se fazia conveniente aos seus imediatos interêsses. E ordinàriamente de lá não saíam mais, nunca, ficando ajudando no engenho, dedicados às ocupações da lavoura da cana e integrados na existência patriarcal dirigida pela casa-grande, cheia de gente e animação, com uma cozinha que bem parecia uma colmeia humana.

Produzindo bastante, havia razões para El-Rey demonstrar certos cuidados com a Paraíba — e de nenhuma reclamação que se fizesse deixava de ser atendida, isto é, uma vez ficasse provado o interêsse do erário ou da ordem. Eram os dois fortes motivos que dirigiam a roda administrativa. Também os cuidados eram relativamente poucos pelo fato de ser mandado para governá-la gente de pulso e de opinião, capaz de resolver os casos de repente, não esperando as soluções inspiradas senão na imposição da hora, tudo como que de afogadilho, mesmo porque os imprevistos se mostravam sempre com um caráter mais ou menos original: a ordem trazia uns crimes barbaros e o erário se via na contingência de tomar medidas para salvaguarda e regularidade na cobrança de impostos.

Havia trabalho, havia luta e havia dinheiro, portanto necessàriamente teria de haver surpresas fora do tipo comum, "coisas tipicamente regional". A disputa nas terras de conquista se fazia de armas em punho. A terra se revelava muito boa para ser desprezada ou dominada sem esforço fisico e atenções de inteligência. Não era sem justa causa que Bento Teixeira escrevia em 1618: "Esta capitania é de S. Magestade, por se haver povoado á custa da sua Fazenda, e da mesma maneira são as demais para a parte do Norte, de agora tratamos. A Parahyba por ser fertilissima, e lavrar muitos açucares nos engenhos, em que se fazem, que no seu distrito estão situados são poucos em numero, usurpa o terceiro lugar em grandeza das demais capitanias dêste Estado; porque, tirada a capitania de Pernambuco, que com muita razão tem o primeiro de todos, e logo a da Bahia, a quem se dá o segundo logar, posto que seja cabeça de toda a provincia do Brasil, por assistir nela o Governador Geral, Bispo e Casa da Relação, logo esta capitania da Parahyba ocupa o terceirdo logar, porque dá rendimento á Fazenda de S. Magestade nos dizimos, que se pagam da colheita de

(XXIV) — "Historia da Provincia da Paraíba", ct.

suas novidades de açucares, gado, mandioca e mais legumes, em cada ano passante de dose mil crusados, e estes afóra o que se lhe monta nas alfandegas do Reino os açucares que nelas entrem, lavrados nesta capitania, que são em muita quantidade". (XXV) A opinião não é isolada. Pensam igualmente Robert Southey, Ayres do Cazal, Barlaeus — para só falar nos estrangeiros, pois que os escritores nacionais, aquêles que já viajaram a região, ou que fizeram história com fundamentos ecológicos, são unânimes em afirmar "ser fertilíssima a Paraíba". Maximiano Machado salienta que a "zona agricola em fins do século XVII limitava-se aos vales dos rios em pequena extensão do seu curso, exceto, porém, o da Paraíba, ocupada até Itapuá a onze léguas da capital para o interior. Existiam nela alguns engenhos que produziam excelente açúcar, e apesar da imperfeição dos maquinismos e da qualidade da cana agricultada — cana creoula —, franzina e de pouco sumo, os senhores de engenho viviam em abastança". (XXVI) E acrescenta que êles, "alem da cana, plantavam milho, feijão, arroz e mandioca, de que faziam farinha para todo o ano".

Os serviços de engenho sofreram sensível modificação em virtude de melhoramentos introduzidos por "clerigo espanhol" que teria vindo do Peru. Foi quem trouxe novos conhecimentos baseados na prática. Muito melhorou as condições até então seguidas. Tanto que há notícias especiais registradas sobre o assunto. "O que dantes se usava para o fabrico do açucar eram pilões, mós e engenhos de dois eixos, postos um sobre o outro, movidos com uma roda d'agua ou de bois. Vieram depois as gangorras de paus compridos, e esmagada a cana, espremia-se, indo o caldo a coser-se". (XXVII) Sobre a procedencia de outra espécie de cana temos a informação: "ainda por muito tempo durou o sistema das moendas de pau e cultivo da cana creoula, a qual foi afinal substituida pela caiana, vinda da Guyana Franceza, quando conquistada no principio deste seculo por forças brasileiras e administrada pelo ilustre desembargador João Severiano". (XXVIII) O Senhor de Engenho, não obstante cuidar da cana creoula, dela retirando o que era possível colhêr, vivia em abastança e os resultados de suas safras não eram sòmente compensadores para os interesses particulares, mas também para os dízimos de El-Rey. Cana pobre que logo foi desprezada, assim apareceu a caiana com um rendimento relativamente espantoso.

A prosperidade aumentou as condições dos ricos que viram triplicada a sua fortuna. E o erário muito se aproveitou com o aparecimento da cana caiana, surgindo cifras maiores no movimento de exportação: as caixas de açúcar passaram a figurar com um volume deveras notável, encontrando-se a explicação no fato de haver-se introduzido nos hábitos da várzea a cultura de melhor tipo de cana. Logo se espalhou a conveniência de plantá-la, alastrando-se.

A parte cultivada estendia-se, além da Capital, por uma faixa de terra mais ou menos de vinte léguas, abrangendo a zona de várzeas do rio Paraíba.

O gôsto pela montagem de outros engenhos não se fez esperar: novas fábricas de açúcar foram postas em andamento com real proveito para a coletividade e govêrno. Essa região não produzia apenas açúcar, porém todos os cereais indispensáveis à manutenção da capitania e província, pois que jamais houve solução de continuidade na produção intensiva, sempre em ascendência e variedade, mostrando-se grande ao lado do que a cana rendia. Na Paraíba primitiva, nos primeiros tempos da colonização, colhia-se bastante açúcar nas safras sucessivas, atingindo quando ela passou à província, a um grau bastante notável. Deu-se uma evolução benéfica — e teria sido a cana caiana um dos agentes dêsse progresso, devendo relacionar-se tambem a preocupação policultora dos senhores de engenho. O branco fez o que pôde na sua exploração. Tôda a extensão da várzea foi conquistada para a agricultura. Penetrar mais, ir para o sertão, era perigoso e, portanto, o português se contentou em ficar na zona vizinha do litoral. O holandês respeitou a linha divisória levado pelas circunstancias de luta sem tréguas. Êle, sem dúvida, quereria aumentar as terras cultivadas para

XXV) — Max. Machado, in "Historia da Província da Paraíba", ct.

(XXVI) — "Historia da Provincia da Paraíba" ct.

(XXVII) — "Historia da Provincia da Paraíba" ct.

(XXVIII) — "Historia da Provincia da Paraíba" ct.

melhor obter lucros para a insaciável Companhia das Indias Ocidentais. Mas não pôde fazê-lo. E o luso, após a fuga dos flamengos, prosseguiu na sua velha política de não avançar muito, progredir mediante certas cautelas, penetrar a fundo debaixo de cuidados recomendáveis, desde que os índios andavam prevenidos e dispostos à reação. Haviam sofrido demais e não podiam confiar nas intenções do branco malvado.

A preponderância do branco despertou na vida paraibana certos movimentos de reação. No início eram os vermelhos ou nativos, sempre desconfiados e com justas razões prontos para se bater antes de morrer, visto que os seus irmãos armados de tacape, aqueles que cederam e procuraram acomodar-se, tiveram o pago imerecido por parte do adversário colonizador: viraram escravos e morriam ordinàriamente de maus tratos. Se foram os negros não experimentaram tanto em virtude de sua índole mais dócil. Mesmo assim os seus sofrimentos foram intensos e enormes, chegando a uma evidência inacreditável e, em tal sentido, temos estudos documentados da maior significação histórica. Porém o comum dos senhores não se mostrava do estofo selvagem das exceções que alcançaram o requinte de incríveis crueldades. Tanto um elemento como outro, o índio de sangue vermelho e o negro emotivo, trabalhador e independente entraram diretos na composição do tipo brasileiro do Nordeste, misturando-se com o europeu aventureiro, ambicioso e amante da luxúria. Para este se destinavam tôdas as regalias. A mestiçagem iniciou um movimento compacto. Havia densidade na colaboração dos três sangues. E não tardaram as reações já não por intermédio nem do índio, nem do escravo africano, mas do próprio mestiço, o mulato terrivel e perigoso nas solércias, gostando da mentira e da intriga, apreciando a traição e a deslealdade. Êste foi decerto o pior elemento que atuou na Paraíba da capitania e da província. E possìvelmente também da República — assunto que poderá ser ainda estudado para melhor realce de uma posição indesejável. Foi o mulato que capitaneou hostilidades contra os portuguêses já no século XVII, fomentando ódios e barulhos inúteis, tendo até — isso é muito da mulatagem — espalhado apelidos, feito picuinhas e designando o luso como "forasteiro" e "pés de chumbo".

Vale a pena uma pequena demora nos comentários sôbre a definição dos três tipos distintos que alicerçaram a formação étnica do brasileiro.

O branco tinha as honras de comando, era europeu ou descendente de europeu, cabelos pretos ou louros nas barbas (fazia-se a distinção entre o português e francês porque aquele ostentava cabelos negros e este ruivos), muito sóbrio nos costumes, vivendo em casas de campo cercado de certo confôrto, pois não lhe faltavam boa mesa, bons vinhos e cavalos de montar com arreios de prata. A sua sobriedade resumia-se no trajar, desprezando as ostentações, não frequentando salões e, em matéria de diversão, se contentava com as festas que promovia no S. João e principalmente nos últimos dias do ano velho e nos primeiros dias do ano novo. Eram festas religiosas nas quais preponderavam brinquedos e folguedos populares: bumba-meu-boi, maracatu, congo e caboclinhos. Sem ser isso não havia outra festa. Os salões da sociedade se abriam na capital e assim mesmo de raro em raro. Quando vinha governar a Capitania ou a Província um homem mais habituado a "outra vida", então procurava tomar posse, fazer comemorações e fomentar uma festa qualquer, a fim de que pudesse mostrar o grau de seu "adeantamento".

Mas a verdade é que o povo não se acostumava a tanto por causa do retraímento como condição essencial do paraibano. Demais não havia mesmo gôsto para enfrentar essas demonstrações de elegância: vivia-se ordinàriamente em perigo — quando não eram as pestes e lutas de guerra, eram as preocupações financeiras, eram os imprevistos de uma permanente situação de intranquilidade, incerteza e perigos iminentes. Dêsse clima não podia viver afastado. Criara-se através dos tempos de pelejas que não terminavam. O jeito que se apresentava não podia ser outro senão o de enfrentar as condições de uma existência radicada nos costumes e hábitos inveterados. Tirava-se do açúcar tudo quanto êle proporcionava como fonte segura de dinheiro: um progresso que se fazia lento mas com umas raízes bem infincadas. No entanto as casas residenciais do branco nunca foram palácios bem construídos como os conventos e edíficios que o luso chegou a levantar na Capital. Tanto as casas de Felipéa ou Fredericia ou Paraíba como as do interior da Capitania ou Província eram casas de tai-

pa, baixas e mal-acabadas, sem conforto e sem higiene, consistindo todos os seus cuidados apenas em conservar baixelas de grande valor, objetos assim que podiam ser admirados e que, todavia, raramente tinham a sua aplicação.

Um casamento ou um batizado conseguiam arrastar para as mesas aquelas pratas lindas de que restam ainda magnificos exemplares. Em alguns engenhos da Várzea podem ser admiradas algumas peças coloniais de valor incontestável — e eu mesmo conservo reminiscências, no gênero, que demonstram o gôsto apurado dos Lins nos requintes de hospitalidade, uma vez que essas baixelas de prata tambem apareciam quando se dava o caso de surgir em sua residência algum visitante nobre no tratamento e no sangue. Havia simplicidade em tudo, mas diz Maximiano Machado (XXIX) que os "homens usavam de vestidos pouco custosos; trajavam calções e gibão de pano, sendo este golpeado com grandes cortes, por onde se deixava ver um fôrro de tafetá". E as mulheres, por sua vez, "vestiam custosamente e se cobriam de ouro, diamantes e pérolas". Não resta dúvida que se trata de uma verdade reconhecida por tôda gente que testemunhou os acontecimentos da época colonial na sociedade paraibana. De fato, a mulher se apresentava debaixo de riqueza, numa prova cabal de que possuia e precisava mostrar — e mostrar não só por vaidade, porém ainda por uma "necessidade do luxo".

Enquanto assim ocorria com a filha de Eva, o seu comparsa, o taciturno filho de Adão, andava quase nas tiras, embora revelasse uma ponta de tafetá ou calções de linho ou sêda. Quem se apresentava nesse trajo não podia ser senão um lorde porque os demais senhores de engenho e comerciantes ricos exibiam a simplicidade na companhia da modéstia. A senhora paraibana não o acompanhava nessa marcha: queria ostentar as provas materiais de seu poder. Não havia carro para a transportar. Saía deitada em rêdes cobertas de pano para fazer as visitas do estilo — e antes de fazê-lo mandava prevenir, saber se podia ou não ser esperada e, uma vez no meio procurado, era acolhida com indisfarçavel prazer, sentando-se nos tapetes estendidos na sala de frente, na sala das mulheres, desde que havia tambem a sala dos homens. Uma coisa jamais podia mostrar, eram os pés. Estes não se descobriam por maneira alguma. No entanto o decote ia até muito baixo para se divisar os caminhos de seios brancos e mal escondidos. Seria "grande vergonha deixar ver os pés" de uma senhora ou moça. E quando saía de casa se fazia acompanhar do marido montado a cavalo. Os escravos conduziam as rêdes confortaveis na largura e extensão; umas rêdes apropriadas, pois que eram armadas em dois caibros sôbre ombros humanos, bastando quatro africanos para fazer o transporte. Quando a viagem era longa iam as reservas para sustentar o rojão. Negros de tanga e camisa curta. Não eram todos os negros que faziam esse serviço; eram os negros da confiança do senhor — e que recebiam a escolha de conduzir a rêde da senhora como um prêmio de honra.

No inicio as visitas eram realizadas durante o dia, preferentemente à tarde, mesmo na região dos engenhos, acontecendo que as famílias costumavam passar dias fora de casa como hóspedes de parentes e amigos, assim "pagando" outras visitas anteriormente recebidas. Hábito muito comum. Na cidade se observava a tarde como hora propícia para esses encontros sociais. Depois de muito tempo, quando talvez a Capitania já era Província, é que a noite foi trocada pela tarde, demorando-se as famílias nas suas visitas de amizade ou cortesia. Nos engenhos, porem, mesmo nos tempos mais modernos, ainda se conserva o que foi criado há séculos: é à tarde que se faz visita. A rêde foi substituída pelo carro de boi ou mesmo pelo automóvel. Quando acontece que a visita é feita de manhã já se sabe — é passar o dia todo, regressando à tarde ou à boca da noite. Como se disse: a rêde teve de ceder lugar a outras espécies de condução. Quando chegou a vez de desaparecer, então veio a cadeirinha com espaço para conduzir quatro pessoas, com saída de um lado e de outro, além de duas grandes hastes que serviam para os escravos colocarem ao ombro. Melhor que na rêde, as viagens se faziam na cadeirinha com maior confôrto e, chovendo, os viajantes se encontravam bem abrigados. Tambem acontecia que não sòmente as moças como ainda as senhoras costumavam montar a cavalo para ir de um engenho para outro. Possuiam o seu cilhão bom — e as pernas ficavam para o lado esquerdo, pois ninguem ou melhor: mulher

(XXIX) — "Historia da Provincia da Parahyba", cit.

nenhuma seria capaz de montar como montava o homem. Era feio, reprovavel e até desmoralizante. Demais, mesmo que houvesse moça com vontade de experimentar a novidade, faltava-lhe coragem e disposição, desde que o preconceito se achava arraigado, não permitindo essas liberdades que vinham afetar a moral dominante.

As mulheres estrangeiras, por sua vez, não tinham coragem de enfrentar os costumes da sociedade para impor os seus; antes seguiam à risca o que se fazia no meio, receosas de contrariar os estilos de vida enraizados através dos tempos. Seguiam o velho conselho: em casa de sapo, de cócoras com ele. Nessa sociedade colonial era interessante constatar o quanto o homem vivia com os olhos postos nas mulheres numa como permanente fiscalização. Mas não era tal. Os homens eram apenas ciosos de sua cara-metade — e tambem das filhas moças que viviam num recato fechado. Ninguem se mostrava capaz de fazer senão aquilo permitido pela moral da época. O costume arabe de esconder a mulher, de certa forma dominava por maneira suave. Se alguem chegava de sopetão num engenho ou numa casa da cidade, decerto que não lhe faltaria hospedagem completa, requintada mesmo, pois que a franqueza lhe abria tôdas as portas do bem-estar, do á-vontade e do nada-faltando. Porem uma coisa se excluia desde logo: era a mulher. Ela não aparecia facilmente. Nem sequer era vista de longe. Ficava escondida nos quartos — e do seu cômodo não saía senão quando o hospede arripiava caminho. E' verdade que não vivia debaixo dos panos escondendo o corpo todo como se fazia e se faz nas terras áridas e férteis do Nilo. Apenas não aparecia aos olhos da visita masculina. Nas horas de refeição, mulher nenhuma comparecia à mesa quando havia um homem que teria chegado para almoçar ou jantar ou que viera passar alguns dias na convivência do dono da casa. Conviveria, sim, com o senhor, mas nunca na companhia dos seus, isto é: das mulheres da família. Depois êsse costume foi afrouxando lentamente. A Senhora era vista nos instantes em que a refeição se servia, porem as moças continuavam na camarinha, viviam trancadas a sete chaves, somente aparecendo quando as caras eram de confiança, pessoas da familia ou de amizade estreita. Só se fazia sala para os íntimos. E assim mesmo sob medonha fiscalização materna. As tias velhas não dormiam. As mucamas não encontravam folga para um auxílio à sinházinha que viesse servir a interêsses de amor. Brecha não havia para nada. E ai de que transgredisse as ordens: se fossem as moças, seriam privadas de tudo quanto era bom, sofreriam muito pela leviandade; se fossem escravas, então, o chicote cantava bonito, ficando as marcas do atrevimento em contrariar a disciplina.

O dono da casa não tirava a vista de sua gente, mais parecendo uma fera a defender o covil, pois que, para ele, o lar se encontrava numa situação de privilegio e santidade, não se admitindo nada que significasse desrespeito às regras estabelecidas. A mesa jamais era servida sem apresentar o sinal da fartura. Era mesa muito grande para acomodar umas vinte pessoas. A cabeceira cabia ao dono da casa. Lugar de honra que não podia ser ocupado senão por um hóspede ilustre. O prato ordinario era o cozido ou a feijoada. Nos primitivos tempos prevalecia o cozido como procedente dos hábitos lusos. Vinha para a mesa uma enorme bagagem da cozinha: duas travessas de carne e outras de pirão dourado. Os ossos de boi eram partidos no instante para a retirada do tutano que se misturava com môlho vivo. A farinha estava presente como coisa de primeira linha. O arroz tambem. O negro é que modificou a cozinha do branco. Do feijão fêz um prato gostoso indispensavel na ordem do dia familiar. Ficou de tal maneira impondo a sua necessidade que sòmente abria passagem aos domingos, feriados e dias de festa caseira para se servir o cozido: panelada ou chambaril gorduroso com alguma verdura, salientando-se o gerimum, a batata doce e a couve. Ainda a caprichosa cozinheira escrava não se esquecia de colocar na panela outros ingredientes. Era banana, era inhame, era macacheira. E a variedade de pratos oscilava entre o lombo com ou sem sangue, lombos cheios, servindo-se galinha e peru, carne de porco e de carneiro, mas tudo nadando em lagos de muita gordura. A sobremesa ostentava uma riqueza notável. Antes se serviam as frutas como laranja, banana, melão e, quando havia, sapotí, pinha e caju. Logo após chegavam os doces: eram doces açucarados ou em calda, doces de manga, abacaxi, caju, banana, jaca e côco. Com o côco se fazia muita coisa boa. E depois ainda vinham os bolos para serem servidos com o café. Como se

diz: para arrematar. Bolos de sabor gostoso. Bolos de baêta, pé-de-moleque, bôlo de milho, bolos secos ou sequilhos, a raiva, o esquecido. E umas ou duas horas após a essa refeição pesada, lá vinha a água de côco, a cajuada, a laranjada, a limonada, onde o açúcar entrava de rijo, servindo ainda para o preparo da mangaba, do cajá e de outras frutas silvestres admiráveis e saborosas.

Comia-se por demais. E' verdade que tanta abundancia se constatava ordinàriamente nos engenhos da várzea. A vida rural oferecia umas tantas regalias que a cidade estava longe de contar. Ainda assim as refeições tambem se mostravam fartas. Tanto no interior como no litoral jamais poderia faltar o mel de engenho que vivia enlatado para atravessar o ano todo até chegar a nova safra. A agua fresca vivia nas moringas. Bebia-se algum vinho tinto e o chamado do Porto, enquanto que a cachaça se não ficava atrás, todavia era procurada antes do banho para um bom trago, depois de uma panelada tremenda com o fim de "cortar o efeito", servia-se aos cálices quando o Senhor chegava de viagem ou simplesmente descia do cavalo tôda manhã, pois que andava vendo as culturas e o canavial sempre verde.

O elemento africano, não resta a menor dúvida, de que preponderou sobre os demais com a fôrça de seus costumes. Tomou conta integralmente da cozinha para exercer melhor a sua tirania sentimental. Tomou conta da dança e da música. Gostando de contar histórias fantásticas, penetrou as camarinhas mais resguardadas, tornando-se mais de casa que mesmo o próprio dono e senhor, uma vez que este guardava a severidade da distância imposta pelo respeito patriarcal, enquanto que isso não ocorria com o negro infiltrador, obediente e cheio de passividade, sabendo esperar a ocasião de agir com os seus processos personalíssimos que teriam de abrir tôdas as portas. Nem o austero Senhor de barbas pretas e bigodes fartos (XXX) pôde conter-se ante as provocações da mulher que vivia na senzala e que andava muito no meio das brancas da casa-grande. As formas ondulantes e as curvas macias não podiam passar despercebidas ao ôlho sensual do Senhor. E' então que uma influencia decisiva entrou a figurar na ordem patriarcal dos costumes.

(XXX) — As "suiças" vieram depois, já com a monarquia, isto é, em fins do seculo dezoito.

O respeito se mantinha dentro do lar com uma seriedade a tôda prova. Porém, fora de casa ele teve de modificar-se para descambar num afrouxamento espantoso pelo contraste que oferecia: o Senhor mantinha sob seu domínio sexual relações com as moças negras mais em evidencia pela sua beleza provocadora. Os filhos mestiços andavam em ruma. Eram conhecidos porque traziam a marca do pai nos olhos ou na conformação facial: olhos meio azulados, lábios mais finos e cabelos menos encaracolados. De comum eram considerados libertos porque suas mães logo conseguiam tornar-se fôrras. Cediam aos caprichos do senhor mas obtinham a liberdade como um pagamento.

Os escravos se distinguiam como "angola", "creoulo" e "maranhão". Os da nação angola eram considerados os melhores porque já se encontravam conformados com a sorte. Achavam-se adaptados ao meio, muito trabalhadores e dóceis de gênio, conservando as tradições de sua raça, considerados como de primeira qualidade relativamente aos demais companheiros de cativeiro. Tôda essa gente que veio da África soube conservar tudo quanto de lá trouxe. Morreu falando a sua língua de origem, adorando os seus deuses, revelando as suas superstições, e não abandonando os antigos costumes seculares. Mas o crioulo se modificou bastante. E' fruto de outro meio e de novas influências. A mistura das raças branca e negra determinou um tipo etnico diferente, podendo-se dizer: nem café, nem leite. O gênio mostrava-se mais ativo, mais esperto e com maior disposição, superior ao africano porque não conservava nada de um pasado nostálgico, nascera e vivera noutro ambiente, não conhecendo outro clima — e portanto a existência corria para os seus interesses com uma significação mais adequada. Já o creoulo falava o português, era católico, viviam satisfeitos e não conheciam aquela "conformação" dos seus pais, transplantados para a terra nova, deixando atrás todo um longo e sentido passado. O creoulo não tinha do que ter saudade. Esta palavra cabia em sua total significação ao africano pegado na selva natal e escravizado nesta outra banda do Atlântico.

Uma coisa, porem, ele experimentava com a fatalidade do real: nascia, vivia e morria na escravidão, ignorando o que vinha a ser a liberdade gozada pelos seus progenitores antes de conhecerem o Brasil. Não dizem que o que os olhos não vêem o coração não sente ? De modo que o creoulo éra um ente feliz por varios motivos morais de mestiçado. Interessante fazer-se a distinção entre essa gente nascida no Paraiba e no Maranhão. Havia por isso mesmo o tipo "maranhão" que se dividia em duas modalidades: o africano legítimo e o mestiço. Esta não dispunha da docilidade e das boas disposições encontradas no creoulo paraibano como traços indeleveis de caráter. Podia-se fazer a comparação para deixar mal o preto que vinha de S. Luís para servir em nossos campos cultivados. Talvez fosse porque resultava do sangue do luso mexido com outro de nação rebelde nos hábitos e costumes. O legítimo "maranhão" não apreciava trabalhar senão contrariado, mostrando cara feia e não se submetendo fàcilmente às obrigações, por vezes reagindo contra as ordens dos feitores de relho em punho e disposto a martirizar, sem piedade. Não se arreceava diante do poder, era mesmo um constante rebelado, falando uma lingua diferente, "em geral, não se dando com pessoa alguma" e por tais motivos, ficava à parte como escravo insubordinado. Sempre o malfeito procedia de sua interferencia.

Na senzala em que vivia creoulo do Maranhão ou simplesmente o africano puro, mas conhecido por "maranhão", não podia haver disciplina por causa do gênio dessa nação de gente inconformada com a sorte e, por isso mesmo, disposta à reação física aos primeiros sinais da presença autoritária do senhor ou de seus prepostos. Na tradição da várzea figura o "negro maranhão" como um ente mau destinado ao sofrimento. Ordinàriamente ele é quem apanhava mais. Cedia quando o cacete entrava a roncar. No rebanho era considerado moralmente como a ovelha tresmalhada. Gostava muito de fugir, dando serviço ao cruel capitão de campo. Tomava a mulher dos companheiros, originando-se daí os crimes mais inconcebíveis. Ainda assim fazia certa camaradagem com os colegas na côr, o mesmo não acontecendo com o elemento índio, já domesticado na escravidão e com o qual, sempre em rixas, sòmente se unia por intermédio da mulher nativa bastante sensual. Os nossos tapuias custaram adaptar-se ao regime em que o negro vivia, porém se tornaram depois exemplares, conseguindo

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

A alimentação popular — Tentativa de classificação das "áreas de alimentação" — A alimentação na zona do açúcar — Conseqüências da monocultura.

XVII

A fisionomia folklórica de um povo revela-se também através da alimentação.

Em todos os inquéritos de folklore há sempre um setor destinado a registrar as características da alimentação popular.

A originalidade de uma população pode ser aquilatada pela sua cozinha.

Existe, na verdade, uma tradição culinária que define o **estilo** de vida.

A alimentação popular constitui, portanto, um dos aspectos mais importantes para se apreciar as singularidades de um povo.

O folklorista, nesse campo, tem ampla matéria para pesquisar.

A observação imediata e preliminar diz respeito ao grande influxo **ecológico** na caracterização da alimentação popular.

A ecologia é a responsável pela originalidade da cozinha.

Esta premissa nos leva naturalmente a concluir que, no Brasil, a alimentação popular é **variável** de região a região.

Esta verdade, aliás, já foi fixada por mim no meu livro "Folklore brasileiro" e por Gilberto Freire na admirável obra "Região e tradição".

Apesar de nos acharmos de acôrdo quanto ao influxo **ecológico** na alimentação, divergimos na caracterização de nossas "áreas de alimentação" ("Foods areas", dos norte-americanos).

Na discriminação que fiz tomei como fator fundamental a **base** da alimentação regional e distingui :

a) zona do pirarucu e da tartaruga (Amazônia) ;

b) zona do peixe (litoral) ;

c) zona da carne de cabrito (zona sertaneja) ;

d) zona da carne de porco (zona agrícola) ;

e) zona do "churrasco" (zona do Pampa).

Já para Gilberto Freire são outros os "fios de tradições regionais". E assim os enumera :

a) a colonial mineira ou seja a dos capitães-generais de Minas, especializada em sopas de legumes, lombos de porco, doces de leite, requeijões ;

b) a colonial baiana, com predomínio de sabores africanos e tôda ela regada de excelente azeite de **dendê** e inconfundível pelo excesso de afrodisíacos do paladar que lhe aviva o gosto dos **carurus**, dos **vatapás**, dos mingaus, das muquecas;

c) a açoriana-brasileira do Rio Grande do

---

a liberdade sem precisar de apoio legal: saíam para a aldeia próxima e deixavam o recado de que quando fosse necessario mandassem buscá-lo. Não eram amantes do trabalho certo que o Senhor mantinha na "limpa" do canavial. Porém uma coisa faziam com matemática regularidade — e era o plantio da mandioca para fazer a farinha; e tambem não lhes faltaram resultados seguros de pesca e caça. Havendo com que passar se encontravam satisfeitos da vida como uns desambiciosos e conformados cheios de pacatez.

Serviam nos engenhos frequentemente, aonde vinham a procura de trabalho para aquisição de roupa, isto é, algumas varas de pano para cobertura de seu físico e "vergonhas de suas mulheres". De tôda essa roda de trabalhadores de engenho não resta dúvida que saliência pertencia ao negro que foi importado diretamente de Angola e aos seus descendentes bondosos e obedientes, por qualquer coisa com lágrimas nos olhos, saudosos de uma existência africana que não voltaria nunca mais a ser experimentada — e a verdade é que não tardaram a aceitar inteiramente o estabelecido dentro de brandos estilos patriarcais.

Sul e Santa Catarina, com sua incomparável carne fresca e seus bons salpicos de espanholismos ;

d) a colonial paulista, com alguma coisa assimilada dos indígenas pelos bandeirantes ;

e) e a do Pará e do Amazonas, ainda mais que a paulista, animada de valores ameríndios ;

f) a colonial nordestina (zona açucareira).

E' evidente que em Gilberto Freire houve antes intenção **localista,** ao passo que na minha discriminação, pelo critério adotado, quis apontar as áreas mais intensas da **base de alimentação** de nossas populações praianas, agrícolas, sertanejas, do extremo-norte e do extremo-sul.

Entretanto, nem uma nem outra deixam de ter o seu significado.

Gilberto Freire fixa, com seguro conhecimento, a **cozinha dos senhores de engenho**:

"Caracterizam-na comidas de côco e quitutes de mandioca; a opulência da doçaria (doces frescos, compotas, conservas); o excelente **pitu** dos rios dos engenhos do sul; o sururu; a lagosta; o peixe".

Vê-se, claramente, o papel do **açúcar** nessa região.

A doçaria popular, entretanto, não é exclusivamente de origem popular e local.

E' de mister reconhecer elos culturais em Portugal. E nesse ponto, Gilberto Freire, que, com tanta habilidade estudou o assunto, aponta o largo influxo da arte tão apreciada pelos eclesiásticos. Foram, sobretudo, as religiosas portuguêsas, freiras confeiteiras dos conventos reinóis, que criaram a rica variedade de doces, os quais, ainda hoje, traem os traços de origem nas denominações vulgares: **papo de anjo, bombocado do céu,** etc.

E salienta ainda que o influxo holandês foi, aí, nulo. Tais são as suas palavras :

"O domínio holandês, que nos afetou tão levemente a arquitetura regional; que nos afetou um tanto mais os gostos políticos; que influiu qualquer coisa — segundo parece — sôbre os estilos recifenses de higiene urbana, quase não deixou sinal de influência na cozinha da região. Apenas um tipo de biscoito duro: o brote".

Creio, todavia, que, aí, talvez a observação de Gilberto Freire não seja precisa e exata. Já no livro "Civilização holandesa no Brasil", em que tive o prazer de colaborar com José Honório Rodrigues, consagrado historiador patrício, escrevi a seguinte nota sôbre um possível influxo holandês na alimentação nordestina :

"Se a feição da etnografia da colônia holandesa, no seu aspecto material, é a vida marítima, convém todavia mencionar ainda a possibilidade de se admitir o influxo do pastoreio holandês na zona pastoril do alto sertão nordestino".

"O holandês nas suas pradarias criou, por facilidade do clima úmido e das pastagens dos **polders**, uma verdadeira cultura pastoril em que a raça bovina neerlandesa exerceu papel fundamental, oferecendo vacas leiteiras, que facilitavam o incremento da indústria pecuária do **queijo** e da **manteiga".**

E' possível que, após a restauração de Pernambuco, os holandeses que possuíam **currais** (conforme consta do mapa existente na obra de Barleus) migrassem para o alto sertão com os seus rebanhos, temendo, sem dúvida, a reação que ameaçava prejudicá-los na região próxima do litoral.

"O **requeijão** nordestino talvez seja uma adaptação sertaneja da indústria pecuaria holandesa. Isso, todavia, é hipótese a estudar" (obra citada, pág. 172).

Outro fato que, convém salientar ainda, é o que se refere à cachaça. Nesse ponto, coube a José Honório anotar :

"Enquanto que no Brasil holandês o vício do álcool e da cachaça se propaga, o Govêrno Português por um decreto de 1636 proíbia o fabrico da cachaça. Declara-se nesse decreto de Pedro da Silva que, além de consumir muito açúcar para o seu fabrico e dos danos aos dízimos reais, era "muito prejudicial ao povo e seguirem-se ao uso dela (cachaça) muitas mortes nos escravos, e furtos que cometiam aos senhores, e todos os mais inconvenientes, maiores do que moveram a se proibir a **cachaça** e **vinho** do dito **mel,** o qual mostrou a experiência ser geralmente nociva e não se poder permitir na república, como finalmente pelo dano que se segue à venda dos vinhos de que resultam as imposições e direitos aplicados aos pagamentos dos presídios, que é o principal nervo do sustento dêles e o dano dos vendeiros lançarem a dita água nos vinhos". Doc. Nist. da Biblioteca Nacional, 1631-1637, pág. 398, vol. XVI, da série E-14. (Obra citada, pág. 380-381)".

Não há dúvida que o holandês teve o seu influxo na alimentação local.

Um dos pontos mais elogiados da administração de Maurício de Nassau está inti-

mamente ligado a êste assunto. Refiro-me à campanha em prol da **policultura.**

Uma das conseqüências mais graves da **monocultura** é a pobreza alimentar da região. As avitaminoses aparecem e, sobretudo, recaem sôbre a população pobre.

Aqui convém denunciar um êrro de apreciação de Gilberto Freire. Êle pinta a cozinha dos Senhores de Engenho como regalada e opulenta.

A verdade, porém, é que é uma cozinha relativamente pobre.

A alimentação popular nos engenhos ainda é pior. O lavrador da cana passa vida miserável de sub-nutrido.

Um aspecto patológico dessa condição alimentar é a cegueira noturna.

Um ilustre médico, Rui Coutinho assim comenta:

"Desde muito tempo, se sabia que nas épocas de grande escassez alimentar nos casos de guerra, fome, sêca, enchentes ou grande miséria, nas quais à dieta falta vitamina A, se manifesta a cegueira noturna. Esta se caracteriza pela incapacidade do indivíduo ver depois do crepúsculo, a visão se restabelecendo pela manhã.

Aqui no Brasil, a cegueira noturna foi observada entre os escravos. Manuel da Gama Lobo, grande médico do Império, verificou em 1865, a existência daquela avitaminose entre os escravos das fazendas. Notou Gama Lôbo que a cegueira noturna era mais freqüente entre os escravos que viviam nas províncias, que cultivavam o açúcar e o café, onde a dieta era mais deficiente. Hoje diríamos nas áreas mais dominadas pela monocultura.

Depois, Hilário de Gouveia também observou a cegueira noturna entre os escravos das fazendas de café, em São Paulo.

Euclides da Cunha refere nos "Sertões" que como resultado da sêca, apareceu a cegueira noturna, atribuída pelo grande escritor ao excesso de luz. "E' uma pletora do olhar", escreveu Euclides da Cunha. Citando êsse fato, o Professor Roquette Pinto observa: "Hoje sabemos que a "pletora do olhar" é questão de privações alimentares, porque essa hemeralopia sintomática parece uma avitaminose". Se o autor de "Sertões", tivesse conhecido os trabalhos de Gama Lôbo, naturalmente verificaria que a dieta deficiente era a responsável pelo aparecimento da cegueira noturna".

A estas observações de Rui Coutinho no seu artigo "Vitamina A e Cegueira Noturna", posso ajuntar ainda estoutro informe:

Os primeiros casos de cegueira noturna verificados no Brasil foram mencionados, durante o período holandês, pelo cronista-soldado Ambrósio Richsoffer, o primeiro alsaciano que escreveu sôbre a nossa terra. Assim diz êle na "Descrição de Viagem ao Brasil e às Índias Ocidentais", editado em Estrasburgo no ano de 1677:

"Em compensação a 2 fêz de vela o hiate "Overijssel" caregado com pau-brasil e sinos e conduzindo 120 soldados que não podiam mais prestar serviços, especialmente os quais de noite ficavam cegos. Suspeitou-se, porém, que em muitos êste achaque fôsse simulado, mas, verificou-se que pondo-se-lhes uma vela acesa diante dos olhos abertos êstes não se moviam, ainda mesmo quando a chama lhes tostava as sobrancelhas; para o que não havia, pois, remédio".

Na terra do açúcar, a avitaminose lavrava.

A alimentação do povo, isto é, das massas trabalhadoras não é a mesma dos Senhores. Se a dêstes já é pobre, sob o aspecto nutritivo, lamentável é a do lavrador humilde que, ainda hoje, como nos tempos coloniais, tinha por base a **farinha de pau** (mandioca).

Nos engenhos próximos de rios piscosos e do mar, o peixe, embora alimento relativamente pobre, beneficia a alimentação popular.

Há, regiões, porém, em que o lavrador, assoberbado pela monocultura do açúcar, não tem tempo para construir a sua horta. Aí as conseqüências já são conhecidas pelos que observam a vida dêles, porém, êles ainda ignoram a sua sorte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: — Gilberto Freire, Região e tradição; José Honório Rodrigues, Civilização holandesa no Brasil; A. Richshoffer, Diário de um soldado (trad. de Alfredo de Carvalho); Rui Coutinho, Vitamina A e cegueira noturna (artigo); Joaquim Ribeiro, Folklore brasileiro.

DOCES DERROTADOS

Sodré Viana

A Bahia já comeu muito mais açúcar do que hoje — disse-me a velha. Repare que você não vê mais aquelas negras de antigamente, indo de casa em casa, com as caixas de flandres na cabeça, para oferecer bons-bocados e mães-bentas...

Sim, era verdade. Não só as ruas, as construções e mesmo a mentalidade da velha Salvador tinha sofrido modificações sensíveis, pelo menos para mim, que então a visitava depois de oito anos de ausência: a sua dieta também fôra mutilada por influências indefinidas, mas inexoráveis.

Os nomes de prôa da sua doçaria haviam desaparecido, alguns na morte, outros no esquecimento, que afinal, para o que já foi célebre, é quase a mesma coisa, ou talvez pior.

E como me pareceram diferentes as festas de aniversário que lá fui encontrar!

Em outras épocas, as vastas mesas enchiam-se de pratos de doces: bem-casados, fios e pingos d'ovos, canudinhos, baba-demoça, toucinhos-do-céu, mil-fôlhas, compotas de goiaba, de caju e de abacaxi, bolos de milho, de arroz, de puba, uma infinidade de formas grandes e pequenas...

Só se viam coisas de sal nos aparadores, onde as empadas massa-podre, os sanduíches de presunto, de queijo e de patê aguardavam a voracidade dos poucos convivas que não apreciavam as guloseimas açucaradas.

O grosso do pessoal, porém, rondava-as, lentamente, escolhendo-as com ôlho entendido e minucioso, ao longo da alvura da toalha. E ia-se saboreando, entre estalinhos de língua e a pergunta infalível depois de cada degustação:

— De onde é êste?

Então surgiam as indicações de procedência. Tinha sido encomendado às Gomes do Cabral, às freiras da Lapa (inimitáveis nessa criação simples e divina que são os fios d'ovos), à D. Amandinha Vieira Lima, às Cock, à Senhora Aluízio de Carvalho.

Grandes damas, das mais ilustres famílias da terra, cultivavam a arte delicada e inefável, e não, como se poderá pensar, pretas que houvesem abandonado os quitutes de dendê para se dedicar a ela.

Algumas das mais famosas doceiras da terra residiam em palacetes. O que não impedia que recebessem o dinheiro das vendas feitas. Ao contrário: a sua condição de independência do "vil metal" dava-lhe até mais autoridade para carregar nas contas...

Isso não quer dizer que existisse uma doçaria típicamente baiana. Não Da enorme variedade de doces que conheci naqueles tempos, não me recordo de um, sequer, de que se pudesse dizer com segurança: "Êste é legìtimamente nosso". Quase tudo era europeu, alagoano ou pernambucano, de fora. Mas se não possuíamos imaginação para compor as receitas, tínhamos uma habilidade maravilhosa para executá-las.

Ultimamente, no entanto, creio que nem essa habilidade. As fadas do tacho e das forminhas andam de braços cruzados, destreinadas — as que ainda vivem.

O coquetel implantou nos lares a moda dos "salgadinhos". Não se pode tomar decentemente um "Manhattan" com ôlho-de-sogra ou cocada branca. O álcool puxa pitéus picantes, repele as carícias ao paladar.

De modo que outrora a conversa era assim:

— Experimente esta mãe-benta com um golinho de chá prêto...

E hoje ela é asim:

— Puxa, vida! Êste "Cubano" com êste pastel de "pickles" está pra lá de lá!

* * *

Foi um bem? Foi um mal?

Como dizia o velho Tímocles, de Cós, ao atônito Paphnúcio:

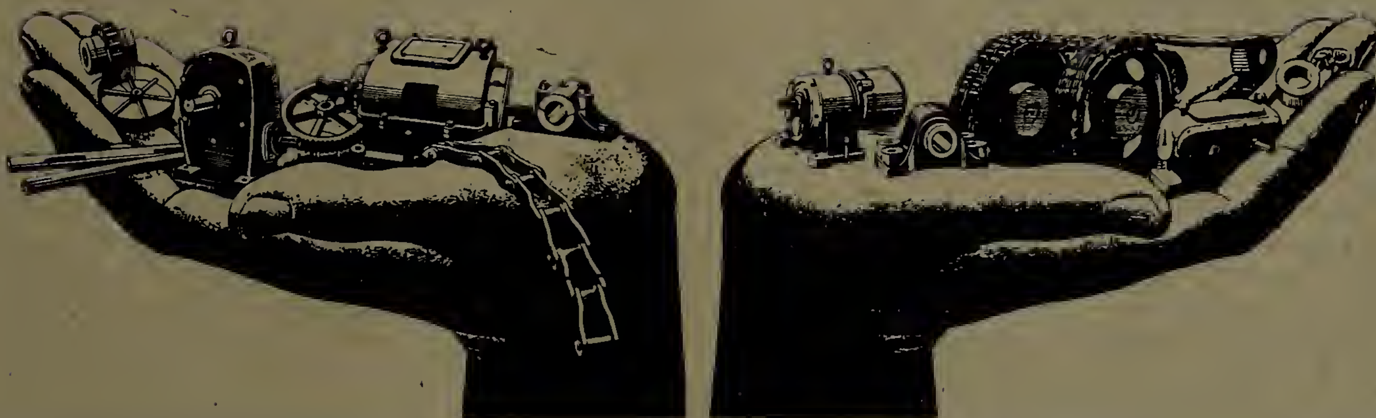
— Que é o bem? Que é o mal?



Tratando-se de Maquinaria de Transmissão de Fôrça, Existe

SÓ UM ALTO NÍVEL DE QUALIDADE

Pelo Desenho, Pela Construção, Pelo Rendimento



Link-Belt Company

MAQUINARIA DE TRANSMISSÃO DE FÔRÇA

A experiência de muitos anos, a lidar com os mais variados tipos da indústria, é que tem orientado os engenheiros de Link-Belt nos seus esforços para delinear um equipamento que exiba o mais alto rendimento.

Os elementos de que dispõe a fábrica, bem como seu sistema de manufatura, dificilmente poderão ser igualados. O estudo constante dos métodos e do material garantem precisão e alta qualidade para cada detalhe ou fase da produção.

Dispondo de uma organização com vasta rêde de filiais e distribuidores, Link-Belt está em condições de servi-lo rápida e eficientemente, dando-lhe o tipo e tamanho de equipamento para cada caso especial, de modo a assegurar uma operação eficiente, e econômica.

Solicite-nos os catálogos contendo todos os dados técnicos sôbre qualquer tipo de maquinaria de transmissão de fôrça. Escreva para o escritório mais próximo de um dos nossos representantes, abaixo discriminados, ou então faça-o diretamente para nós.

TRANSMISSÕES DE CORRENTE SILENCIOSA SILVERSTREAK.
CORRENTES DE ROLOS. SILVERLINK.
CORRENTES DE TRANSMISSÃO — Ferro maleável, promal e aço.
TRANSMISSÕES DE ESFERAS E ROLOS
MANCAIS RETOS E DE ESFERAS E ROLOS — Todos os tipos.
PEÇAS PARA MANCAIS DE ESFERAS E ROLOS — Duplex, Flange, Cartucho, etc.
REDUTORES DE VELOCIDADE. Engrenagens de rosca sem fim, em espinha de peixe e helicoidal.

ROLAMENTOS EM METAL BABBITT — Todos os tipos.
PEÇAS PARA ROLAMENTOS EM METAL BABBITT — Flange, Degrau, Pé, etc.
ACOPLAMENTOS — Compressão, tipos rígidos e flexíveis.
EMBALAGENS E ACOPLAMENTOS — De mordente e discos.
PLACAS DE ASSENTO — Simples ajustáveis.
REGULADORES DE VELOCIDADE — Acionamento variável de cilindros, Tipos motorizados e jogos de engrenagens.

COLARES DE EIXO — Inteiriços e fendidos.
TENSORES — Todos os tipos.
PENDURAIS — De ferro fundido e aço estampado.
RODAS DENTADAS — De dentes brutos e frezados.
ENGRENAGENS, Brutas e frezadas.
POLIAS, Todos os tipos.
TRANSMISSÃO DE EIXOS — Feita à ordem.
TRANSMISSÕES DE CORREIA EM V.

LINK-BELT COMPANY

Engenheiros — Fabricantes — Exportadores — Estabelecidos em 1875
233 Broadway, Nova York (7), N. Y., E. U. A. Endereço telegráfico: "LINKBELT"
Representantes :
CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS
Rua Visconde de Inhaúma, 65 - 3° — Rio de Janeiro
Rua José Bonifacio, 93 - 7° — São Paulo

9799 - C

COMBUSTÍVEL NO BRASIL CENTRAL

Em detalhado estudo dos objetivos da Fundação do Brasil Central, publicado no "Observador Econômico e Financeiro", o Ministro João Alberto deixou claro que o álcool carburante está destinado a resolver os grandes problemas de transporte nessa dilatada região do país, particularmente os da navegação fluvial. "Êsse combustível, disse, de fácil obtenção em tôda a área navegável por tôda a parte no interior do Brasil, irá revolucionar o problema dos transportes tanto rodoviários como fluviais".

Na opinião do Presidente da Fundação do Brasil Central a chave do problema está na construção de pequenas distilarias regionais, pois se houver necessidade de trazer o combustível de longe esta circunstância acarretará, como até hoje, o encarecimento do transporte. Só combustível produzido na região é de natureza a determinar o almejado barateamento dos fretes.

O programa traçado pela F.B.C. para os anos de 1945 e 1946 compreende, de acôrdo com a exposição do Ministro João Alberto:

1 — Duas usinas capazes de produzir anualmente um milhão de litros de álcool, a serem instaladas nos municípios de Rio Verde, Estado de Goiás, e de Frutal, Estado de Minas Gerais. A produção conjunta das duas usinas atenderá às necessidades de combustíveis em um raio de 300 quilômetros.

2 — Duas distilarias para cana de açúcar e para mandioca, com capacidade de mil litros diários, ou seja, uma produção anual de 150.000 litros. A primeira será instalada na Ilha do Bananal e a segunda em Conceição do Araguaia, devendo ambas servir a navegação do Araguaia.

3) — Construção de distilarias do mesmo tipo ao longo do Tapajós para atender à navegação dêste rio.

A função reservada no programa da F. B. C. ao álcool carburante comprova o acêrto da política alcooleira seguida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, sob cuja direta inspiração se generalizou no país o emprêgo dêsse carburante nacional com os resultados animadores que agora levam a fundação a basear os seus esquemas de transportes fluviais na utilização em larga escala do álcool como combustivel.

O MÉTODO DO FERRO-CIANURETO PARA A DETERMINAÇÃO DOS CARBOIDRATOS DAS FÔLHAS DA CANA

K. L. Khanna e S. C. Sen descrevem na revista Proc. Indian Acad. Sci., 15-A, p. 456-640, um processo para determinação dos açúcares redutores empregando uma mistura de 5 ml de uma solução a 1% de K_3Fe (CN_6, 2 ml de KOH a 5% e uma gôta de azul de metileno a 1%, em um frasco Erlenmeyr de 150 ml, juntando-se metade do volume da solução de açúcar necessária para redução completa. A mistura é fervida e o resto da solução de açúcar é adicionada gradualmente até que a solução se torne bem clarificada. As comparações feitas entre êste método e os métodos de Bertrand e Schaffer, e o de Hartmann, mostraram que êles dão mais ou menos os mesmos resultados; mas, na opinião do autor, o novo método do ferrocianureto é o mais simples, o mais rápido e o mais preciso dos três

("A Fazenda", outubro 1944.)

FABRICAÇÃO SIMULTANEA

Em seu número de dezembro a "Revista de Química Industrial" publica, sôbre a fabricação simultânea de açúcar e de álcool a seguinte nota:

"O processo recomendado consiste na defecação do caldo proveniente das máquinas quebradoras e dos dois primeiros moinhos, bem como na condução deste caldo, clarificado, aos evaporadores (Alejandro Cairó Amador, Mem. Asoc. Tec. Azucarero, Cuba, 17m73-5, 1943, segundo Chem. Abst., 10 de outubro de 1944).

O sedimento obtido por decantação desta parte do caldo é misturado com o caldo obtido das três últimas moendas; a mistura é decantada, sendo o líquido claro retirado e misturado com melaços para a fermentação, enquanto os sedimentos são lançados na parte anterior do quarto moinho em conjunção com água quente de embebição que se adiciona pela parte posterior deste moinho.

Além dos benefícios que provêm do uso do caldo mais puro para a fabricação de açúcar ha uma economia no custo de evaporação e menores perdas de açúcar nas lamas do que quando é o caldo integral trabalhado para melaços."

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DO ÁLCOOL NO MUNDO

ARGENTINA

O Govêrno argentino resolveu anular a concorrência, aberta a 23 de agôsto de 1944, para a produção de álcool anidro de milho, por serem os preços oferecidos superiores aos estabelecidos como equitativos pela comissão especial designada pelo Secretário de Indústria e Comércio.

Considerando, no entanto, a conveniência de acelerar a instalação de distilarias de álcool etílico anidro de milho, para aumentar as disponibilidades de combustíveis líquidos para automotores e cobrir as necessidades industriais que não estejam plenamente satisfeitas com a fabricação atual e, mais ainda, considerando que o álcool etílico é a fonte principal para a elaboração de numerosos sucedâneos de artigos indispensáveis, tais como a borracha sintética e os plásticos, deliberou o Govêrno do vizinho país abrir nova concorrência para o fornecimento anual de 120 milhões de litros de álcool anidro.

O Decreto, assinado em acôrdo geral de Ministros, no dia 15 de novembro de 1944, afirma que, devido às grandes dificuldades existentes para a obtenção de maquinaria, é conveniente deixar à alçada dos particulares a obtenção das instalações industriais e a escolha dos métodos de fabricação.

CUBA

A revista "Cuba Econômica y Financeira" publica, em um dos seus últimos números, o seguinte quadro sôbre a produção alcooleira da Ilha:

Meses	1942	1943	1944
Janeiro	1.206.484	5.102.914	14.203.566
Fevereiro	1.533.677	8.945.901	17.164.505
Março	1.403.330	6.337.824	18.504.677
Abril	1.805.860	6.157.643	16.793.525
Maio	1.848.720	7.640.776	13.953.871
Junho	1.655.800	8.348.021	12.265.424
Julho	1.271.325	9.976.241	19.717.940
Agôsto	2.183.195	10.711.353	19.005.536
Setembro	1.144.757	11.191.789	20.236.837
Outubro	2.324.639	11.234.552	16.564.127
Total 10 meses ..	**16.377.787**	**85.647.014**	**168.410.008**
Novembro	3.489.883	11.947.909	
Dezembro	2.476.305	13.003.857	
TOTAL	**22.363.975**	**110.598.780**	

CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL DO AÇÚCAR DE CANA

Jaci Botelho

A indústria do açúcar, como em geral acontece com a maioria das indústrias, tem como objetivo principal, e isto, como medida de política comercial, a obtenção de produtos de altas características de qualidade.

Porém, no encalço deste objetivo, em certos casos, à medida que se procura eliminar do produto principal as substâncias que naturalmente o acompanham, desvalorizam e tornam impróprio o seu emprêgo ou as exigências do consumo, se vê avolumar-se a quantidade de resíduos contendo, freqüentemente, consideráveis proporções do produto principal.

Nestas condições, torna-se forçoso o aproveitamento dêstes resíduos. Esta recuperação dá nascimento a produtos, às vêzes da mesma natureza do produto principal, diferençando-se dêste, simplesmente, pelo aspecto e outras características secundárias, de valor comercial, geralmente, inferior.

Na indústria do açúcar e no nosso país, o produto principal, sob certas formas de apresentação, constitui uma escala de tipos, os quais sob o ponto de vista comercial e industrial recebem diferentes denominações. Estas se baseiam, geralralmente, nas seguintes características: processo industrial de obtenção, pureza, aspecto, umidade e côr.

Como o processo de obtenção implica na sua designação, distinguimos açúcares de Usinas, Engenhos e de Engenhocas ou sejam os dos estabelecimentos que se dedicam à produção e de Refinarias aquêles dos estabelecimentos que se encarregam de purificá-los.

Compreende-se pela denominação de Usina a fábrica dotada dos mais modernos meios de produção, especialmente a aparelhagem de pressão reduzida (vácuo), sistema de aquecimento (vapor), aparelhos de defecação e descoramento, filtros, centrífugas, cristalizadores rotativos, secadores, etc., a par de assistência técnica especializada. Condições estas que compulsam a obtenção de produtos, conseqüentemente de cristalização completa.

Nestas o processo de fabricação consiste na obtenção do caldo de cana, purificado, concentração e solidificação em fases quase concomitantes. Desta forma sua purificação, apesar de bastante aperfeiçoada em recursos técnicos, ainda não permite a obtenção de produto absolutamente puro.

Isto devido à grande quantidade de impurezas de sua matéria prima — o caldo de cana.

Sob a denominação de Engenho, a fábrica dotada de equipamento antiquado e característico, destituída dos citados para a Usina, com aquecimento a fogo direto, cristalização em repouso, separação do mel por drenagem com auxílio dágua por gravidade, e com precária assistência e recursos técnicos. Os produtos de Engenho são comumente designados açucares Banguê. (O volume de produção dos engenhos é ainda atualmente de grandes proporções.)

E, sob o nome de Engenhoca a mais rudimentar instalação para o fabrico do açúcar e geralmente de pequena capacidade. Nesta, o processo de obtenção consiste na concentração do caldo de cana, sem quase nenhum tratamento de purificação até sua solidificação.

O caldo concentrado até determinado ponto, despejado em depósitos de madeira e batido ou agitado por pás ou enxadas, solidifica-se. O produto obtido se apresenta pulverulento, com torrões de várias dimensões e o todo caracteriza o seu nome "Farofia". E dada a rapidez de sua obtenção, recebe também a designação de "Instantâneo".

Quando pôsto a solidificar mais vagarosamente, em fôrmas de madeira, cristaliza e aí por incompleta purgação, resulta o chamado açúcar de "Fôrma".

E, finalmente, quando solidificado em fôrmas pequenas, construídas sôbre taboleiros de madeira, sob a forma de caixilhos, adquire a forma de pequenos blocos denominados "Rapadura".

Em algumas regiões estas designações se confundem no nome geral de "Rapadura".

As Engenhocas são muito comuns no interior dos Estados, nos núcleos coloniais mais afastados dos centros industriais, sendo o consumo dos produtos de taís estabelecimentos limitado ao do próprio fabricante e seus colonos ou, quando muito, negociado nas povoações circunvisinhas.

E Refinarias, os estabelecimentos dotados de maquinaria apropriada, e, graças ao seu equipamento técnico industrial podem elevar extraordinàriamente a pureza do produto.

Com os recursos das operações de filtragem e purificações por meio de adsorventes adequados e descorantes, conseguem eliminar quase a totalidade dos coloides, pigmentos e matérias minerais, e que a simples purificação por cristalização não faz.

Êstes estabelecimentos podem contar com o concurso de moderníssimos aparelhos, tais como: Potenciômetros, Aparêlho de cataforésis (para o Dye number), Colorímetro foto-elétrico, Aparêlho para a determinação da condutibilidade elétrica (para cinzas) e para a titulação electrométrica.

Devemos ressalvar que esta classificação não tem caráter absoluto, porquanto há casos em que o produto designado como "Bruto" é muito superior quanto à pureza a certos tipos de "Refinados".

Segundo as características enumeradas acima, podemos classificar os diversos tipos de açúcar, sob o ponto de vista industrial e comercial, e de acôrdo com sua origem, em duas categorias fundamentais: BRUTOS e REFINADOS — Os pri-

meiros produzidos pelas Usinas, Engenhos e Engenhocas e os últimos pelas Refinarias.

Quanto ao grau de umidade podemos subdividi-los em Secos e Úmidos, com relação ao aspecto, em Soltos e Aglomerados, e, finalmente, quanto à côr, em Brancos e Corados.

Nestas condições podemos reuni-los no quadro abaixo, e apreciar cada tipo separadamente, citando em alguns casos resultados analíticos de sua composição química.

- **AÇUCARES**
  - **BRUTOS**
    - DE USINA — Cristalizados (Cristalização completa)
      - Secos
        - Soltos
          - Brancos: Cristal especial, Cristal 1.ª, Cristal 2.ª
          - Corados: 2.º Jacto
        - Aglomerados
          - Brancos: Usina 1.ª
          - Corados: Usina 2.ª
      - Úmidos
        - Soltos
          - Corados: Demerara
        - Massa
          - Corados: Mascavinho, 3.º Jacto
    - DE ENGENHO — Cristalizados (Cristalização incompleta)
      - Secos
        - Aglomerados
          - Brancos: De fôrma
      - Úmidos
        - Massa
          - Corados: Mascavinho, Mascavo, Somenos
    - DE ENGENHOCAS — Amorfos
      - Secos
        - Pulverulentos
          - Corados: Instantâneo
        - Blocos
          - Corados: Rapadura
  - **REFINADOS**
    - DE REFINARIAS — Cristalizados
      - Secos
        - Soltos
          - Brancos: Cristal refinado
        - Maclas
          - Brancos: Cândi
        - Aglomerados
          - Brancos: Granfina 1.ª, Granfina 2.ª, Tabletes
          - Corados: Granfina 3.ª
    - Amorfos
      - Secos
        - Pulverulentos
          - Brancos: Refinado Extra, Refinado 1.ª, Refinado 2.ª
          - Corados: Terceira

AÇUCARES BRUTOS

(I) DE USINA

a) Cristalizados, secos, soltos, brancos

Cristal especial: — Comprende-se sob esta designação o produto industrial apresentando alto teor em sacarose, quase completamente incolor, com baixo índice de açúcares redutores, porém, contendo ainda colóides e substâncias minerais que o impurificam e o colocam na classe dos açúcares brutos.

E' a êste tipo que se dá o nome de "plantação branca" (white plantation) e, sua polarização deve ser acima de 99,7 Ventzke.

(Resultado obtido pela análise de uma determinada amostra: Polarização 99,4, Açúcares redutores 0,06, cinzas 0,045).

Cristal de 1.ª: — E' o tipo de maior vulto de produção das usinas açucareiras, sendo considerado mesmo o principal.

Apresenta-se sob a forma de cristais regulares, soltos, secos e brancos, não obstante oferecerem uma gama de **nuances** cujos limites inferiores podem atingir ao ligeiramente amarelo.

E' êste tipo que constitui, comumente, a principal matéria prima das refinarias e seu valor comercial é tanto mais alto quanto maior sua pureza e menor sua coloração. Sua composição média deve ser a seguinte: Polarização 99,40; Açúcares redutores 0,08, Cinzas 0,08 e côr (Amatos) 70 mmA.

Cristal de 2.ª: — Este tipo se aproxima do precedente, com a diferença de apresentar côr amarelada.

b) Cristalizados, secos, soltos, corados.

2.º Jacto: — E' um tipo de cristal cuja granulação apresenta menores dimensões do que o de 1.ª Sua côr vai do ligeiramente amarelo ao amarelo. Grandemente mineralizado e encerrando notável proporção de colóides. Éste tipo é designado por algumas usinas como variedade "Zero".

c) Cristalizados, secos, aglomerados, brancos. Tipo granfina.

Usinas 1.ª: — O açúcar tipo "Usinas" se apresenta em blocos irregulares, de dimensões diversas, constituidos por cristais finos, aglomerados em conseqüência do processo de obtenção, propositalmente conduzido. Centrifugado sob corrente de vapor, seus cristais reunem-se, adquirindo o todo a forma dos cestos das centrífugas. Daí é retirado sob a forma de grandes blocos e depois britado para a obtenção de fragmentos de dimensões desejadas. Sua polarização oscila entre 99,4 a 99,7 e a côr (Amatos) de 85 a 98 mmV.

d) Cristalizados, secos, aglomerados, corados.

Usinas 2.ª E' tipo idêntico ao precedente, porém, de côr ligeiramente amarelada.

e) Cristalizados, úmidos, soltos, corados.

Demerara: — Com êste nome, designa-se a variedade em cristais soltos, úmidos, corados, de granulação uniforme e de cristalização completa. E' o tipo destinado à exportação para as refinarias estrangeiras. Com o fim de proporcionar maior resistência a deterioração por efeito do tempo de armazenagem e de transporte a longas distâncias, e gozar de certas vantagens com relação aos direitos aduaneiros, sua fabricação se reveste de condições especiais.

Sua polarização oscila dentro de amplos limites assim como o teor de açúcares redutores. Deve polarizar em média 96.º V.

(Temos obtido resultados desde 91º a 97,7V., nos quais os "redutores" variaram de 2,00 a 0,53%,)

f) Cristalizados, úmidos, em massa, corados.

Mascavinho: — Em algumas usinas, fabrica-se uma variedade de açúcar do tipo do precedente (demerara), porém de cristais finos, de côr amarela e de polarização inferior a 96.º V. Sua granulação fina dificulta a centrifugação tornando-o inferior ao Demerara, e a grande umidade faz com que se apresente em estado de massa.

3.º Jacto ou Mascavo: — Como o açúcar de usinas é cristalizado, muito úmido, de côr vermelho escuro e se apresenta em massa. Encerra grande percentagem de impurezas. Sua polarização é, geralmente, inferior a 80º V.

(II) DE ENGENHO (Banguê)

a) Cristalizados, Secos, Aglomerados, brancos.

De fôrma: — E' o mais puro dos açúcares de engenho. Apresenta-se cristalizado, porém com com cristais imperfeitamente completos. Sua cristalização é obtida por resfriamento de sua solução saturada e a separação do mel é feita por drenagem com água por ação da gravidade, em fôrmas cônicas adequadas. (Daí o seu nome).

b) Cristalizados, úmidos, em massa, corados.

Mascavinho: — E' do mesmo processo de fabricação do precedente, apresentando-se, em razão de menos perfeita purgação, côr amarela e aspecto úmido. E' geralmente resíduo da escolha do branco de fôrma. Constitui a porção do açúcar que se encontra na parte média das referidas fôrmas.

Mascavo: — E' o tipo de fôrma que se encontra na parte inferior daqueles recipientes. Encerra grande proporção de mel. De côr vermelho escura quase prêto.

Somenos: — Da mistura natural ou artificial, das três últimas variedades, se obtém um tipo conhecido com o nome de "Somenos", cujas características são representadas por um têrmo médio daquelas dos tipos precedentes.

(III) DE ENGENHOCA

a) Amorfos, secos, pulverulentos, corados.

Instantâneo ou Farofia: — Apresenta-se sob a forma de pó grosseiro, de mistura com grumos ou caroços de várias dimensões (daí o nome de farofia), de côr amarela ao vermelho escuro, de cheiro ativo e característico. Polariza, em média, 79,0° V. Encerra tôdas as impurezas do caldo de cana, pois é obtido pela evaporação e solidificação do dito caldo a fogo direto e sem nenhum tratamento de purificação. Sua solidificação é obtida pela agitação por pás ou enxadas em grandes fôrmas de madeira, de sua meladura concentrada em ponto apropriado. (Êste processo justifica o nome "Batido", que como tal é também conhecido). O nome "Instantâneo é explicado pela simplicidade e rapidez de sua obtenção.

b) Amorfos, secos, em blocos, corados.

Rapadura: — E' obtido pelo mesmo processo do "Instantâneo", com a diferença que, sua massa, em vez de ser batida, é despejada em fôrmas constituídas por tabuleiros de madeira providos de caixilhos, nos quais a massa se solidifica e toma a forma de blocos retangulares de 1 a 1,5 quilogramas. Êstes blocos são conhecidos com o nome de Rapadura.

O nome "Rapadura", é, às vêzes, empregado para designação indistinta dos açúcares de "Engenhocas".

REFINADOS

a) Cristalizados, Secos, Soltos, Brancos.

Cristal refinado: — E' a mais pura das variedades comerciais do açúcar. Apresenta-se sob a forma de cristais, soltos, incolores, brilhantes, uniformes, de forma geométrica definida, (monoclínicos ou prismas romboidais oblíquos).

Sua polarização (99,95) se aproxima da da sacarose pura.

Êste tipo pode-se apresentar sob as variedades de: granulação grossa e granulação fina.

b) Cristalizados, Secos, em maclas, brancos.

Cândi: — Êste tipo se apresenta sob a forma de grandes blocos, constiuídos por volumosos cristais. Sua polarização é também elevada, porém é de pequeno consumo e considerado curiosidade de confeitaria.

c) Cristalizados, secos, aglomerados, brancos.

Granfina 1.ª: — Êste tipo de elevada pureza apresenta-se em pequenos blocos irregulares, constituídos por finos cristais brancos, aglomerados. Sua polarização oscila entre 99,5 a 99,7., O teor em açúcares redutores não ultrapassa de 0,05.

Granfina 2.ª: — Tipo semelhante ao precedente, porém, apresentando **nuance** ligeiramente amarelada.

Tabletes: — De pureza aproximada da dos precedentes, apresenta-se sob a forma de blocos cúbicos ou retangulares, obtidos em máquinas apropriadas.

d) Cristalizados, secos, aglomerados, corados.

Granfina 3.ª — Êste tipo, pròximamente semelhante aos precedentes, apresenta-se menos puro e com côr tendendo para o amarelo.

e) Amorfos, secos, pulverulentos, brancos.

Refinado Extra: — Apresenta-se sob a forma de pó branco, de aspecto brilhante, àspero ao tato, de cristalização incompleta, daí o nome de amorfo. Deve polarizar de 99,0 a 99,5 V. O teor de açúcares redutores não deve exceder de 0,30%. E' o tipo de consumo direto mais apreciado no Brasil. Sua forma pulverulenta, rápida e completa solubilidade proporcionam comodidade no adoçamento das bebidas (café, chá, leite, etc.), pela facilidade da determinação da quantidade, de acôrdo com a exigência do paladar individual.

Refinado 1.ª: — Também branco, pulverulento, de aspecto menos brilhante e sôr menos alva, do que o extra. Sua polarização deve oscilar entre os limites de 97,0 a 99,0 V.

Refinado de 2.ª — Êste tipo, também pulverulento, de aspecto opaco, macio ao tato, moldável quando comprimido entre as mãos. Polarização inferior a 7,0 V., teor elevado de açúcares redutores umidade.

f) Amorfos secos, pulverulentos, corados.

Refinado 3.ª: — E' obtido por ligeira pùrificação dos tipos corados diversos e pela solidificação em movimento, de côr amarela e polarização baixa.

Apresenta-se sob a forma de pó amarelo, encerrando alto teor de impurezas minerais, pigmentos corantes, colóides etc.

A ADUBAÇÃO DA CANA E A QUALIDADE DO SUCO

Na publicação "Indian Sugar", n.° 5 de 1942, R. D. Rege e S. K. Sannabhadti relatam que aumentando a quantidade de nitrogênio na superfície de um canavial da variedade POJ 2878 e da Pundia que se cultiva no Deccan Canal (campo notório pela sua escassez em nitrogênio), obteve-se maior produção de cana, mas se notou uma diminuição definida na qualidade do suco. Podem-se aplicar doses de até 420 quilos de N. por hectare para a primeira variedade mencionada sem detrimento para a qualidade do suco, dado que esta cana pode chegar ao seu máximo grau de maturação antes de principiarem as temperaturas estivais. Mas se tratando de variedades de maturação tardia, as doses que excedam 290 quilos causam um efeito prejudicial. Nos terrenos deficientes em P_2O_5 verificou-se que as aplicações de fosfato ao solo eram vantajosas com respeito à tonelagem de cana e à qualidade do suco. Mas uma vez que estas deficiências foram corrigidas, as aplicações adicionais não motivaram diferenças apreciáveis. O potássio, sòmente, não se mostrou eficaz, mas bem combinado com o fósforo, produziu um resultado um tanto favorável.

("A Fazenda", outubro, 1944.)

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES DE AÇÚCAR

1942/43 — 1944/45

POSIÇÃO EM 31 DE JANEIRO

Unidade: saco de 60 quilos

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em álcool	Consumo	Estoque final
TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)							
Janeiro de 1945	5.153.669	2.084.089	—	38.000	—	2.247.735	4.952.023
Janeiro de 1944	4.811.421	2.289.544	—	100.000	—	2.038.304	4.962.661
Janeiro de 1943	4.983.269	2.463.332	—	75.966	—	2.121.730	5.248.899
TIPOS DE USINA							
JUNHO/JANEIRO							
1944/45	3.682.451	16.676.079	—	161.588	—	15.244.919	4.952.023
1943/44	3.651.464	17.629.974	—	315.710	38.554	15.964.513	4.962.661
1942/43	2.538.324	18.197.707	—	239.107	37.669	15.210.356	5.248.899
Janeiro de 1945	4.855.153	1.428.589	—	38.000	—	1.664.724	4.581.018
Janeiro de 1944	4.618.491	1.492.144	—	100.000	—	1.355.072	4.655.569
Janeiro de 1943	4.821.697	1.479.371	—	75.966	—	1.205.040	5.020.062
JUNHO/JANEIRO							
1944/45	3.391.814	12.054.679	—	161.588	—	10.703.887	4.581.018
1943/44	3.408.514	11.877.074	—	315.710	38.554	10.275.761	4.655.563
1942/43	2.381.046	12.354.607	—	239.107	37.669	9.438.815	5.020.062

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SAFRA DE 1944/45

POSIÇÃO EM 31 DE JANEIRO DE 1945

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (sacos 60 kg)				ÁLCOOL de todos os tipos (Litros)
	Limite	**Estimada**	**De Usinas**	**De Usinas e Engenhos**	
Acre	6.589	10.000	—	8.200	—
Amazonas	4.740	5.000	—	3.900	—
Pará	26.459	75.000	1.347	61.347	3.652
Maranhão	34.095	110.000	5.315	80.315	—
Piauí	3.901	67.000	1.710	50.710	—
Ceará	28.085	517.000	14.850	385.850	73.200
Rio Grande do Norte	132.393	160.000	49.703	123.703	10.950
Paraíba	336.776	750.000	423.048	644.048	972.000
Pernambuco	6.660.120	5.850.000	3.070.642	3.343.642	13.913.312
Alagoas	2.388.998	1.880.000	947.579	1.116.579	4.472.392
Sergipe	1.009.482	985.000	334.246	349.546	619.988
Bahia	998.365	1.370.000	533.753	748.753	1.033.140
Minas Gerais	1.001.484	2.328.000	468.344	2.268.344	4.392.314
Espírito Santo	76.669	175.000	57.443	167.443	263.640
Rio de Janeiro	2.740.505	2.540.000	3.008.540	3.148.540	18.280.040
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.883.382	3.610.000	3.066.493	3.516.493	38.016.419
Paraná	13.002	30.000	26.878	46.878	304.826
Santa Catarina	422.572	410.000	22.670	372.670	252.943
Rio Grande do Sul	20.328	80.000	—	80.000	—
Goiás	137.543	130.000	—	130.000	—
Mato Grosso	40.163	37.000	22.118	29.118	110.602
BRASIL	18.965.651	21.119.000	12.054.679	16.676.079	82.719.418

NOTA: — A) Na Coluna "Limite" está excluída a rapadura, por não estar mais sujeita a limitação;

B) Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação pelo I. A. A. de todo açúcar necessário ao consumo nacional;

C) Continua livre, na safra de 1944/45, a produção de açúcar dos engenhos.

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1945
POSIÇÃO EM 31 DE JANEIRO
Unidade: saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Capitais	PRAÇA — Interior	Nas Usinas	Nas Dist. do I.A.A.
R. G. do Norte	—	12.828	—	—	—	2.102	14.930	6.756	—	8.174	—
Paraíba	—	100.659	—	—	—	3.040	103.699	18.087	23.212	62.400	—
Pernambuco	73.596	1.149.864	9.494	2.847	1.489	267.484	1.504.774	1.139.088	207.792	157.894	—
Alagoas	31.750	352.763	177.243	—	—	50.120	611.876	573.841	5.941	32.094	—
Sergipe	—	315.297	4.413	—	8.824	—	328.534	223.552	66.361	38.621	—
Bahia	—	142.958	—	—	—	—	142.958	121.987	—	20.971	—
Minas Gerais	—	145.037	3.033	—	2.926	19	151.015	65.815	—	85.200	—
Rio de Janeiro	—	968.500	98.354	—	—	—	1.066.854	2.484	—	1.064.370	—
D. Federal	—	171.038	33.050	—	—	14.302	218.390	218.390	—	—	—
São Paulo	—	637.611	70.228	28.970	—	33.938	770.747	60.791	49.600	660.356	—
Demais Un. Fed.		38.246	—	—	—	—	38.246	—	—	38.246	—
BRASIL	105.346	4.034.801	395.815	31.817	13.239	371.005	4.952.023	2.430.791	352.906	2.168.326	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1943 - 1945
POSIÇÃO EM 31 DE JANEIRO
Unidade: saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	TODOS OS TIPOS — 1943	TODOS OS TIPOS — 1944	TODOS OS TIPOS — 1945	TIPOS DE USINA — 1943	TIPOS DE USINA — 1944	TIPOS DE USINA — 1945
R. G. do Norte	12.547	18.825	14.930	12.547	15.877	12.828
Paraíba	107.825	206.110	103.699	105.983	199.614	100.659
Pernambuco	2.405.563	2.457.319	1.504.774	2.247.571	2.233.054	1.237.290
Alagoas	622.634	540.282	611.876	559.922	468.889	561.756
Sergipe	414.368	489.357	328.534	414.368	489.357	328.534
Bahia	207.391	105.059	142.958	207.391	104.944	142.958
Minas Gerais	132.531	61.468	151.015	132.531	61.468	150.996
Rio de Janeiro	585.477	455.271	1.066.854	585.477	455.271	1.066.854
D. Federal	16.431	16.231	218.390	14.911	14.350	204.088
São Paulo	709.152	596.498	770.747	704.381	596.498	736.809
Demais Un. Fed	34.980	16.241	38.246	34.980	16.241	38.246
BRASIL	5.248.899	4.962.661	4.952.023	5.020.062	4.655.563	4.581.018

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1943 - 1945

JANEIRO

Valor em Cruzeiros

1. TIPOS DE USINA

PRAÇAS	CRISTAL									DEMERARA								
	MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA			MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945
João Pessoa	73,0	82,0	101,0	73,0	82,0	101,0	73,0	82,0	101,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	70,0	82,0	95,0	68,0	82,0	95,0	68,7	82,0	95,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracaju	67,6	79,0	92,0	64,0	79,0	92,0	64,9	79,0	92,0	56,6	69,0	88,0	53,0	69,0	88,0	53,9	69,0	88,0
Maceió	67,0	82,6	94,7	65,0	75,0	94,7	66,0	78,1	94,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	68,6	82,6	100,5	68,6	75,0	100,5	68,6	80,1	100,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	96,6	120,0	129,0	96,6	110,0	129,0	96,6	117,6	129,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	86,0	89,0	100,0	80,0	88,0	100,0	83,0	88,2	100,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	70,0	70,0	115,0	67,0	67,0	115,0	68,5	68,6	115,0	60,0	60,0	111,0	58,0	58,0	111,0	59,0	59,0	111,0
São Paulo	93,0	N/	120,0	90,0	N/	120,0	91,0	N/	120,0	—	—	116,0	—	—	116,0	—	—	116,0

2. TIPO DE ENGENHO

PRAÇAS	BRUTO								
	MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945
João Pessoa	58,0	69,0	84,0	56,0	69,0	84,0	57,0	69,0	84,0
Recife	60,0	79,0	85,0	48,0	77,0	85,0	54,0	78,0	85,0
Maceió	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracaju	39,5	78,6	78,6	39,5	39,5	78,6	39,5	60,7	78,6
Salvador	50,0	50,0	92,3	50,0	50,0	92,3	50,0	50,0	92,3
Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	54,0	54,0	108,2	52,0	52,0	108,2	53,0	53,0	108,2
São Paulo	N/	N/	110,2	N/	N/	110,2	N/	N/	110,2

ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Seção de Estatística

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção

DIVERSOS

BRASIL: — As Atividades do Ministério da Agricultura em 1942, vols. 1 e 2; Brasil Reportagens, n. 8; Boletim do M.T.I.C., n. 123; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 87 a 90; Boletim do Ministério das Relações Exteriores, n. 8; Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Pernambuco, ns. 1 e 2; Boletim Geográfico, ns. 11 e 12; Boletim Agronômico, ns. 94 a 96; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 40; Bragantia, ns. 9 e 10; Boletim Shell, n. 25; Boletim Mensal da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Prete, n. 2, Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 12; Boletim da S.O.S., n. 120; Coop, n. 35; O Campo, ns. de dezembro de 1944 e janeiro de 1945; Casa Própria para os Servidores do Estado, por Motta Maya; Coleta de Material para Exame, publicação da Seção de Patologia Animal, do Ministério da Agricultura; Criação de Marrecos e Patos, tradução do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura; Cooperação, n.º 30; Doenças da Cebola, por Josué A. Deslandes; Digesto Econômico, n. 3; Economia, n. 68, Formação, n. 78; O Govêrno e a Produção, pelo Ministro Odilon Braga; Ilustração Fluminense, n. 36; Instituto Rio Grandense do Vinho, relatório de 1943-44; A Lavoura, n. de outubro-dezembro de 1943; O Momento, n. 210; Monitor Mercantil, n. 1482; Mundo Automobilístico, n. 1; Nação Armada, n. 62; Noções sôbre Doenças e Pragas das Plantas e seu Combate, por S. Gonçalves da Silva; O Observador Econômico e Financeiro, n. 188; Plantações de Seringueiras, por Felisberto C. Camargo; Revista Brasileira de Estatística, n. 19; Revista de Química Industrial, n. 151; Revista Brasileira de Química, n. 108; Revista do Serviço Público, n. 2; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 76; Revista Bancária Brasileira, n. 145; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n. 233; A Rodovia, n. 60; Revista do I.R.B., n. 29; Revista do D.N.C., n. 138; Revista Brasileira de Geografia, n. 2; Trabalho e Seguro Social, n. 3; Vitória, ns. 582 a 586.

ESTRANGEIRO: — The Australian Sugar Journal, n. 7; Boletin de la Secretaria de Industria y Comercio, Buenos Aires, n. 2; Boletin Mensual de Estadistica del Ministério de Agricultura de la Nación, Argentina, ns. 568 e 569; Boletin Informativo de la Oficina Comercial del Gobierno del Brasil, Bogotá, n. 4; Boletin Mensual del Escritório Comercial do Brasil, Buenos Aires, n. 12; El Cañero, n. 12; Cuba Económica y Financiera, n. 224; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, n. 351; Cincuentenário del Centro Azucarero Argentino; Elaboraciones y Envases, n. 3; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, ns. 11 e 12; Gaceta Algodonera, n. 251; História dos Estados Unidos, publicação do Gabinete do Coordenador dos Assuntos Interamericanos, em Washington; The International Sugar Journal, n. 552; Lamborn-Sugar-Market Report, ns. 49 a 51, do vol. XXII e n. 1, do vol. XXIII; M. A. N., n. 75; Noticias de México, n. 102; Producción, ns. 11 e 12; Planificación Económica, n. 22; Revista del Comércio Exterior, n. 9; Revista de Estadistica, n. 11; Revista Industrial n. 1; El Rotariano Argentino, n. 214; Sugar, n. 1; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 49 a 52.

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro